

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MOSHE DAYAN ROSA

REFLEXOS JURÍDICOS E SOCIAIS DA IMIGRAÇÃO POMERANA NO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

São Leopoldo

2016

MOSHE DAYAN ROSA

REFLEXOS JURÍDICOS E SOCIAIS DA IMIGRAÇÃO POMERANA NO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Teologia Prática

Orientador: Rodolfo Gaede Neto

São Leopoldo

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R788r Rosa, Moshe Dayan

Reflexos jurídicos e sociais da imigração pomerana no Estado do Espírito Santo. / Moshe Dayan Rosa ; orientador Rodolfo Gaede Neto. – São Leopoldo : EST/PPG, 2016.
145 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2016.

1. Pomerânios – Espírito Santo (Estado). 2. Imigrantes – Espírito Santo (Estado). 3. Migração. 4. Pomerânios – Aspectos sociais. 5. Luteranos – Espírito Santo (Estado) I. Gaede Neto, Rodolfo. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MOSHE DAYAN ROSA

REFLEXOS JURÍDICOS E SOCIAIS DA IMIGRAÇÃO POMERANA NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Teologia Prática

Data da Defesa:

Rodolfo Gaede Neto – Doutor em Teologia – Faculdades EST – (Presidente)

Roberto Ervino Zwestch - Doutor em Teologia – Faculdades EST

Arno Vorpagel Scheunemann - Doutor em Teologia – Universidade Luterana do
Brasil (ULBRA)

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto da Vida, meu tributo, por ser meu refúgio, meu “Castelo Forte” e pelas inefáveis vitórias outorgadas. Por proporcionar-me os sentidos biológicos, físicos, psíquicos e sociais, proporcionando-me a cada dia o gradual restabelecimento da saúde para continuar a trilhar pela vereda do resgate da dignidade humana: Práxis de Políticas Públicas a serviço da Justiça e Cidadania.

À minha família, pai, mãe, irmãos e demais parentes e amigos pela compreensão de minha ausência no convívio familiar, face às inúmeras viagens que em sua maioria se deram em finais de semana e feriados, para pesquisas e coleta de dados nos últimos anos.

Ao Professor Dr. Rodolfo Gaede Neto que acreditou nessa proposta, mesmo durante o período da minha enfermidade, levando-me à reflexão sobre o desvelo pelo ser humano, em sua aula inaugural, marcando minha mente e alma e despertando-me o espírito humanista, através da exposição da seringa de vidro, que era utilizada em sua terra natal, em ações de saúde em sua comunidade de Racha Pau, Ituêta, no Estado de Minas Gerais, próximo às cidades do Noroeste Capixaba aonde se concentra grande número de pomeranos e luteranos.

Aos Professores da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Naturais e Humanas, dos Departamentos de Psicologia, Filosofia e Ciências Sociais. Pelo convívio de discentes e docentes, que foi além da acadêmica, fazendo a mister do nosso comprometimento com a práxis social.

Ao Professor Dr. Adriano Pereira Jardim, do Departamento de Psicologia, que muito contribuiu para que continuasse nesse rumo, em suas aulas de Fenomenologia e Psicologia da Personalidade, e seu atento olhar aos fenômenos sociais;

Às Professoras Dra. Mariana Bonomo e Dra. Walescka Guerra do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, através de suas ricas aulas que me nortearam a entender a necessidade de pensar, refletir e agir em prol do outro, respeitando sua história, cultura, tradições e religiosidade;

À Professora Dra. Bárbara Bother, por suas contagiadas aulas de filosofia que me levaram à reflexão sobre o transcendente e transcendental, a ética, a responsabilidade e o comprometimento com a educação e sua prática. Que em suas magistrais aulas despertou-me para a reflexão e a meditação com a responsabilidade de auxiliá-la em algumas palavras em português, que ainda não dominava, mesmo com sua sagacidade dada a sua recém-chegada ao Brasil, ao solo capixaba, para lecionar Filosofia nos cursos de Graduação e Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo.

À Professora Dra. Maria Cristina Dadalto, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Social e História da UFES, que me acolheu em seu Projeto “imigrantes”, inserindo em sua pesquisa a imigração pomerana para que eu pudesse continuar minha pesquisa, mesmo no período em que passava por enfermidade que me levou a submeter-me a 4 (quatro) cirurgias. Chamou-me à responsabilidade, ao compromisso social para ser agente de transformação social e não apenas espectador. Sou grato pelo convívio durante as viagens a Santa Maria de Jetibá e por ter me acompanhado na entrevista com o Pastor Valdemar Gaede, juntamente com a Professora e Historiadora Dra. Syrléa Marques, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que vêm realizando seu pós-doutorado sobre imigração Italiana no Estado do Espírito Santo, vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo.

Aos pastores luteranos Lourival Felberg (pastor em Itaguaçu), Siegmund Berger (Superintendente da Associação Diacônica Luterana, de Serra Pelada, Afonso Cláudio/ES) e Valdemar Gaede (Pastor da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Santa Maria de Jetibá/ES, que prestes a se aposentar e em processo de mudança para o Estado do Paraná, para desfrutar da aposentadoria com sua esposa e Pastora Marli, mesmo com suas malas prontas, me acolheu junto com as professoras da UFES para início do Projeto de Imigração da Universidade Federal do Espírito Santo, subsidiando-nos com sua expertise e testemunho vivo e Lírio Drescher, atualmente pastor aposentado e Secretário Municipal de Meio Ambiente em Laranja da Terra/ES, que muito contribuiu com seu “jeito pomerano de ser e sua humanidade” em minha pesquisa através de relatos, indicação de literaturas, e materiais para o presente trabalho.

Aos operadores do direito, Serventuários da Justiça (Stélio Arndt e Pedro Francisco De Martin), Defensores Públicos (Roberto Leppaus e Bruno Pereira), Juízes de Direito de Santa Leopoldina (Carlos Ernesto Campostrini, Santa Maria de Jetibá e São Gabriel da Palha (Regina Lúcia Ferreira), entre eles a encantável Ingrid Seibel, que além de Oficial de Justiça, que voluntariamente exerce a função de tradutora de pomerano no Fórum de Laranja da Terra. Ela contribuiu com minha pesquisa com desenvoltura extraordinária no auxílio de literaturas e entrevistas e com sua *práxis* social em prol a Comunidade de Laranja da Terra, considerada atualmente a cidade mais pomerana do Estado do Espírito Santo, na proporção de sua população. Estes como os demais de forma grandiosa contribuíram para este desafio.

A todos que de forma direta ou indireta me auxiliaram e incentivaram, mesmo não tendo seus nomes inseridos, minhas escusas, mas para não ser prolixo, sintam-se agraciados com minha admiração, respeito e consideração por sua participação nesta caminhada.

*Porque eu só preciso de pés livres, de mãos
dadas, e de olhos bem abertos.*

(Guimarães Rosa)

RESUMO

Introdução: O ser humano é finito. Tal finitude se faz consciente por meio da temporalidade de seu corpo, de sua alma ou de sua psique. No entanto, é também infinito, segundo a perspectiva da teologia judaico-cristã. Complexo e perplexo ante as relações nas quais está envolto, ante a seus caracteres antropológicos no que tange à sua identidade cultural, espiritual e material, e que compõem seu *status* identitário como indivíduo, o qual está associado às mutações ambientais que interferem em suas estruturas física e mental e aos acontecimentos inesperados do contexto imediato. Involucrado nas matizes do tecido psíquico social das relações humanas, desagua em consequente paradoxo existencial, fruto de uma sociedade líquida e individualista. É comum haveremos de nos questionar a respeito da misterialidade da existência. As culturas que englobam cada grupo social cujos sujeitos compõem o *habitat* natural destas formas de enfrentar as necessidades básicas, tomando o simbólico como medida de mensuração e regramento social, são construções históricas pelas quais estes grupos criam e recriam, sendo criados da mesma forma, dinamicamente, as vinculações de grupo, bem como suas valorações sempre condicionais ao meio-ambiente. **Objetivo:** a dissertação tem por escopo buscar elencar alguns possíveis reflexos fenomênicos da transplantação sociocultural do povo pomerano da Europa para o estado do Espírito Santo, que deixou seu *habitat* trazendo consigo sua cultura e seus laços sociais, vivenciando novas realidades e novas culturas em terras ameríndias e escravocratas, e que lhes acolheu como parte modal de seu processo de desenvolvimento econômico, político, cultural e histórico. **Método:** Pesquisa histórico-sistemática, de caráter exploratório, com orientação empírico-descritiva. **Resultados:** Os resultados desta pesquisa abordarão encaminhamentos para enfrentar as consequências negativas do fenômeno social conceituado, isto é, a reflexividade jurídica e social da imigração pomerana ancilada à precarização sociocontratual entre estado brasileiro e imigrantes germânicos. **Conclusão:** constata-se que a representação social das comunidades pomeranas referencia-se por meio da construção de uma identidade atribuída e autodesignada, dinamicamente, ancilada em vinculações de pertença precarizada – presença diminuta do estado – com efeitos sociocontratuais marcados grandemente pela colaboratividade dos segmentos comunitários ante às suas necessidades concretas, conotando reflexos jurídicos e sociais da imigração pomerana ao conjunto normativo-protetivo do atual estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Imigração Pomerana. Políticas Públicas. Estado do Espírito Santo. Representação Social. Luteranismo.

ABSTRACT

Introduction: The human being is finite. This finitude is made conscious through the temporality of the person's body, soul or psyche. However, the human being is also infinite according to the perspective of the Judeo-Christian theology. The human being is complex and perplexing in the face of the relations in which the human being is involved, in the face of their anthropological characteristics as they relate to their cultural, spiritual and mental identity and which make up their identity *status* as an individual, who is associated to the environmental mutations which interfere in their physical structures and to the unexpected happenings of the immediate context. Involved in the webs of the psycho-social tissue of the human relations, it flows into an existential consequential paradox, fruit of a liquid and individualist society. It is common for us to question about the mysteriousness of existence. The cultures which incorporate each social group the subjects of which make up the natural *habitat* of these ways of confronting the basic needs, using the symbolic as a unit of social measurement and ordering, are historic constructions through which these groups create and recreate, being created in the same way, dynamically, the ties to the group as well as their valorizations always conditioned to the environment. **Goal:** the thesis has as its scope to seek to list some possible phenomenic reflections of the social-cultural transplantation of the Pomeranian people from Europe to the state of Espírito Santo, who left their *habitat* bringing with them their culture and their social ties, experiencing new realities and new cultures in Amerindian and slaveowner lands, and which welcomed them as a modal part of their economic, political, cultural and historic process of development. **Method:** Historic-systematic research of an exploratory character with an empirical-descriptive orientation. **Results:** The results of this research will deal with referrals to confront the negative consequences of the conceptualized social phenomenon, that is, the legal and social reflectivity of the Pomeranian immigration tied to the social-contractual precariousness between the Brazilian state and the German immigrants. **Conclusion:** It is observed that the social representation of the Pomeranian communities are referenced through the construction of an identity which is attributed and also self designated, dynamically supplemented in ties of belonging which are precarious – diminished presence of the state – with social-contractual effects marked largely by the collaborativity of the community segments when facing their concrete needs, connoting legal and social reflexes of the Pomeranian immigration with regard to the normative-protective setup of the current state of Espírito Santo.

Keywords: Immigration Pomeranian. Public Policy. State of Espírito Santo. Social Representation. Lutheranism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA EM TERRAS BRASILEIRAS: O CASO DOS POMERANOS NO ESPÍRITO SANTO	24
1.1 A imigração no Espírito Santo	26
1.2 Histórico da migração germânica no Brasil	31
<i>1.2.1 Os germânicos no Espírito Santo</i>	<i>32</i>
<i>1.2.2 Os pomeranos</i>	<i>34</i>
1.3 O imigrante: esse ser humano!	38
1.4 Família e Cultura Familiar	45
1.5 Língua e Comunicação: o caso da língua pomerana e sua presença atual no Espírito Santo	49
1.6 Políticas Públicas no Brasil e a luta por direitos sociais de comunidades étnicas empobrecidas	52
2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E IDENTIDADE: O CASO DO POVO POMERANO NO ESPÍRITO SANTO	63
2.1 Representação social	63
2.2 Identidades históricas dos pomeranos	80
2.3 Consideração da Identidade pomerana no Espírito Santo	85
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXO 1	98
ANEXO 2	100
ANEXO 3	102
ANEXO 4	104
ANEXO 5	110
ANEXO 6	118
ANEXO 7	122
ANEXO 8	124
ANEXO 9	126
ANEXO 10	128

ANEXO 11	130
ANEXO 12	132
ANEXO 13	134
ANEXO 14	136
ANEXO 15	138
ANEXO 16	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

(Karl Marx, **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**)

A história da religiosidade e da socialização ocidental está fortemente involucrada na cultura judaico-cristã. Fala-se da religiosidade como ação cultural porque não se conseguiu desassociar a cultura e o Estado da religiosidade, mesmo nos estados Laicos como a República Federativa do Brasil. A religiosidade é cultural e o Estado tem a presença das religiões mesmo sendo laico.

No interesse de melhor entender e compreender um povo, procurar entender sua identidade, sua história e sua contribuição para a sociedade se torna parte desta tarefa.

Antes de iniciar esta pesquisa coloco aqui minha trajetória de vida acadêmica, que iniciou nos bancos do Colégio Americano Batista de Vitória onde tive os primeiros contatos com ações sociais em prol de meu semelhante, nas aulas de Ensino Religioso ministradas pelo professor Pastor Sérgio.

No ano de 2010, no final de minha graduação em Direito, pelo Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), período em que trabalhava na Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Espírito Santo, fui convidado a trabalhar no Projeto de Combate ao Câncer de Pele, desenvolvido junto à população pomerana pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Espírito Santo em conjunto com Universidade Federal do Espírito Santo, Albergue Martin Lutero, Paróquia e Comunidades Luteranas e as Prefeituras de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Itarana, Itaguaçu, Laranja da Terra, Pancas, Vila Valério e Vila Pavão. A partir daí passei a acompanhar o projeto aproximadamente por cinco anos, no qual desenvolvi uma relação laboral e fraternal com as pessoas vinculadas a este trabalho.

Após esse tempo, obtive minha especialização em Direito Público pela Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo, bem como exerci a advocacia por um período de aproximadamente sete anos, tempo em que tive a oportunidade de atuar em alguns processos nos Municípios de Afonso Cláudio e Santa Maria de

Jetibá como advogado e defensor dativo, nomeado pela juíza de direito Regina Lúcia Ferreira e outros juízes que a antecederam, na Comarca de Santa Maria de Jetibá-ES.

Embora a cidade de Santa Maria de Jetibá tenha aproximadamente 50 mil habitantes, nos últimos anos o Estado do Espírito Santo não designou um defensor público para atender à população da comarca, sendo esta uma das comarcas cuja maioria da população é descendente de pomeranos no Estado do Espírito Santo.

Nos últimos quinze anos, a Comarca de Santa Maria de Jetibá contou apenas com o defensor público da Comarca de Santa Leopoldina, que duas vezes por semana acumula funções na cidade dada a falta da nomeação de defensor público específico para a Comarca de Santa Maria de Jetibá, cuja estrutura deveria ter no mínimo 2 (dois) advogados contratados pelo Estado. Também se destaca a participação de advogados dativos, nomeados pelo juiz quando não há defensor público para auxiliar os cidadãos que não dispõem de recursos para custear o trabalho de um advogado.

No ano de 2009, fui nomeado pelo Estado do Espírito Santo (ES) para trabalhar no município de São Gabriel da Palha e Vila Valério, onde permaneci por três anos, o que me levou a relacionar-me com diversas comunidades e pessoas de origem pomerana e de imigração alemã.

A partir do final do ano 2000 meus laços com as lideranças da comunidade de descendentes da imigrantes pomeranos e alemães foram estreitados, quando tive a oportunidade de conhecer diversos pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e patrocinar entrevistas não formais com eles na busca pelo entendimento da sua cultura, sua identidade, sua religiosidade e o porquê de tantos problemas sociais com reflexos na esfera judicial e das necessidades deste povo, que, na maioria das vezes, eram supridas pela intervenção dos próprios pastores luteranos, que se encarregavam de fazer a interlocução com as autoridades públicas.

Percebi a grande dificuldade de interlocução dos imigrantes. Ora pela falta de domínio da língua portuguesa, pois alguns só falam o pomerano, ora pela falta de escolarização e socialização completa deles para interagirem com os poderes públicos locais, dadas suas atividades voltadas para o trabalho rural, na maioria

desenvolvida em todos os dias da semana, exceto quando extraíam algumas horas para atividades particulares, festas e cerimônias da comunidade e/ou da igreja.

Lecionei alguns anos na Faculdade Metodista de Vila Velha, ES, as disciplinas de Teoria Geral do Estado e Direito Internacional, oportunidade em que levei alguns dos meus alunos para participarem da Ação Social promovida pela Associação dos Pastores de São Gabriel da Palha, no Feriado Municipal do dia Reforma. Este feriado é restrito para alguns municípios no Estado do Espírito Santo, especialmente os que possuem grande número de descendentes de imigrantes pomeranos e alemães e onde a IECLB predomina em relação a outras religiões.

No período em que me encontrava trabalhando nos municípios de São Gabriel da Palha e Vila Valério, lecionei no Curso de Direito da Faculdade Multivix, em Nova Venécia, onde grande parte de seus acadêmicos são oriundos dos municípios em que vivem imigrantes pomeranos e germânicos como São Gabriel da Palha, Vila Valério, Vila Pavão, Águia Branca, entre outros municípios da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo.

Nos últimos anos visitei e entrevistei alguns servidores públicos dos municípios de Pancas, Marechal Floriano e Santa Leopoldina. Este último atende alguns dias da semana em Santa Maria de Jetibá também como servidores da Secretaria de Saúde e Assistência Social. Nesse período, a então promotora de justiça requisitou uma intervenção do município para atender descendentes de imigrantes pomeranos e germânicos com problemas de saúde relacionados ao alcoolismo, à depressão e aos casos de suicídio/tentativas, cujos reflexos provinham diretamente da desestruturação dessas famílias, que, conseqüentemente, direcionavam a internação das crianças dessas famílias para a casa abrigo e/ou para uma família substituta.

Tendo como pano de fundo essa experiência *in loco*, interessei-me a pesquisar a partir do levantamento bibliográfico sobre o tema da imigração pomerana, seguido de uma leitura dos textos mais relevantes dentre os selecionados como referência bibliográfica. Dessa forma, os estudos foram condicionados à perspectiva do contexto histórico relacionado ao tema abordado.

A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico. Mas é a teoria que oferece os meios para refletir

sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos pesquisadores, independentemente das fontes trabalhadas: oral ou não.¹

A história oral será a base de pesquisa deste trabalho. Entende-se que a história oral apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho assim como todas as metodologias, funcionando como mediadora entre teoria e prática. Utilizar-se da história oral como método implica em definir e analisar os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o pesquisador relacionar-se com seus entrevistados.

A entrevista de história oral amplia o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado, através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares, de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu, de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações.²

Ressalta-se que outras fontes também foram utilizadas durante a pesquisa, como registros religiosos, documentos oficiais e material da mídia escrita. Todos estes analisados como material de apoio juntamente com a bibliografia selecionada. Os registros religiosos e os documentos oficiais são de extrema importância no intuito de conseguir informações, mais precisas e quantitativas, em relação aos hábitos, costumes e ritos do cotidiano sociocultural pomerano e suas representações.

Quando se trata de depoimentos, lidamos com a memória. Atenta-se para o fato de que a memória do indivíduo está relacionada aos grupos de convívio e aos grupos de referência peculiares a esse indivíduo – família, classe social, escola, igreja, profissão. É muito comum atribuir a nós mesmos as ideias, as reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. “Muitas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa”.³

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. Por

¹ AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 17.

² ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 19.

³ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 64.

mais nítida que nos pareça à lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos no passado, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.⁴

Esta pesquisa está vinculada à Teologia Prática. Hoch diz que a Teologia Prática ajuda a que “o mundo e a própria Igreja acertem o passo com Deus”,⁵ pois a conjuntura pós-moderna de esfarelamento das entidades sociais e dos relacionamentos humanos estão transformando toda uma geração em sujeitos egocêntricos, submissa à fraqueza e à impotência. Este modelo traz doenças e determina condições de aflição, solidão, desgosto, amargura, temor, desânimo, violência.

Pretende-se investigar o imigrante pomerano fragmentado na conjuntura de uma nova pátria, especificamente nas comunidades da IECLB e o cuidado que este sujeito aguardava. Percebeu-se em nossas entrevistas orais, com diversos pastores luteranos e agentes públicos, que faltam aos descendentes de imigrantes pomeranos e povos de cultura germânica políticas públicas próprias, cujo acesso não lhes é facilitado, ante as suas condições sociais.

Foram considerados pela Legislação Brasileira como “Povos de culturas Tradicionais” não abordados frequentemente para tratar de assuntos inerentes à saúde, ante a faltada presença do Estado e quando não procuram o pastor ou o médico, procuram um “curandeiro”, de origem pomerana ou germânica, para tratar destes assuntos e por meio de rezas e receitas caseiras acreditam que podem obter a cura e, segundo alguns pastores que entrevistei, alguns presenciaram casos que foram tratados por “curandeiros”, teoricamente ficaram bons. Pode-se constatar que, no que tange à consulta a “curandeiros” e suas práticas médico-espirituais, a Igreja adota uma postura cética e prefere não firmar uma posição explícita nem contra nem a favor ao fato de seus membros recorrerem ao curandeiro. Entretanto, pareceu que essas práticas não são bem digeridas, dado o fato de que as comunidades cristãs entenderem a figura do curandeiro como uma figura oriunda do “paganismo” ou “satanismo”.

⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 55.

⁵ HOCH, Lothar Carlos. O lugar da teologia prática como disciplina teológica. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph (Org.). *Teologia Prática no contexto da América Latina*. São Leopoldo: Sinodal, ASTE, 1998. p. 36.

Entrevistei agentes públicos que me afirmaram que conheciam descendentes de pomeranos que se encontravam adoentados e não saíam de casa por diversos tipos de enfermidades, e quando eram visitadas em suas casas por pastores sentiam-se curadas. O que nos leva a acreditar que a maioria das doenças e possíveis adoecimentos entre os pomeranos pode ser de ordem psíquica ou psicológica. Possivelmente, carência afetiva por viverem em guetos.

Para a realização desta pesquisa entrevistei o superintendente da Associação Diacônica Luterana, localizada no distrito de Serra Pelada, em Afonso Cláudio, o Pastor Siegmund Berger que me informou do trabalho de formação de jovens lideranças oriundas das comunidades luteranas no Estado do Espírito Santo, para se principiarem no curso que tem duração de quatro anos. No decorrer desse curso os estudantes aprendem sobre a religiosidade, o cuidado do ser humano, a música e matérias relativas ao cuidado com o meio ambiente.

Após o curso, alguns egressos seguem seus estudos nas áreas das ciências humanas e naturais. Alguns vão para a Faculdades EST em São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, onde frequentam o curso de graduação em Teologia, com o fito de terminar seus estudos e ingressar na profissão de pastor luterano e retornarem à comunidade. Outros costumam continuar seus estudos nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, entre outros cursos, na sua grande maioria focados no fortalecimento de sua cultura, sua identidade e da comunidade local, cujas raízes costumam ser profícuas dadas a questão étnica, identidade pomerana e confessionalidade luterana. Podendo-se afirmar que a identidade se mantém por meio dos laços linguísticos, pela religiosidade e cultura pomerana ou germânica.

Compreender a realidade social que cerca o sujeito é o ofício do cientista social. A arena da noção de políticas públicas no Brasil é atual e nova. A bibliografia da área aponta para o campo que ainda é incipiente, acometido de grande fragmentação social e temática, harmonizando uma oficialização que ainda se mostra incerta.

A dissertação está dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo analisaremos a imigração europeia e seu desenvolvimento relativo ao caso dos pomeranos no estado do Espírito Santo. Será considerada a maneira pela qual se delineou o processo imigratório. Além disso, será refletida a questão da família e do fato de o ser humano ser fundamentalmente um imigrante desde o início de sua

jornada como espécie. A constante necessidade de buscar novas condições para sua sobrevivência faz parte da situação ontológica do ser humano. E como ser que busca condições mais propícias a sua manutenção existencial, o ser humano faz uso da sua condição linguística e comunicacional para elaborar sua posição em relação tanto ao mundo (meio-ambiente) quanto ao seu *outro* (alteridade), que o encontra mediado por meio deste mesmo mundo. Não somente isso, mas o ser humano se lança na linguagem como um habitante e, por meio dela, joga o jogo da existência a partir das condições que estão dadas já de antemão, isto é, a sua historicidade se faz como algo dado previamente por meio de condições pelas quais certos fatores fogem de seu domínio. No segundo capítulo, consideraremos os fatores da condicionalidade fundamental do ser humano, isto é, sua situação de sujeito lançado no mundo como imigrante e suas implicações para a construção identitária pela qual os pomeranos jogam o jogo da identidade em relação às *outridades*; a representação social dos pomeranos, naquele contexto, “constituem uma forma de metabolizar a novidade, transformando-a em substância para alimentar nossa leitura de mundo, assim incorporar o que é novo”.⁶ O conceito de representação social ajudará a perceber a função da comunicação e da linguagem, que são duas: “contribuem com os processos de formação de condutas e orientam as comunicações sociais”.⁷ A identidade pomerana e sua representação social será derivada da narrativa acerca de sua condição sociocultural, buscando assim tecer alguns apontamentos sobre a contribuição pomerana para o conhecimento da realidade.

Na conclusão será feita a amarração da narrativa sobre a realidade social e histórica dos pomeranos à conceituação usada na pesquisa, a saber, o conceito de representação social como contributo reflexivo da imigração pomerana ao estado do Espírito Santo.

⁶ ARRUDA, Ângela. Representações Sociais e Movimentos Sociais: Grupos Ecologistas e Ecofeministas do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia: AB, 1998, p. 71-86.

⁷ PATRIOTA, Lucia Maria Patriota. Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade. *Serviço Social em Revista*, v. 10, n. 1, jul/dez., 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm>. Acesso em: dez. 2015.

1 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA EM TERRAS BRASILEIRAS: O CASO DOS POMERANOS NO ESPÍRITO SANTO

A narrativa da colonização brasileira é na história uma saga de incursões estrangeiras no pedaço verde-amarelo do solo sul-americano, do qual os indígenas que aqui já estavam se tornaram parte da *outridade pomerana*. Especificamente, os alemães sempre permaneceram nesse influxo de ocupação das terras brasileiras.

O passado se conserva por si mesmo, automaticamente e inteiro. Ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, queremos, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar. As lembranças pessoais constituem o último e mais amplo invólucro de nossa memória. Essencialmente fugazes, só se materializam por acaso, seja porque uma determinação acidental precisa de nossa postura corporal as atraia, seja porque a própria indeterminação dessa postura deixa o campo livre para a sua manifestação.⁸

Durante muitos anos, estrangeiros vieram para o Brasil motivados pela Coroa Portuguesa, por iniciativas invasoras, debaixo dos auspícios catequizantes da Igreja e debaixo da mácula do tráfico de escravos africanos. Em 1729, Tubino⁹ prepondera que o Conselho Ultramarino, regulado pela incerteza nas fronteiras do Sul e pelos vácuos no ocupar territorial. Advertia o rei de Portugal a disseminar o jeito da imigração, de preferência de alemães e italianos. Explana a escolha desses povos: “[...] A Espanha sempre foi contestadora das fronteiras sul-americanas. [...] A Inglaterra era colonialista. [...] A Holanda ocupou o Nordeste brasileiro”. Tubino arremata: “Um século antes da imigração alemã para o Brasil, esse caminho já estava traçado”.¹⁰

Porém, apenas no século dezenove que a abertura para a entrada de imigrantes tornou a ser elemento de política de Estado. A chegada da Família Real (1808) com a seguida abertura dos portos às nações amigas, a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves (1815), a proclamação da Independência (1822), a extinção do comércio internacional de escravos (Lei Eusébio de Queirós, 1850, com a suspensão do tráfico negreiro, datado de 1831) e legislações que vieram depois, que atinham o trabalho escravo, terminando com a escravidão (1888) estabeleceram formas para que no Brasil se disseminasse a

⁸ BERGSON, Henri. *Memória e vida*; textos escolhidos por Gilles Deleuze. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 48s.

⁹ TUBINO, N. *A germanidade no Brasil*. Porto Alegre: Sociedade Germânia, 2007. p. 72.

¹⁰ TUBINO, 2007, p. 72.

iniciativa da imigração europeia, e, de alguma maneira, se volvesse em uma escolha de uma nova escrita da biografia desses imigrantes, que vieram fugindo das guerras e dos infortúnios na Europa.

A disposição da política de imigração no Brasil precisou fundamentalmente das pressões da Inglaterra pelo término do tráfico de escravos, apresentando marjora no reinado de Pedro II (1840-1889).¹¹ A partir de 1755 foi coibido fazer prisioneiro e/ou fazer de escravos os índios no Brasil. Tubino¹² destaca que “D. João VI, compreendendo que haveria dificuldades vindouras, já em 1812, aliciava imigrantes açorianos para a concepção de uma colônia no Vale do Rio Itaquari, na Província do Espírito Santo”.¹³

As pressões inglesas continuam determinando ao governante português a instalar fascinação aos imigrantes, sobretudo na Alemanha, “onde o povo já se dizia cansado de tantas guerras e os governos desejosos de encontrar uma solução para a superpopulação das cidades”, registra Tubino.¹⁴ Essa autora confirma a vinda de mais de cinco mil imigrantes alemães no Rio Grande do Sul por volta de 1820.

Arruda e Piletti comentam que “[...] no ano da abolição, o número de imigrantes no Brasil deu um salto, passando de 55 mil em 1887 para 113 mil em 1888, estimulado pelo aumento da produção cafeeira”. Esses autores igualmente escreveram que “a partir da abolição, e até o fim do século, o número anual de imigrantes que entraram no Brasil, em sua maioria italiana e portuguesa, seria sempre superior a cem mil. Metade deles se fixaria no estado de São Paulo”.¹⁵

Contudo, as sociedades nas fazendas cafeeiras não consistiam em um único sistema de uso de mão de obra imigrante no Brasil daquela época. O governo novamente ampara a criação de núcleos de povoamento em extensões pouco habitadas do país, sobretudo no Sul e no Sudeste, como formato de ampliação

¹¹ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

¹² TUBINO, 2007, p. 55.

¹³ Trata-se aqui da colônia instalada, sob os auspícios de D. João VI, em 15 de fevereiro de 1813, à margem norte do Rio Santo Agostinho, atualmente município de Viana, na Região Metropolitana da Grande Vitória (TSCHUDI, 2004).

¹⁴ TUBINO, 2007, p. 55.

¹⁵ ARRUDA, José Robson de A; PILETTI, Nelson. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 2002. p. 296.

econômica e eficaz ocupação das terras brasileiras. Além disso, esse foi o primeiro grande foco do governo de entrada de imigrantes.¹⁶

Todavia, a existência dos imigrantes nessas colônias não se separava da situação precária de subsistência nas fazendas. Depois da década de 1870, passaram a ser o principal alvo para o serviço de mão de obra imigrante, voltando, inclusive, com a criação e manutenção de núcleos de povoamento.

Destaca-se então o abandono que os imigrantes sofriam nas colônias do interior deste país. Abandonados, várias vezes adoeciam em meio à mata virgem, sem nenhum suporte de políticas públicas de saúde, educação e agricultura, coligado a assuntos internos dos povos europeus. Isto fez com que o governo europeu viesse a coibir a emigração para o Brasil no meado do século dezenove.

Idêntico à análise de Rocha¹⁷ que observa que a ocupação territorial e a permuta pelo trabalho escravo, são duas características de um similar movimento de mudança do regime de trabalho em terras brasileiras.

A política imigrantista levada a efeito pelo governo imperial nos princípios do século XIX tinha, certamente, como objetivo mais amplo promover o povoamento do país. No entanto, com o passar do tempo, à medida que a instituição escravista começa a sofrer ameaças, vai se tornando cada vez mais patente a íntima correlação entre o movimento imigrantista e a necessidade de substituição do braço escravo.¹⁸

Destaca-se que os imigrantes vieram para suprir as demandas da industrialização no Brasil e na construção de infraestrutura nacional (estradas, ferrovias, etc). Esse movimento considerou a assimilação pelos imigrantes, que já habitavam as cidades, em decorrência do crescimento do capitalismo e da urbanização brasileira, percebida em meados do século dezenove.

1.1 A imigração no Espírito Santo

As políticas imigrantistas e a proclamação da República constituíram os alicerces do Espírito Santo contemporâneo, assim como o Estado que atinge todo o seu território ocupado e compõem as políticas de incremento. A vinda dos imigrantes

¹⁶ RÖLKE, H. R. *Descobrimos raízes: aspectos geográficos, históricos culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

¹⁷ ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

¹⁸ ROCHA, 2000, p. 23.

européus está inserida neste contexto histórico do Espírito Santo. Franceschetto destaca que adentraram ao Espírito Santo estrangeiros das seguintes ascendências, de acordo com o quantitativo de imigrantes e de maneira crescente.¹⁹ China, Ucrânia, Luxemburgo, Bélgica, Rússia, Estados Unidos, França, Áustria, Suíça, Holanda, San Marino, Polônia, Portugal, Espanha, Alemanha e Itália.

A colonização do solo espírito-santense deu-se em 1535, em um pedaço de terra tomada primeiramente pelos indígenas Tupis, Puris, Botocudos e Pataxós. Os jesuítas foram bons agricultores no início da colonização, a tal ponto que “no século XV I, só em oito aldeias dos padres jesuítas havia 15.000 índios pacificados”.²⁰

Devido ao banimento dos religiosos das possessões da Coroa Portuguesa, em 1759, a colônia capixaba, que já não crescera, à exceção dos locais colonizados pelos jesuítas, penetra em um momento de completo letargo. Isso laborava como empecilho verde para resguardar as riquezas de Minas Gerais.²¹

O século dezenove sinaliza um novo tempo político-administrativo no Estado do Espírito Santo, porém sem maiores modificações no panorama socioeconômico, baseado na produção agrícola, originada no litoral com mão de obra traficada da África desde o século dezesseis: “No Espírito Santo, um testamento datado de 1550 confirma a presença deles (dos primeiros africanos) no início do processo de colonização”.²²

O Brasil imperial promoveu a imigração como política pública, pagando transporte intercontinental a imigrantes, financiando lotes agrários, subsidiando assentamentos entre outros. Isso basicamente com vistas a dois objetivos: promover a ocupação de vazios territoriais e substituir a mão de obra escrava nas lavouras, notadamente as de café. Apesar de ser um Estado periférico e de pouca relevância político-econômica, o Espírito Santo foi contemplado no âmbito dessa política, prioritariamente na vertente de ocupação de áreas devolutas, tendo em vista os séculos de proibição da Coroa Portuguesa quanto ao povoamento do interior capixaba, que, desabitado, servia de “muralha” para isolamento da região aurífera mineira. Conforme reporta Rocha:

¹⁹ FRANCESCETTO, Cilmar. *Imigrantes no Espírito Santo*. Vitória, 2003.

²⁰ KILL, M. A. *Terra Capixaba: Geografia & História*. Vitória: Edição do autor, 1998. p. 19.

²¹ KILL, 1998, p. 19.

²² SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo – Uma Abordagem Didática e Atualizada 1535-2002*. Campinas: Companhia da Escola, 2002. p. 75.

Caio Prado Júnior, dando sentido restrito aos termos imigração – “processo de recrutamento e fixação dos imigrantes” nas fazendas – e colonização – “sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos” – observa que o último teve possibilidade de ser implantado com êxito no “extremo sul do país (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura”, encontrando nessas regiões “o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas”.²³

De acordo com Schayder, o governo capixaba se comprometia, em contratos assinados com os colonos ainda na Europa, a fornecer transporte, hospedagem provisória em Vitória e nas colônias, assistência médica por dois anos, um lote de terras que chegava a 60 hectares, meios de subsistência por seis meses, instrumentos indispensáveis ao trabalho na lavoura, como enxadas, foices, facões e machados, sementes e mudas de milho, feijão, batata e abóbora e um casal de porcos, duas galinhas e um galo.²⁴

Divide-se o processo de imigração estrangeira no Espírito Santo, cujo início é marcado com o assentamento dos colonos alemães na Colônia Imperial de Santa Isabel em 1847, em três períodos. O primeiro vai daquele ano até 1881, quando o governo central investe na ocupação de áreas devolutas por meio de pequenas propriedades. No caso do Espírito Santo sem oposição dos grandes proprietários já estabelecidos. Termina aqui o primeiro período da imigração capixaba, empreendida entre os anos 1847 e 1882.²⁵

Nesse primeiro período, segundo a autora, foram criadas quatro grandes colônias: Santa Isabel (1847), Rio Novo (inicialmente, empreendimento particular, em 1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). Também foram instituídos núcleos coloniais, como os de Timbuhy e Santa Cruz, próximos a essas colônias e à capital do Estado do Espírito Santo, Vitória.

O *segundo período*, para Rocha vai de 1882 até 1887, quando, em função da crise do regime de trabalho escravo, o governo central muda o foco de sua política imigrantista, privilegiando as grandes províncias e o assentamento de colonos nos grandes latifúndios, especialmente os paulistas.²⁶

²³ ROCHA, 2000, p. 32.

²⁴ SCHAYDER, 2002, p. 65.

²⁵ ROCHA, 2000.

²⁶ ROCHA, 2000.

Descreve Rocha:

Depois de retirar aos imigrantes os favores que lhes eram concedidos pelo decreto de 1867, passaram as autoridades imperiais a legislar em proveito da grande lavoura, substituindo a política de criação e incentivo aos núcleos coloniais de pequenos proprietários por uma política mais agressiva e direta que visava estabelecer o estrangeiro nas grandes propriedades.²⁷ “As entradas de estrangeiros na Província diminuíram de maneira drástica”, nesse período. O número de imigrantes assentados no Estado, nessa segunda fase é bem menor que na anterior: 1.375 contra 13.828.²⁸ “A diferença entre essas duas fases pode ser mais bem apreciada se compararmos a média de estrangeiros entrados por ano no Espírito Santo somente entre um período da 1ª fase – 1872/1877 – e toda a 2ª fase – 1882/1887: 1.847 contra 229”.²⁹

A situação só mudaria configurando o *terceiro período* e a última fase da imigração (de 1888 a 1896), quando o governo capixaba se viu obrigado sem o apoio do governo central a investir na imigração, evitando assim

Esforços no sentido de canalizar para o território capixaba uma corrente expressiva de estrangeiros que, a partir de então, seriam estabelecidos não mais apenas nos núcleos coloniais, mas também, em número considerável, nas fazendas.³⁰

O terceiro período e último da imigração foram marcados pelo fim da escravidão e pela reação dos grandes proprietários à instalação e investimentos em pequenos núcleos coloniais de imigrantes. Uma vez que o governo central se dedicava apenas a questões de interesse das grandes províncias, os produtores capixabas passaram a pressionar o governo provincial a garantir-lhes mão de obra para as fazendas, seja por meio de atração de colonos seja por meio de criação de núcleos de colonização próximos às grandes propriedades, de modo a garantir trabalhadores para os latifúndios.

Nessa fase houve o maior fluxo de entrada de imigrantes no Espírito Santo, totalizando 21.497 ingressos, segundo Rocha. Esse período se encerra devido à grave crise econômica pela qual passa o Estado a partir de 1896, assim como em função da proibição italiana de emigração de seus cidadãos para o Espírito Santo. Resta salientar que na segunda metade do século XIX missões oficiais estrangeiras relatavam as péssimas condições de vida dos imigrantes nas terras capixabas.

²⁷ ROCHA, 2000, p. 99.

²⁸ ROCHA, 2000, p. 75.

²⁹ ROCHA, 2000, p. 102-103.

³⁰ ROCHA, 2000, p. 75.

Tschudi destaca que foram três os viajantes estrangeiros que:

Visitaram a Província/Estado do Espírito Santo investidos de prerrogativas oficiais (dos seus países). [...] Por ordem cronológica, Johann Jakob von Tschudi (1860), Carlos Nagar (1895), e R. Rizzetto (1901). [...] O objetivo é muito claro: oferecer aos governos aos quais serviam um retrato fiel (ao menos assim lhes parecia) das condições em que aqui viviam seus compatriotas. “[...] Sem dúvida, Tschudi é, dos três, o mais contundente: ele não hesita em denunciar, atacar, acusar e até mesmo ridicularizar”.³¹

Schayder destaca que foram instituídos quinze cernes coloniais no período do Império e na primeira da República. Diz ele:

As localizações onde os imigrantes foram assentados tornaram-se um problema dramático. Um historiador estrangeiro, Warren Dean, definiu-as como “pequenos povoados heroicos e pobres, abandonados à própria sorte” no meio da mata. Situados no extremo mais distante dos caminhos e meios de transporte, esse mesmo historiador apontou que a função principal desses núcleos de povoamento era fazer avançar o domínio dos brancos onde nenhum fazendeiro sensato se arriscaria a ir. Assim concluiu: As florestas das regiões altas, acidentadas e relativamente estéreis da região central do Espírito Santo foram derrubadas e cultivadas por alemães e italianos.³²

A transição entre o trabalho escravo e o emprego de mão de obra livre foi lenta e no caso de províncias periféricas como o Espírito Santo dificultada em razão da pesada burocracia e também da atenção prioritária dada aos grandes centros produtores. Ademais, a adaptação dos colonos não foi fácil, muito menos exitosa na maioria dos casos. Os contratos de parceria ou remunerações aliados às precárias condições de trabalho levavam a maioria absoluta dos colonos a abandonar as fazendas, em busca de um negócio próprio.

A nova experiência de vida, em um novo país, era acareada com o fato de ter que sobreviver apesar, do clima diferente, em uma terra estrangeira, tolerando as sequelas de modificações nos padrões políticos (fim do Império e proclamação da República) e econômicos (fim da escravidão e crise econômica) do Brasil. Conforme Franceschetto,³³ apesar da finalização da imigração com subsídios pelo Estado, posteriormente a 1896, persistiram o auferir de estrangeiros, procedidos do chamamento dos familiares destes. Antes, porém, das duas guerras mundiais foram motivo para que houvesse circulação de imigrantes, com evidência para os sírio-

³¹ TSCHUDI, 2004, p. 21.

³² SCHAYDER, 2002, p. 66.

³³ FRANCESCETTO, 2003.

libaneses. Igualmente chegaram em quantidade menor os italianos, alemães, portugueses e poloneses. No fim da Segunda Guerra italianos retornam a procurar as terras capixabas, devido à destruição que lhes trouxe o conflito na Península.

1.2 Histórico da migração germânica no Brasil

Em uma atmosfera de profundas transformações sociais, econômicas e políticas que acontece a migração de múltiplos povos europeus, compreendendo também os germânicos. A vinda de migrantes, religiosos, estudiosos e comerciantes de origem germânica data do século XVI. Contudo, só na segunda década do século dezenove que se notaram as primeiras correntes imigratórias de alemães para o Brasil, com uma forte circulação de procedência germânica.³⁴

Para Tubino, o convite oficial do Império brasileiro para angariar alemães em 1820 era: “Quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil”.³⁵ Muitos acreditaram nessa nova vida, escapando das guerras e dos problemas sócio econômicos. No Brasil, se fixaram no interior e foram prestar serviços nas forças armadas imperiais.

Tubino coloca que havia muita expectativa na imigração alemã para o Brasil e expõe:

É certo que, para os alemães, o Brasil apresentava-se como um vasto Império, desejoso de crescer economicamente, enquanto que a Alemanha, formada por pequenos reinos, não oferecia novas perspectivas e oportunidades e carecia de uma forte expressão política, pois lhe faltava ainda a Unificação.³⁶

Foi em 1859 e 1889, na terceira fase da imigração, que aconteceu uma forte redução de imigrantes germânicos no Brasil.³⁷ Conforme Tubino, a Unificação da Alemanha, comandada por Bismark suspendeu o fluxo imigratório para o Brasil.

A Alemanha entendia que estava havendo um esvaziamento da população, pela emigração para as Américas e que, na Guerra do Paraguai, alemães estavam perdendo a vida. Naquele momento, o Imperador Pedro II voltou-se

³⁴ TUBINO, 2007.

³⁵ TUBINO, 2007, p. 54.

³⁶ TUBINO, 2007, p. 17.

³⁷ Com base em von Der Heydt, de 1859.

para a Itália, efetivando as tentativas que deram início a uma nova corrente emigratória.³⁸

Porém, as corporações colonizadoras auferiram força nesse momento, tendo sido alojados múltiplos núcleos pelo Brasil. Ainda que demonstrando diferentes na entrada, os imigrantes germânicos chegaram ao Brasil, auxiliando a edificar a nossa história. Foram alguns dos protagonistas em áreas como importação de máquinas, exportação de commodities, infraestrutura (estradas, açudes, ferrovias), nas ciências (geógrafos, cartógrafos, botânicos, etnólogos, astrônomos), artes e cultura (música, pintura, arquitetura, fotografia), indústria, comércio, entre outros.³⁹

Esse autor descreve o acontecimento histórico de importação de grupamentos militares arrumados por mercenários alemães para prestar serviços ao Exército de D. Pedro II.

Durante o reinado de D. Pedro II, contratou-se 1.800 homens para servirem nas Guerras Cisplatinas, contra os ditadores Rosas, da Argentina, e Oribe, do Uruguai". Distinguidos como Brummer – termo alemão atribuído a uma pessoa descontente consigo mesma, resmungona, reclamadora de tudo –, esses soldados tinham o experimento das guerras no continente europeu e instalaram no Sul do Brasil.⁴⁰

Ele descreve a chegada de imigrantes germânicos no Brasil, por ação própria ou através de programas oficiais de imigração para vários estados: Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.⁴¹

1.2.1 Os germânicos no Espírito Santo

A demarcação do povo germânico no Espírito Santo durante o século dezenove concebeu enormes padrões históricos. Foram os imigrantes germânicos os desbravadores da primeira colônia imperial neste Estado, a Colônia de Santa Isabel, no ano de 1847, principiando concretamente a política de imigração estrangeira. Conforme Schayder:

Com o apoio explícito do imperador Pedro II, o presidente provincial, Couto Ferraz, inaugurou, em 1847, uma nova etapa de incentivos à imigração de

³⁸ TUBINO, 2007, p. 174.

³⁹ TUBINO, 2007, p. 17.

⁴⁰ TUBINO, 2007, p. 114.

⁴¹ TUBINO, 2007.

trabalhadores brancos livres da Europa. Desde João VI, sucessivas tentativas foram realizadas nesse sentido. Exceto a experiência dos açorianos, em Viana, em 1813, as outras redundaram em fracasso total.⁴²

Algumas famílias foram alojadas às margens do Rio Jucu, a sudoeste da cidade de Vitória, presentemente, o distrito de Santa Isabel, município de Domingos Martins. De acordo com Rocha “Consistiram em, 163 imigrantes alemães provenientes do Hunsrück e do Hesse, na Região Central do Reno”.⁴³ Ao se comporem esse padrão pioneiro os alemães formaram o segundo maior contingente de imigrantes lotados no Estado do Espírito Santo. Descreve Franceschetto que “foram 3.966 dos 45.630 estrangeiros que chegaram ao Espírito Santo entre 1812 e 1900, ficando atrás apenas dos italianos, que formaram a maioria absoluta: 34.516”.⁴⁴

Uma década depois da criação da Colônia de Santa Isabel, o Espírito Santo recebe mais imigrantes germânicos, no mês de março, do ano de 1857, designados à Colônia de Santa Leopoldina, mais a oeste no território capixaba. Além disso, essa colônia foi o destino dos muitos imigrantes alemães recebidos no Estado, a despeito de os povos germânicos marcarem presença em grande parte dos centros de colonização do Estado do Espírito Santo.

Foram aqueles que se estabeleceram anexos e ao norte do Rio Doce, até mesmo, no século vinte, num processo de migração interna, consequência do fim de áreas livres, nas regiões montanhosas propostas para a colonização europeia.

Povos de origem germânica permaneceram atuais em várias fases da demarcação de estrangeiros europeus no Espírito Santo. A modificação inscrita nos andamentos imigratórios aconteceu em favor de observações atribuídas à emigração de territórios da Confederação Germânica/Império Alemão. Entretanto, destaca-se a observação de Schayder para a diminuição da entrada de germânicos no final dos anos de 1800:

Otto von Bismarck, o chanceler da unificação da Alemanha, fez, a partir de 1871, várias observações à emigração de alemães para o Brasil. Apesar de sua finalidade significasse cunhar um abundante exército de mão de obra, para a industrialização do seu *Reich* (Império), o motivo foram as más qualidades de vida no Brasil. A lei de bismarckiano auxilia explicação a

⁴² SCHAYDER, 2002, p. 64.

⁴³ ROCHA, 2000, p. 76.

⁴⁴ FRANCESCETTO, 2003, p. 20.

imperceptível entrada de germânicos no Espírito Santo no fim do século dezanove.⁴⁵

Para Rocha no Espírito Santo “a grande propriedade conviveu, sem atritos, com a pequena propriedade colonial”,⁴⁶ existindo lugares para os dois tipos de iniciativa.

É compreensível que os imigrantes que se instalaram no Espírito Santo tenham se dedicado, de preferência, ao cultivo do café, pois era este o único produto que poderia lhes deixar algum lucro. E isto por dois motivos: a dificuldade de transportes e a ausência de um mercado interno capaz de remunerar de maneira vantajosa outros produtos.⁴⁷

Instalados apenas nas colônias imperiais, os imigrantes germânicos não foram direcionados para substituir a mão de obra escrava latifúndios, como aconteceu com outros grupos de estrangeiros. No Espírito Santo aplicaram-se à cultura do café, não obstante dessa produção permanece atrelada à grande propriedade rural de base escravocrata. Nesse acontecimento peculiar, o Estado do Espírito Santo, que demonstrou ser uma exceção.

1.2.2 Os pomeranos

A Pomerânia, cujo nome “[...] faz referência à sua localização, junto ao mar [...]”,⁴⁸ ficava situado às margens do Mar Báltico e tem as suas terras partilhado entre a Alemanha, a Polônia (que tem a maior parte), e os países escandinavos, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

Região torturada por várias lutas político-religiosas, desde tempo das Cruzadas seu povo distinguia-se por camponeses, adentrados em locais fragilizados pelos invasores, mirados para chegar ao mar. Por isso, sua delicada situação econômico-política diante a “constantes divisões por meio das heranças na sucessão feudal”. Essas terras foram cruelmente invadidas por muitos outros povos, sofrendo guerras contínuas.⁴⁹

Franceschetto informa que “de 1846 a 1900, as terras capixabas receberam cerca de quatro mil imigrantes germânicos. Desse total, aproximadamente 56%

⁴⁵ SCHAYDER, 2002, p. 72.

⁴⁶ ROCHA, 2000, p. 32.

⁴⁷ ROCHA, 2000, p. 87.

⁴⁸ SEIBEL, I. *Imigrante no século do isolamento: 1870-1970*. São Leopoldo, 2010.

⁴⁹ SEIBEL, 2010.

migraram da região da Pomerânia, principalmente entre os anos de 1872 e 1873”.⁵⁰ (Ainda segundo o mesmo autor também houve emigração germânica, em ordem crescente de estrangeiros aqui chegados, de “Nassau, Schleswig/Holstein, Baviera, Brandemburg, Baden, Westphalia, Saxônia, Hesse, Prússia e Renânia).

Rölke destaca que “na listagem de imigrantes de julho de 1859, feita pelas autoridades alfandegárias de Vitória, o senhor Guilherme Beilke aparece como o primeiro pomerano a chegar a terras capixabas”.⁵¹

Os germânicos de origem pomerana chegaram de uma região que não tem mais registro geopolítico na Europa. De acordo com a história, a Pomerânia, uma província da Prússia, com quase 38.408 km², próxima ao Mar Báltico, era subdividida em Pomerânia Anterior (Vorpommern), a oeste, e Pomerânia Posterior (Hinterpommern), a leste.⁵²

Grande parte dos pomeranos que imigraram para o Espírito Santo vieram da Pomerânia Posterior. Com o Tratado de Potsdam, 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, a antiga Pomerânia foi deletada do mapa. Com a República Democrática Alemã ficou a parte análoga à Pomerânia Anterior. Ao território polonês foi vinculada a Pomerânia Posterior.

O território pomerano teve liberdade provincial no pequeno tempo histórico entre 1817 e 1945. Suas regiões estavam em guerras durante todos os séculos, tendo em vista a fertilidade dos campos a mão de obra para os latifúndios e os braços para as guerras, longe da localização estratégica junto ao Mar Báltico. Apenas no século doze os pomeranos foram dominados por de vinte e duas guerras em seu território.⁵³

A essa nação não restou escolha a não ser a estruturação comunitária. Os procedimentos típicos, o dialeto e os costumes dos pomeranos, que lhes permitiram a supervivência em uma terra tão concorrida e explorada, mesmo que, embutido algum afastamento protetor de sobreviventes, são justamente os elementos condicionantes de nova vida, em terras do Espírito Santo, dessa cultura sem igual, que não mais encontra espaço na Europa.

⁵⁰ FRANCESCHETTO, 2003, p. 29.

⁵¹ RÖLKE, 1996, p. 91.

⁵² RÖLKE, 1996.

⁵³ RÖLKE, 1996, p. 89.

A cultura necessita reassumir seu desempenho de peleja por um destino melhor, em benefício do progresso social e da liberdade, da superação da opressão e da desigualdade.⁵⁴

Conforme Eizirik e Comerlato:

Existe um espaço de liberdade, não palpável, difuso, confuso, onde se produz conhecimento, onde se exerce a crítica, onde se reflete sobre a prática, onde se examinam os erros – espaço exíguo na faina veloz da vida que corre, exigente, cobradora, mas que deixa sua marca nos rostos alegres e nas vozes que exprimem o autoconhecimento, a autocrítica, a vontade de saber. É nesse espaço de liberdade que se constrói a possibilidade da singularidade, da construção de sujeitos capazes de pensar sua prática e revolucioná-la.⁵⁵

A imigração acabou por preservar da região de origem um modo de viver característico e rico em suas expressões. A língua, os rituais de casamento, a culinária, a música, a dança, a religiosidade, afinal o jeito pomerano de viver permanece resguardado nesta terra, favorecendo a riqueza da diversidade cultural nesta terra.

O fluxo migratório vivenciado pelos pomeranos incontestavelmente gerou mudanças culturais. Hábitos, tradições, costumes e comportamentos foram transformados ou perdidos no decorrer do tempo.⁵⁶

Como a grande maioria dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil, os povos germânicos construíram uma nova história, inseridos à densa floresta atlântica das montanhas capixabas. A terra sonhada não estava concluída, ela deveria ser erguida. Necessitaria ser levantada a partir da mata selvagem, hostil e exuberante ao mesmo tempo.

Sem o auxílio e o apoio assegurado pelo governo, falando uma língua totalmente estranha aos habitantes locais e expedidos para os rincões de floresta nativa desbravaram porções das terras capixabas. Sntes, exclusivamente tomadas pelos indígenas.

Resistindo a toda sorte de dificuldades, até mesmo encarar de animais selvagens, a falta de assistência médica, a precariedade ou inexistência de estradas

⁵⁴ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

⁵⁵ EIZIRIK, Marisa Faermann; COMERLATO, Denise. *A escola invisível: jogos de poder/saber/verdade*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 121.

⁵⁶ KILL, 1998, p. 23.

e vias de comunicação; integrantes de uma viagem sem volta ao país de origem, restava aos imigrantes a alternativa de trabalho e mais trabalho, com o suporte da vida em comunidade amalgamada pela religião, majoritariamente luterana.

Contudo, em terras capixabas os imigrantes germânicos não esmoreceram. Muito pelo contrário. Estiveram à frente das colônias mais prósperas da Província e, na atualidade, são expoentes em diversas atividades econômicas no Espírito Santo.

Os pomeranos, seguindo seu tradicional pacto com a terra, converteram-se em grandes produtores de hortifrutigranjeiros capixaba. Novamente apresenta informação proeminente na produção cafeeira e na fruticultura. A antiga Colônia de Santa Leopoldina tornou-se um dos municípios mais ricos do Estado no início do século vinte. Santa Maria de Jetibá, um dos grandes centros de agrupamento de pomeranos no Estado do Espírito Santo, é recentemente o maior produtor brasileiro de gengibre, favorecendo o Espírito Santo como o primeiro produtor e maior exportador da raiz no Brasil. Esse município é também o segundo maior produtor de ovos do país.

O Estado do Espírito Santo é o maior produtor de alimentos orgânicos do Brasil graças ao trabalho aplicado e ambientalmente correto dos descendentes de imigrantes germânicos, destacando os pomeranos. Contudo, a imigração germânica igualmente deu ao Espírito Santo contribuições à política e à economia. Por exemplo, Arthur Carlos Gerhardt Santos governou o Estado entre 1971 e 1975 na era dos grandes projetos industriais. As mais tradicionais empresas capixabas, a Refrigerantes Coroa e a Chocolates Garoto têm sua origem no trabalho de imigrantes.

“Após a instalação inicial dos imigrantes na região montanhosa central do Estado e, da migração interna até a metade do século vinte (a maior parte deles, foram para o Norte do Estado), os colonos germânicos marcaram presença”, para Kill.⁵⁷ Atualmente estão distribuídos nos municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Afonso Claudio, Laranja da Terra, Brejetuba, Baixo Guandu, Itarana, Itaguaçu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Vila Valério, Vila Pavão, Vitória, Vila Velha e Serra.

⁵⁷ KILL, 1998, p. 23.

Desta maneira, os germânicos incidiram na colonizar de grande parte do território capixaba, com seu espírito trabalhador, discernimento de comunidade e ânimo para edificar uma vida revigorada e bem-sucedida, ainda que na naturalidade. Sob o sol dos trópicos, a pele alvíssima e os olhos claros aguentam a provocação de viver num clima quente, porém com o rosto altivo e a alma sempre preparada para cultivar.

1.3 O imigrante: esse ser humano!

O aspecto desta abordagem está ligado ao imigrante. De forma que estes são também dotados de sentimentos, emoções, ideias e experiências, inerentes a todo o seu ser. Nesta ótica, entende-se que nenhum planejamento, articulação ou ação de políticas públicas para os Imigrantes funcionará em sua plenitude ou alcançará os resultados almejados, se deixar de analisar o fator humano como “chave” para conquista dos resultados das políticas públicas inerentes. Assim, deve-se ter em mente que a natureza da pessoa humana precede a condição de imigrante e, conseqüentemente, está sujeito a todos os tipos de interferências sociais, ambientais, físicas, emocionais e, também de ordem espiritual, quando se fez mister à igreja e suas representações, junto a esses imigrantes.

Alguns aspectos socioculturais são comuns a muitos pomeranos. Vivem em comunidades interioranas basicamente estruturadas em pequenas propriedades rurais. Além do português, ainda utilizam o dialeto pomerano para comunicação entre si. Expressam fortes traços culturais através da dança e da música e festejos carregados de ritos e simbolismos como os casamentos, por exemplo. Outro aspecto é a religiosidade, a maioria dos pomeranos confessa o luteranismo, tanto na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) quanto na Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).⁵⁸

Surge então uma questão: existe algum poder ou dimensão do ser humano capaz de estimular o seu espírito para que venha resistir aos conflitos da alma, e mesmo do corpo, reconduzindo-o a um agir, livre das pressões do dia a dia? A resposta poderia ser sim na medida em que a migração seja considerada algo ontológico, uma condição permanente da espécie que faz com que os limites da

⁵⁸ CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Orgs.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013. p. 1-15.

interação humana com o meio-ambiente seja sempre percebido como uma jornada que remete ao transcendente. Nesse sentido, a religiosidade pode, com frequência, conduzir o ser humano a se posicionar de forma respeitosa diante do desconhecido, diante dos desafios de novas fronteiras, principalmente quando isso envolve a necessidade de se manter a saúde e a reprodução da vida em níveis adequados à manutenção da espécie. Assim ocorreu com frequência aos imigrantes no Brasil.⁵⁹ A resposta poderia ser sim, caso a compreensão da situação do ser humano seja percebida na direção da constante *pergunta primordial*: “Adão, onde está você?” (Gn 3.9); “Caim, onde está Abel, seu irmão?” (Gn 4.9); isto é, o chamado ao ser humano por sua localização existencial, enquanto algo inexprimível toma plasticidade apenas em nossa resposta, pois aí se encontra o paralelo na conceitualização histórica e destinativa da resposta à Palavra de Deus. “A existência é ela própria essencialmente linguística e a fé acontece em nossa linguagem, que é nossa resposta a Deus”.⁶⁰ A própria existência é fundamentalmente linguística, afirma Heidegger, segundo Hans Jonas, sendo o discurso da fé cristã a resposta essencial ao chamado da revelação de Deus, não apenas a expressão inadequada de nossa resposta ao *chamado* que se dá na *clareira da existência* que *interpela* o ser humano.⁶¹

É na elaboração da resposta não falada necessariamente, mas construída por decisões possibilitadas dentro da dimensão da existência que a vida do ser humano evolui segundo os desafios postos pela necessidade de migrar em busca de condições à sobrevivência e manutenção da vida. Nessa perspectiva, a maneira de lidar com o subjetivo das decisões, as quais não são objetivas, passa quase sempre pela religiosidade, sendo também a religião organizada outra forma de simbolizar jeitos e condições destinativos da irrevogável condição humana (e social) de tomar decisões. A forma pela qual o ser humano lida com a existência é por meio de um

⁵⁹ GAEDE NETO, Rodolfo. Diaconia e cuidado nos primeiros séculos do cristianismo. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 55, n. 2, p. 316-332, jul./dez., 2015. p. 331. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/2620/2417>. Acesso em: 28 dez. 2015.

⁶⁰ JONAS, Hans. Heidegger e a Teologia. *Rev. Filos., Aurora*, Curitiba, v. 28, n. 43, p. 331-362, jan./abr. 2016. p. 344.

⁶¹ No sentido da demitologização bultmanniana, a vida diante do desconhecido exclui a afirmação igualmente objetivante de que o *Ser*, isto é, o *Ser dos entes*, se revela, por sua iniciativa, na experiência, “no encontro dos entes (humanos) com os entes (coisas); isto é, que a revelação é imanente ao mundo, mais que isso, pertence à sua natureza; isto é, significa que o mundo é divino” (JONAS, 2016, p. 346). Conf. BULTMANN, Rudolf Karl. *Demitologização*: coletânea de ensaios. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

pastoreio dentro do mundo da linguagem, chegar a algum lugar de verdade constitui o trabalho pastoral do ser humano na medida em que interpreta o *Ser* que se desvela ludicamente, até de modo metafórico. Trata-se da maneira como o ser humano administra sua própria presença no mundo perante a *verdade ontológica*. O ente humano está colocado entre o *jogo do Ser*, do qual ele avança como que por clareiras, ou seja, vê caminhos entre clarões numa noite tempestiva. O ser humano, nesse sentido, vivencia liberdade dentro da *atividade diaconal*, dentro da *mediação* de sua condição de *ser-um-com-outro mediado pelo mundo*, é a *diaconia do Ser*.⁶²

As igrejas, como modelos de religiosidade organizada em sistemas, contribuíram em grande parte nos esforços para diminuir o sofrimento desses imigrantes e sanar problemas relacionados à ordem social do grupo.

A Federação Luterana Mundial (FLM), no documento *Diaconia em Contexto*, afiança que “diaconia é um conceito teológico que aponta para a própria identidade e missão da igreja” e “um chamado para a ação, como resposta aos desafios do sofrimento humano, da injustiça e do cuidado da criação”.⁶³ De acordo com esse entendimento a diaconia faz referência à reflexão teológica e, ao mesmo tempo, à ação que parte da igreja.

Lembrando que Boff coloca que “a atitude é uma fonte, gera muitos atos que expressam a atitude de fundo”.⁶⁴

A igreja nesses locais onde os imigrantes se localizaram foi fundamental para determinar a compreensão dos fatores sociais que constituem a base do equilíbrio emocional e da motivação do poverano e a mesma se mostra fundamental na implementação de ações institucionais que pregavam um maior engajamento de seus membros, objetivando a satisfação e colaboração do grupo, na execução fiel de qualquer medida levada à prática pelos mesmos, em suas várias frentes de atuação. Quando se fala de imigrante, subtende-se que se está falando que este, acima de tudo, é um ser humano marcado pela subjetividade; por conseguinte, caracteriza-se

⁶² Um dos sentidos da palavra *diaconia* é *mediação, representante, interlocutor*. Nesse sentido, Jesus realizou uma nova diaconia da reconciliação. STARNITZKE, Dierk. *Diaconia: fundamentação bíblica, concretizações éticas*. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2013.

⁶³ FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Diaconia em contexto: transformação, reconciliação, empoderamento*. Uma contribuição da FLM para a Compreensão e a Prática da Diaconia. Genebra: Federação Luterana Mundial, 2009. p. 8.

⁶⁴ BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 33.

este ser humano pela construção histórica, uma pessoa lançada à condição prévia de um mundo construído previamente. Portanto, por meio da religiosidade e da ética que se encontra o caminho para a humanização do povo.

Na obra “Moral e vida cristã (II)”, encontra-se o seguinte fragmento:

A existência cristã não é redutível a um “fazer” ou a um agir. E por outro lado, a moral, de per si, não inclui o significado último da existência que a fé dá aquele que crê. São, entretanto, muito estreitas as imbricações entre a fé e o agir.⁶⁵

Na civilização existe um processo de intercâmbio, uma valorização mútua, entre sociedade e o homem, objetivando prover os meios indispensáveis para o seu desenvolvimento e a sua auto-realização. A primeira garantindo os meios para o aperfeiçoamento do ser humano; e a segunda oferecendo sua parcela de contribuição na participação do bem-estar social.

Gaede Neto coloca que: “a igreja dos primeiros séculos ofereceu ao mundo testemunhos vigorosos da fé cristã. As violentas e constantes perseguições não conseguiram inibir ou sufocar a manifestação da fé que tem como fundamento o Deus da graça e do amor”.⁶⁶

Ao se ponderar respeito do termo ajuda e cuidado, outro que vêm ao pensamento é terapia e, no espaço cristão, reconhece-as Igrejas como Comunidades Terapêuticas:

A comunidade é terapêutica, na medida em que possui um caráter diaconal, ou seja, de serviço. Este caráter é vivido dentro do contexto da própria comunidade, onde um auxilia e cuida do outro. Ele também é vivido para além dos contornos da comunidade, em relação a pessoas e grupos a sua margem.⁶⁷

Esta valorização mútua entre os seres humanos é “um dever”. Contudo, este dever está sendo cada vez mais obscurecido, “tendo-se em vista a incidência do analfabetismo, das doenças, da miséria e principalmente da guerra”.⁶⁸

Sem os benefícios da paz, entendendo aqui o sentido de paz, em três dimensões: 1- *social*: consistindo na ausência de lutas, violências ou

⁶⁵ VV.AA. *Iniciação a Teologia: Moral e vida cristã (II)*. São Paulo: Paulinas, 1980.

⁶⁶ GAEDE NETO, 2015, p. 331.

⁶⁷ HOCH, L. C.; NOÉ, S. V. *Comunidade Terapêutica – cuidando do ser através de relações de ajuda*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2003. p. 11.

⁶⁸ MOTTA, N.S. *Ética e vida profissional*. Âmbito Cultural Edições Ltda., 1984. p. 54.

perturbações sociais, tranquilidade pública, concórdia e harmonia; 2- Na *convivência*, que consiste na ausência de conflitos entre pessoas; bom entendimento e harmonia; 3- De *espírito*, que é a ausência de conflitos íntimos; tranquilidade de alma e sossego.⁶⁹

O imigrante encontra-se ansioso por um viver melhor. Não mais admitindo ser tratado com aspereza ou indiferença de todas as formas. A religião é uma dimensão profundamente humanizadora, pois a fé desperta no ser humano a sua consciência, conduzindo-o a uma introspecção e guiando-o novamente a liberdade de pensar, sem estar influenciado ou pressionado pelo grupo.

Noé ao elucidar o termo terapêutico registra:

O termo terapêutico" deriva-se do verbete grego *therapeuo*, que é traduzido no Novo Testamento, como sarar ou curar, trazendo a ideia de levar a efeito a recuperação da doença física ou mental. No grego profano, porém, *therapeuo* tem o significado de servir ou estar a serviço de.⁷⁰

Firmados nesse conceito, os pastores levavam a descrição da fé que é o encontro do homem consigo mesmo e, esse reencontro, acaba fatalmente conduzindo-o a um encontro com o soberano. A fé também conduz o indivíduo a um viver melhor e é justamente na fraqueza humana que esta fé encontra campo fértil para o seu desenvolvimento. Este viver melhor leva o homem a uma constante busca do seu bem-estar e do seu adequado relacionamento com o outro. A ética não se apoia na religião, ambas se completam. A fé possui o poder de reascender a consciência moral, antes obscurecida no indivíduo, humanizando e fazendo que encontre a sua paz.⁷¹

O batismo é o primeiro rito eclesial na vida dos pomeranos. O valor deste rito é profundo e deve ser entendida na conjuntura de fragilidade da vida. Esses acreditavam que uma criança que morria sem o batismo, não era salva. Desta realidade e desta forma os "batismos de emergência" se constituíram um método muito divulgado no meio dos pomeranos.⁷²

Há paradigmas de agressão contra etnias, bem como tratamento segregador, onde são melhores, cidadãos, àqueles que possuem melhor potencial econômico, político e intelectual. Esse é o pensamento da sociedade. Porém, se

⁶⁹ MOTTA, 1984, p. 54.

⁷⁰ HOCH; NOÉ, 2003, p. 10.

⁷¹ GAEDE NETO, 2015.

⁷² GAEDE NETO, 2015.

destaca que a fé realmente muda o homem. Somente uma instituição que valorize a ética como ideal de sua existência caminhará para libertação das obscuras amarras do imoralismo e conquistará credibilidade no seio da sociedade, em especial a religião, na sua tarefa de “servir e proteger”.⁷³

Em um mundo marcado por crises e conflitos de toda ordem e que repercutem diretamente nas relações interpessoais, na família, na economia, no interagir social e no trabalho. Enfim, todos os seguimentos da estrutura de políticas públicas social estão se tornando um campo minado, a pessoa humana busca na religião um “reagir” a fim de reconstruir essa estrutura que historicamente e progressivamente vem se desumanizando.

Como bem expressa Motta:

No momento histórico-social que ora vivemos se faz urgente um “posicionamento” mais firme, mais corajoso, mais convicto dos valores que realmente desejamos preservar, para que a Ética não perca o que tem de essencial, indispensável para o procedimento moral da pessoa humana [...] Mediante um trabalho conjugado, principalmente dos que tem a seu cargo os destinos de uma sociedade, a defesa dos valores considerados básicos, contribuirá, em grande parte, para que haja progresso moral em relação ao progresso histórico-social que se desenvolve no mundo contemporâneo.⁷⁴

O líder religioso étnico é um dos que tem a seu cargo os destinos da sociedade, onde se encontra locado. Nessa amplitude de responsabilidade entende-se que o mesmo tem uma responsabilidade a mais: sua postura ética, disseminar os ideais de amor e justiça. Lutero assim se expressa:

Da fé, fluem o amor e o prazer em Deus, e do amor flui uma vida livre, animada e feliz, para servir desinteressadamente ao próximo. Por que, assim como o nosso próximo padece necessidades e carece do que nos sobra, nós também padecemos necessidades diante de Deus e carecíamos de Sua graça [...] Vemos, portanto, quão elevada e nobre é a vida cristã, que, infelizmente, além de estar decaindo no mundo inteiro, já não é mais tão conhecida nem louvada.⁷⁵

A conversão ao cristianismo dos pomeranos deu-se no século XII. Antes dessa data, todos os povos fixados na região do vale do rio Elba e do Mar Báltico dedicavam cultos a divindades vinculadas à natureza. Estas divindades prediziam

⁷³ GAEDE NETO, 2015.

⁷⁴ MOTTA, 1984, p. 53.

⁷⁵ A BÍBLIA Sagrada. Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

sobre as colheitas, interesses diversos, etc. O deus do povo pomerano “Triglaw” era o representante por esse desempenho. Quando da conversão ao cristianismo pelos mesmos, rudimentos da religiosidade pagã permaneceram, porém adequadas ao meio cristão. Observou-se que os imigrantes não possuíam acesso a tratamento médico, de maneira que era muito comum a procura pelo “curandeiro”.⁷⁶ É notório que a religiosidade de um povo, em especial do pomerano, é muito intensa.

Levou muito tempo para que os imigrantes pomeranos e alemães no Brasil, de maneira generalizada, recebessem a assistência religiosa por meio de pastores formados em seminários e universidades da Europa. Porém, o quantitativo de pastores era reduzido para ajudar aos pomeranos religiosamente. Frente a essa realidade, os pomeranos vivenciaram sua religiosidade sem pastor, sob os embasamentos originados da Pomerânia e dos ajustes feitos na terra brasileira.⁷⁷

O casamento é um dos ritos de caráter social mais importantes da cultura pomerana. Sendo a fartura de alimentos e bebida uma de sua particularidade. As festas de casamento comumente prolongam-se por três dias. O número de convidados tem como finalidade a confirmar os vínculos de parentesco e afeição entre familiares e vizinhos.⁷⁸

São múltiplos ritos na cultura pomerana no que se refere à morte e ao sepultamento. Logo após a morte de uma pessoa, por exemplo, depois de ser banhada, colocam nela uma vestimenta com mortalha alva ou a “roupa de domingo” e calça-lhe os pés com sapatos. As mulheres solteiras falecidas são vestidas com roupas de noiva. As crianças são postas no caixão com brinquedos de maneira a representar tranquilidade na eternidade.

A religião para os pomeranos tem a força de penetrar inteiramente na sua vida. Ela faz parte de todos os ritos do seu dia a dia: chuva, sol, pesca, plantação, colheita, nascimento, morte, tudo é por eles ritualizados. O povo pomerano é ainda muito atrelado “às coisas da terra” e trazem através dela a adaptação do divino, do sagrado. Eles permaneceram aperfeiçoando tradições marcadas pela adaptação do divino.⁷⁹

⁷⁶ GAEDE NETO, 2015.

⁷⁷ GAEDE NETO, 2015.

⁷⁸ GAEDE NETO, 2015.

⁷⁹ GAEDE NETO, 2015.

Percebe-se, por tudo que já foi exposto, que ser líder religioso étnico é um grande desafio. Buscar amar e ser justo é aperfeiçoar a fé, principalmente em um meio onde os homens destituíram do seu coração tais virtudes desonrando-as. Humildade e perseverança são as chaves para este aperfeiçoamento da fé e que eleva o homem à plenitude, onde o mesmo haverá de receber também a devida justiça. Uma tática de nutrir a sua identidade cultural de os proteger e criar uma rede de confiabilidade foi de se estabelecer em grupos. Por isso, a migração era realizada em grupos. E é por isso também que as pessoas são apegadas às tradições culturais, porém foi na religião que se garantiu e se estabeleceu a identidade desses imigrantes.⁸⁰

1.4 Família e Cultura Familiar

A família representa a célula principal da sociedade e de seu agrupamento múltiplo surge à Nação e o Estado. A família é um dos bens mais preciosos da humanidade, pois se torna o núcleo das virtudes que se exercitam ao longo da vida e prepara a pessoa humana para a difícil tarefa de construir-se como “Ser” das relações. Desse dinamismo se podem recavar a abertura e a receptividade como características determinantes da pessoa forjada no núcleo familiar. Não é excêntrico dizer que é da família como lugar primordial que o ser humano, enquanto pessoa opera a construção de *Si*, que inclui tudo o que possa significar alteridade, diferença e determinação.⁸¹

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não há transcendência nem objetiva a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não eu. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si; de projetarem-se nos outros; de transcender. Pode distinguir órbitas existenciais distintas de si mesmo.⁸²

A constatação dessa determinação antropológica é tão importante que aguça na pessoa a capacidade e a necessidade de estabelecer e manter um pedaço do mundo para construir sua habitação própria, seu *ethos*. “O ser humano habita significações feitas a partir de sua interação e comunhão com o real circundante”.⁸³ Existe para isso uma espécie de narcisismo auto-estimulante que provoca a

⁸⁰ GAEDE NETO, 2015.

⁸¹ PASCAL, 1988.

⁸² FREIRE, 1994, p. 30.

⁸³ BOFF, Leonardo. *Ética da Vida*. 2. ed. Brasília: Letraviva, 2000. p. 126.

permanente necessidade da pessoa encontrar-se naquilo que faz, sente e vê, onde está, como está e com quem está. O referencial da intersubjetividade pode ser aplicado a coisas e lugares e situações,⁸⁴ naquilo que Edith Stein chamou de “Empatia”.⁸⁵

E nesse prisma a pessoa mistura amizades, constrói parâmetros e associa experiências que, à primeira vista, parecem desconexas, mas que podem ser interpretadas como geradoras de duas situações também complementares. Ou esse referencial brota de dentro da pessoa e se encaixa nas alteridades e estruturas ou partindo dali, chega mais ao fundo da interioridade humana, como uma explosão irradiadora de luz e energia. Por isso, pode-se dizer que a pessoa é um nó de relações, o que implica interioridade, horizontalidade, verticalidade e transcendentalidade; significa ainda compreender que o processo humano é atravessado por uma série de significações, que ultrapassam a experiência individual e aponta para outras combinações que reclamam a compreensão de sua integridade, com as outras singularidades, que são relacionadas e contribuem na determinação e compreensão de si e de sua especialidade, porque implica uma reciprocidade dinâmica.⁸⁶

É no encontro da minha vida com a do outro que se articula a origem e o destino, quando se descobre nesse nó de relação um ser humano com possibilidades de reconstrução e adaptação. “O homem esse ser infinitamente pequeno do microcosmo, o infinitamente grande do macrocosmo, o infinitamente complexo de sua mente e o infinitamente profundo do coração humano”.⁸⁷ Esta

⁸⁴ Apresentando os “atos experienciais sui generis” analisados por Edith Stein, a Professora. Ângela Ales Bello, no tocante ao problema da empatia (*Einfühlung*), enfatiza que “é necessário que se entenda o que está acontecendo (quando se trata da originalidade ou não originalidade da vivência). Portanto se pode distinguir o ato originário do dar-se conta que o outro experimenta a alegria que o outro provou, que se torna para mim um conteúdo do ato, mas não é vivido originariamente. Não se trata de alegrar-se junto, isto pode até acontecer, mas é necessário isolar um momento ou um ato, que é um sentir, sem porém que aconteça uma imedesimação (sic), e que é necessário distinguir da empatia; este ato, individuado quase por via negativa, através de uma série de distinções com outros, é a verdadeira e própria vivência da empatia” (ALES BELLO, 1992).

⁸⁵ ALES BELLO, 1992, p. 116s.

⁸⁶ “Segundo relata o Brahmana dos cem caminhos, um dia deuses e demônios disputavam entre si. Então os demônios disseram:” a quem poderíamos apresentar nossa oferta”? e depuseram todas as ofertas nas próprias bocas. Os deuses, porém, depuseram as oferendas cada um na boca do outro. E então Pradshapati, o Espírito primordial, entregou-se aos deuses”. BUBER, Martin. *Histórias do Rabi Nakhman*. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 71s.

⁸⁷ Já Blaise Pascal, discorrendo sobre as *razões do coração*, apercebe-se que a condição humana está calcada entre instâncias antagônicas que se entrecruzam; ali, o homem aparece como entrevado entre o trágico e o dramático. Ele não está mais abrigado sob a ordem cósmico-

peculiaridade do “ser humano” o insere numa integração e construção social, que tem o seu marco na constituição familiar:

O fenômeno da globalização trouxe para a realidade da família e da sociedade traços marcantes de transformações radicais. O que se pretendeu na verdade foi buscar elementos que permitiram considerar as famílias dos imigrantes, em sua abrangência vocacional e em sua singularidade antropológica, fazer a identificação dos traços étnicos e das condições que lhe permitiram chamar de “família”, a forma de organização que estabeleceu em seu grupo com todas as outras relações.

Foi possível verificar que o tema família referenciava os papéis sociais que se acomodavam em outras instâncias da convivência humana. Relações de paternidade/maternidade, filiação e fraternidade definem e se alternam conforme a dinâmica particular de cada grupo, mas ressignificam as instâncias fundamentais que são reservadas à compreensão da pessoa.⁸⁸

É na família que a pessoa mergulha nas dimensões transcendentais que descortinam a manifestação do absoluto: o *bellum*, o *bonum*, o *pulcrum* é a experiência do *numinoso*. No cristianismo esta manifestação pode também ser chamada de transparência, que na compreensão do Leonardo Boff é a “presença da transcendência, dentro da imanência”.⁸⁹

Também o teólogo suíço von Balthasar exprime a manifestação dos atributos transcendentais do Ser a partir da experiência mais singular e original:

O homem, porém existe somente no diálogo com o seu próximo. Uma criança é chamada à consciência de si a partir do amor e do sorriso da mãe. E é o horizonte do Ser infinito na sua totalidade que se abre ali naquele encontro, revelando-lhe quatro coisas: 1) que ele no amor com sua mãe é um, mesmo não sendo sua mãe, portanto que todo o Ser é uno”. 2) Que este amor é bom, portanto que todo o Ser é bom. 3) Que este amor é

teológica da visão cristão-medieval do mundo, nem voltado, como o homem cartesiano, para o senhorio e posse da natureza. Contempla, no entanto, dois abismos: o do infinitamente grande e o do infinitamente pequeno. Esta compreensão se traduz muito lucidamente na obra “Pensamentos”, no frag. 347: “O homem não passa de um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: um vapor, uma gota de água, basta para matá-lo. Mas, mesmo que o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre do que quem o mata, porque sabe que morre e a vantagem que o universo tem sobre ele; o universo desconhece tudo isso”. PASCAL, Blaise. Pensamentos. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

⁸⁸ CAMPANINI, A. y Luppi, F. *Servicio social y modelo sistémico*. Una nueva perspectiva para la práctica cotidiana. Barcelona: Paidós Ibérica. 1995.

⁸⁹ BOFF, 2000, p. 80.

verdadeiro, logo que o Ser é verdade. 4) Que este amor suscita alegria, assim, que todo o Ser é belo.⁹⁰

O primeiro contato familiar abre também ao horizonte da descendência, inculcando na pessoa uma experiência de pertença e uma linearidade associativa que une ancestralidade (retrospectivamente) e o projetivo ou prospectivo da construção humana. A família é a base, em muitas outras relações, que certamente contribui para a formação da pessoa, num processo de construção, mas também é capaz de ressignificar na pessoa já formada a hierarquia de valores que possivelmente tenha perdido o sentido, além de projetar uma consciência mais integral e holística naqueles que manifestam abertura à consciência econômica do mundo, quer dizer: a terra como casa de todos e o cosmos como nosso lugar comum.⁹¹

A compreensão teológica do significado da constituição familiar evidencia a necessidade de uma interação mais totalizante de sua abrangência. Para os luteranos a importância da família e da instância do líder religioso étnico, se personaliza nas práticas por eles instituídas para acompanhar sua realidade, seus desafios e seu desenvolvimento.

É na família que se fundamenta a saúde mental e a harmonia do sujeito com o outro. Todos os empenhos do líder religioso étnico são ineficientes sem a colaboração efetiva da família, sem a consciência do valor e da prática da ética pelo sujeito.

Menciona-se a dura realidade de que milhões de crianças nascem sem família, moram em barracos com suas mães, muitas vezes não conhecendo seus pais, mas conhecendo os novos companheiros de suas mães; vivem sem afeto, desconhecem o evangelho e o amor de Deus. O resultado desta ausência de família é conhecido: essas crianças se deterioram como pessoas, não experimentam afeto, não sabem o que é amar e são presas fáceis da violência.⁹²

⁹⁰ BALTHASAR, Hans Urs Von. *Teológica: El Espíritu de la Verdad*. vol.: III. Madrid: Encuentro, 1998. p. 41s.

⁹¹ Oportuno, neste contexto, é recordar A Carta do Chefe Indígena Seattle (1854), um marco na consciência da inter-relação que harmoniza homem e natureza: "Disto nós sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem é que pertence a terra. Disto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorre com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não teceu a teia da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizermos ao tecido, fará o homem a si mesmo. DIAS, TEREZIA - Violência dentro de casa. *Revista Família Cristã*, ano 59, n. 693, set, 1993.

⁹² DIAS, 1993.

O deleite da pessoa e da sociedade está fundamentado a manutenção da família. Destarte, a família precisa se preparar para ser transmissora de valores éticos e morais, promotora de desenvolvimento físico, mental e cognitivo do indivíduo ainda em tenra idade. Sua missão é essencial: o vínculo do mútuo afeto, o clima de confiança, intimidade respeito e liberdade, o quadro da vida social, com uma hierarquia natural, mas matizada, por este clima, tudo converge para que a família se torne capaz de formar personalidades fortes e equilibradas.

O sentido de ser pertence a um grupo familiar não somente reforça a estrutura psicossomática, como também inscreve socialmente a pessoa nas inter-relações e interações com outros grupos familiares.⁹³

O conceito de cultura familiar surge como resultado das ressignificações que os núcleos familiares dão às suas ações e convencionam e contra distinguem com os outros. A significação dessas formas familiares vem sofrendo novas interpretações, motivadas por processos que fazem avançar a sociedade. Isso quer dizer que nem sempre a novidade dessas relações é capaz de substituir de modo pleno as formas mais tradicionais, mas motivam essas a um processo constante de revisão das práticas e da compreensão do próprio papel da família e seu lugar na cultura hodierna. Por isso é muito comum se ouvir falar em crise na família brasileira. Luzes e sombras se adensam em seu horizonte, configurando uma realidade turbulenta para terapeutas, sociólogos, antropólogos e todos os que se debruçam sobre a temática da família.

1.5 Língua e Comunicação: o caso da língua pomerana e sua presença atual no Espírito Santo

De acordo com o líder religioso étnico Valdemar Gaede, “a língua alemã era para os pastores alemães o veículo de formação e de transmissão da cultura. Porém, esse veículo não era capaz de vencer uma barreira que era a língua falada e entendida pelo povo pomerano”.⁹⁴ Os conhecimentos bíblicos, valores espirituais e divinos eram transmitidos em alemão. Gaede, no seu livro, desperta para essa preocupação quando relata “como poderia ser despertada uma vida de fé naqueles

⁹³ RILKE, 1998, p. 146.

⁹⁴ GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 93.

confirmados se não conseguiam ler nem de forma mecânica, muito menos entender o que liam”.⁹⁵ Isso nos mostra que apesar de a língua pomerana pertencer ao grupo das línguas germânicas, não havia total entendimento entre si.

Durante a realização desta pesquisa constatou-se a coexistência de, no mínimo, três línguas naquele período entre os pomeranos. Em âmbito familiar o pomerano, na escola o português e no campo religioso predominava o alemão, cada uma delas acionada em diferentes situações sociais.⁹⁶

O que se quer propor sobre a ordem da coexistência das línguas em que circulam mais de uma língua - nesse caso particular, o pomerano, na sua relação com o português, é que uma não anule a outra, mas ambas sejam respeitadas e valorizadas. Até porque, como declara Seibel, “a adoção da língua portuguesa entre os pomeranos passou a fornecer um melhor convívio com os imigrantes italianos e a própria população luso-brasileira”.⁹⁷

A esse respeito Ramlow assevera:

[...] é certo que o Português como língua oficial precisa ter seu lugar de destaque, mas certo também é que cabe ao Estado assegurar os meios para que a comunidade organizada possa cumprir a tarefa que ela mesma se impõe, sendo respeitada no seu jeito de ser e no seu modo de vida [...].⁹⁸

Entretanto, esses discursos preconceituosos e discriminatórios foram gerando atitudes negativas entre os descendentes pomeranos em relação à sua cultura, à sua língua e às representações do imaginário social.

No Brasil e, particularmente, no Espírito Santo, a questão multicultural apresenta uma configuração própria. Nosso Estado está consolidado sob uma base multicultural muito forte em que as relações inter-etnias têm sido uma constante através da história.

Em 2005 foi criado o Programa de Educação Escolar Pomerana-PROEPO, por iniciativa de algumas Secretarias Municipais de Educação dos

⁹⁵ GAEDE, 2012, p. 93.

⁹⁶ BAHIA, Joana D’Arc Valle. “*O tiro da bruxa*”: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2000.

⁹⁷ SEIBEL, 2010, p. 38.

⁹⁸ RAMLOW, L. *Conflitos no processo ensino-aprendizagem escolar de crianças de origem pomerana: diagnósticos e perspectivas*. 2004. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. p. 36.

municípios formados originariamente por grupos de imigrantes pomeranos: Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas e Vila Pavão, com a assessoria do pesquisador etnolinguista Dr. Ismael Tressmann. Este Programa de Formação Continuada de Professores (as) se apresenta como forma de reafirmar positivamente a cultura desses imigrantes, fortalecendo a língua pomerana oral e escrita.

E ainda, foi aprovada em Sessão Solene, realizada na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, em 04 de junho de 2009, a Lei nº. 031 que assegurou a co-oficialização da Língua Pomerana. Em seu art. 2º dispõe,

I. Manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, na língua oficial e na língua co-oficializada;

II. Produzir a documentação pública, as campanhas publicitárias, institucionais, os avisos, as placas indicativas de ruas, praças e prédios públicos e as comunicações de interesse público, na língua oficial e na língua co-oficializada;

III. Incentivar o aprendizado e o uso da língua pomerana, nas escolas e nos meios de comunicação.⁹⁹

Corroborando com essas iniciativas, a Secretaria de Estado da Educação – SEDU/ES publicou a portaria nº. 002-R, publicada em 20 de janeiro de 2011. Em seu artigo 5º estabelece,

Nas unidades escolares situadas em comunidades de imigrantes podem ser oferecidas línguas estrangeiras optativas como o Italiano, o Pomerano, de modo a ampliar o tempo de permanência do aluno no contra turno, por meio do Programa Estadual Mais Tempo na Escola.¹⁰⁰

Do mesmo modo, determinadas Instituições como hospitais e estabelecimentos comerciais passaram a definir como um dos critérios de contratação de funcionários/as o domínio da língua pomerana, o que aceita o entendimento especialmente, com os descendentes idosos e que vivem no meio rural que muitas vezes dominam pouco a língua portuguesa ou também têm ignomínia de se expressarem por meio dela, ou ainda só falam a língua *mater*.

⁹⁹ SANTA Maria de Jetibá. Lei nº. 031, art. 2º, de 04 de junho de 2009.

¹⁰⁰ SEDU/ES. Portaria nº. 002-R, art. 5º, 20 de janeiro de 2011.

Finalmente, antes de hierarquizar culturas, línguas ou de classificá-las em superiores e inferiores é importante distinguir que todas as culturas possuem informações expressivas e podem fornecer para a qualificação e o crescimento individual e coletivo. Para Hall, o essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam essa cultura em uma “tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante”.¹⁰¹

1.6 Políticas Públicas no Brasil e a luta por direitos sociais de comunidades étnicas empobrecidas

O estudo do Estado pode ser remontado até a antiguidade greco-romana, com escritos de Platão,¹⁰² Aristóteles¹⁰³ e Cícero.¹⁰⁴ Entretanto, nesses escritos não há uma separação nítida entre a realidade observada e a realidade idealizada, havendo preocupação acentuada pela indicação da melhor forma de convivência social.¹⁰⁵ Exemplo claro deste posicionamento é “A Política” de Aristóteles. A Cidade, ou polis, tem como fim o eu Zên, o que significa “Viver como convém que um homem viva”. Para Aristóteles “somente na polis é que o homem pode realizar sua virtude (capacidade) inscrita em sua essência”.¹⁰⁶ Esse pensamento de Aristóteles é radicado na ideia de que o homem se encontra em um meio-termo entre besta e Deus, dando origem a sua famosa afirmação de que o homem é um animal político (*zoon politikon*). Neste sentido, a Cidade – como comunidade consciente – é precisamente a forma política que permite a explicitação da “virtude” do homem. Somente a polis permite à coletividade instaurar uma ordem justa, e, ao indivíduo, viver de tal modo que atinja a satisfação legítima.¹⁰⁷

De fato, o marco inicial da ciência política é a obra O Príncipe (1513, mas publicada posteriormente), de Maquiavel. Para Albieri, Nicolau Maquiavel é considerado o primeiro cientista político moderno e destaca duas razões para tanto: 1) pela recusa da dimensão utópica dos escritos sobre políticas anteriores a ele;

¹⁰¹ HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 257.

¹⁰² Platão (428/27 a.C. – 347 a.C.) foi um filósofo grego. Discípulo de Sócrates, fundador da Academia e mestre de Aristóteles. Entre seus escritos destacam-se *Górgias*, *Fédon*, *A República*, *Leis*.

¹⁰³ Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) foi um filósofo grego nascido em Estagira. Entre seus escritos destacam-se *Ética à Nicômaco*, *A Política*.

¹⁰⁴ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva 1998.

¹⁰⁵ DALLARI, 1998.

¹⁰⁶ CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 14-15.

¹⁰⁷ CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p. 14-15.

trata das coisas como são e não do como devem ser; 2) pelo afastamento dos imperativos da moral corrente. Ao tratar essencialmente dos fatos, primeira razão, afasta-se de ser um filósofo político para ser um cientista político. Quanto à segunda, ao contornar a moral renuncia à ideia de fundar o poder em alguma base legítima.¹⁰⁸ Com Maquiavel e posteriormente com outros pensadores tais como Jean Bodin, Thomas Hobbes, John Locke, Charles de Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau tem-se o fundamento teórico para a edificação do Estado Moderno.¹⁰⁹

Ora, é a própria filósofa e professora Marilena Chauí que aduz ser a sociedade democrática “aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo”.¹¹⁰ Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência dos contrapoderes sociais a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões e diferença interna, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria práxis.

Ressalte-se que a dignidade da pessoa humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais deste em todas as suas dimensões. Isto significa dignificar a pessoa humana. A “política verdadeira é a que defende uma novidade de vida no presente, capaz de modificar também a ordem do poder”.¹¹¹ Uma novidade de vida no presente. Isso é importante porque não é verdade que os gestores de política pública têm nas mãos a solução de todos os problemas, de maneira planejada e predefinida. Para uma concepção inteligente da política pública, é necessário buscar e encontrar a novidade que vem da própria realidade, que não vem de uma concepção *a priori* daquilo que se é capaz de pensar ou analisar, mas vem antes de tudo, do encontro dinâmico com a realidade. Por isso, é necessário para quem faz política pública ter uma postura de abertura para conhecer o que se revela a cada momento.

¹⁰⁸ ALBIERI, 2004.

¹⁰⁹ Jean Bodin (1530 d.C. – 1596) foi um jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. Dentre suas obras destacam-se Os Seis Livros da República. Thomas Hobbes (1588 d.C. – 1679) foi um matemático, teórico político e filósofo inglês. Dentre suas obras destacam-se O Leviatã e Do Cidadão. John Locke (1632 d.C. – 1704) foi um filósofo inglês do predecessor Iluminismo. Dentre suas obras destaca-se O Tratado do Governo Civil. Charles de Montesquieu (Charles-Louis de Secondat) (1689 d.C. – 1755) foi político, filósofo e escritor francês. Dentre suas obras destaca-se O Espírito das Leis. Jean-Jacques Rousseau (1712 d.C.-1778) foi um filósofo suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Figura marcante do Iluminismo francês, dentre suas obras destaca-se Do Contrato Social.

¹¹⁰ CHAUI, M. *Introdução à Filosofia*. Porto Alegre: Bertand Brasil, 1999. p. 433.

¹¹¹ GIUSSANI, L. *O eu, o poder e as obras*. São Paulo: Cidade Nova, 2001. p. 65.

Isso, por sua vez, define uma *ordem no poder*, ou seja, um poder que existe não por um interesse próprio, mas que existe em razão de um bem do povo, de um bem para o homem. "Desse modo, a política deve optar se favorece a sociedade exclusivamente como instrumento, manipulação de um Estado e do seu poder, ou então, se favorece um Estado que seja verdadeiramente leigo, isto é, a serviço da vida social, conforme o conceito de Tomás de Aquino de *bem comum*".¹¹² Conceber e executar uma política pública dessa maneira é uma garantia para o "público" atendido. Só assim a política pública pode realizar o bem do povo. Há uma necessidade premente de tornar esses conceitos, por mais evidente que sejam operativos o mais possível, dentro da gestão em políticas públicas.

De acordo com Montero, mudanças macrossociais produzem crises na identidade grupal e é por meio desta que se torna possível aos membros do grupo questionar a negatividade de sua identidade, passando a perceber a contradição entre os valores atribuídos e as ações desenvolvidas.¹¹³ Neste ponto, igualmente se tem entendido o violar de determinados direitos fundamentais: liberdade, privacidade, imagem, honra, afinal, direitos concernentes a uma cidadania plena.

Os direitos de que se vem falando são consagrados pela carta constitucional brasileira e são históricos, nascidos das revoluções burguesas, mais precisamente da revolução francesa, marcada por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes.¹¹⁴

Assim, a partir dessa percepção é possível assumir e avaliar a identidade negativa e suas consequências de maneira crítica. Isso pode levar à substituição dessa identidade por outra igualmente alienada ou a um processo de desalienação, que possibilite alcançar uma visão crítica da realidade.

Partindo das considerações de Campbell, conforme citadas na obra de Montero de que a atribuição de estereótipos leva os indivíduos a incorrer em alguns erros, é possível afirmar a existência de alguns destes, na relação imigrante/Sociedade. As características atribuídas ao grupo são generalizadas para todos os seus membros, e por vezes exageradas, porém os membros do grupo que citam tais características se consideram isentos delas. Esse tipo de atitude ocasiona num dado momento, uma relação de hostilidade entre quem atribui e quem recebe a atribuição,

¹¹² GIUSSANI, 2001.

¹¹³ MONTERO, 1991.

¹¹⁴ BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 5.

sem, contudo, ocasionar a percepção de que é a atribuição de estereótipos o fator gerador desse conflito.

Determinadas manifestações duram até hoje, outras caíram no esquecimento. Em tal andamento histórico estão aludidos procedimentos de composição de categorização e comparação sociais e, logo, de construção da identidade social dos membros do grupo, como elucida Tajfel. Sobressai a acuidade da memória deste grupo - valorosa fonte e instrumento para os estudos da realidade contemporânea e da compreensão dos inseridos na classe de membros deste grupo.

Trazendo essas definições para a realidade deste estudo, pode-se constatar que o imigrante se percebe como sendo visto negativamente pela sociedade e se ressentido com esse fato. Avaliou-se que até mesmo se as transformações se derem no sentido da vinculação à nova ideologia reinante. Isso significa um saldo positivo em termos de mudança, pois esse novo regime político requer políticas públicas sociais mais democráticas e transparentes.

A história, então, como a entendemos, é a história da autoprodução humana. O que faz o homem um ser de possibilidades, que compõem sua essência histórica. Diferentes momentos históricos podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento dessas possibilidades de humanização do homem, mas é certo que a continuidade desse desenvolvimento (concretização) constitui a substância do homem (o concreto, que em si é a possibilidade e, pela contração interna, desenvolve-se levando as diferenças a existirem, para serem separadas); aquela só deixará de existir se não mais existir nem história nem humanidade.¹¹⁵

As reflexões acerca da identidade desse imigrante não derivam apenas de uma iniciativa pessoal destes, mas objetivamente de reparações sociais e de reflexões maiores deste macro. Tudo na sociedade tem inter-relação. Se a família está desestruturada, se o pai não pode oferecer alimento para seu filho, se a sociedade não lhe oferece condições de adquirir uma casa e o Estado não garante os seus direitos, aí ele se reprime frente às mazelas sociais. Conforme Candau:

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre

¹¹⁵ CIAMPA, A.C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 68.

peças e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a essa realidade.¹¹⁶

O enfraquecimento do Estado de bem-estar social e o novo papel do Estado definido pela ótica neoliberal colocou as políticas sociais em questão. Apesar de todos os avanços em vários níveis, há um descompasso entre o discurso político, o corpo normativo-jurídico e a efetividade das políticas públicas sociais em nível de práticas e efetividade.

Talvez se pudesse dizer que a efetividade das políticas públicas sociais para a comunidade Pomerana de imigrantes ainda estão imbricadas pela combinação de “remendos” de programas do Estado, retificados sob a ótica neoliberal e marcados pela atrofia do Estado. Do outro lado, assiste-se à hipertrofia do Estado para mortificar a miséria, cuja vertente, se direciona na individualização das causas do conflito social e, na necessidade de desconstrução do paradigma da negação das problemáticas sociais existentes. “Não é momento para falar do fundamento dos direitos mencionados; o problema em relação a eles parece-nos hoje que não é justificá-los, mas protegê-los. É problema político, não filosófico”.¹¹⁷

Entre os imigrantes havia o desejo de uma mudança de classe social, representada pela propriedade, que os tornava senhores, deixando a antiga condição de escravos da terra. A propriedade privada se identifica, transformando-se em seu símbolo, o valor da liberdade, entendida como independência da necessidade e dos outros homens, e sempre um bem exclusivo.¹¹⁸

Weber examinou que a partir dos vários problemas encarados pelos imigrantes pomeranos em analogia à instrução escolar, estes passaram a não ter a escolarização como primazia.¹¹⁹ Essa conjuntura só modificou depois de uma lei interna da Igreja Luterana que definiu que só confirmaria adolescentes que concluíssem a 4ª série do ensino fundamental. Conforme estudos de Hartwig os pastores da Igreja Luterana optaram por essa lei porque se preocuparam com a instrução dos filhos dos imigrantes, e assim contribuíram com o aumento das matrículas e a diminuição do índice de evasão escolar das séries iniciais do ensino fundamental. Quanto aos anos finais, do 6ª ao 9ª ano, atualmente o Conselho

¹¹⁶ CANDAU, Vera Maria. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): uma aproximação. In: *Educação & Sociedade*. n. 79, Campinas, 2002. p. 99.

¹¹⁷ BOBBIO, 1992, p. 24.

¹¹⁸ BOBBIO, 1997, p. 1027.

¹¹⁹ WEBER, M. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

Tutelar e a Promotoria Pública vêm exercendo influência para fazer cumprir a escolarização conforme a legislação prevê.

Vejamos o Programa de Educação escolar Pomerana – “PROEPO”.

Observa-se o valor que a transmissão sistemática das histórias pomeranas terá num tempo em que se fizer mister para esse povo, refletir seu senso de identidade étnica e cultural (social) com o desígnio de proferir seus interesses e exigências frente aos instrumentos governamentais.

A Constituição Federal de 1988 determina em seus artigos 210, 215 e 216:

Art. 210 - Determina que sejam fixados conteúdos mínimos para a educação básica, de maneira a assegurar a formação comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais;

Art. 215 - Garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e que o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional;

Art. 216 – Define como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.¹²⁰

Percebe-se nesta Lei que as questões culturais sempre foram entendidas pelos governantes. Contudo, jamais existiu uma inquietação em se exercer esses direitos da sociedade multicultural que compõe o Brasil. Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece nos artigos 3º, 26 e 28:

Art.3º

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura e o saber;

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

¹²⁰ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 de dez. 2015.

§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as condições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.

Art. 28 - Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

O que se quer propor sobre a ordem da coexistência das línguas em que circulam mais de uma língua - neste caso particular, o pomerano na sua relação com o português, é que uma não anule a outra, mas ambas sejam respeitadas e valorizadas. Até porque como declara Seibel, “a adoção da língua portuguesa entre os pomeranos passou a fornecer um melhor convívio com os imigrantes italianos e a própria população luso-brasileira”.¹²¹ A esse respeito Ramlow assevera:

[...] é certo que o Português como língua oficial precisa ter seu lugar de destaque, mas certo também é que cabe ao Estado assegurar os meios para que a comunidade organizada possa cumprir a tarefa que ela mesma se impõe, sendo respeitada no seu jeito de ser e no seu modo de vida.¹²²

Considerando a Declaração Universal da Diversidade Cultural, da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabelece em seus artigos:

Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade. A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Desde o tempo da colonização, a língua e seus falantes têm sofrido prejuízos e sido componente de uma visão estereotipada, na avaliação em que a escola não abria espaço para que os alunos pudessem se comunicar igualmente na sua língua materna.

Essa atitude tomada pela escola foi reflexo da política de nacionalização do governo Getúlio Vargas. Com a proibição da língua pomerana no currículo, a

¹²¹ SEIBEL, 2010, p. 38.

¹²² RAMLOW, 2004, p. 36.

educação pública de qualidade para todos foi um direito recusado de acordo com a história aos sujeitos pertencentes a minorias étnicas e linguísticas.

A língua pomerana é falada no Brasil pelos pomeranos em comunidades no Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A maioria dos falantes é bilíngue em Pomerano e Português. Na Alemanha o Pomerano é praticamente desconhecido, sendo falado somente no Brasil e Estados Unidos.¹²³

O planejamento do PROEPO surgiu a partir de preocupações de pais, mães, membros das comunidades, professores, pesquisadores, etc. diante de dificuldades enfrentadas pelas crianças de origem pomerana durante a escolarização, principalmente nas séries iniciais ao ingressarem falando somente a sua língua materna. Dentre as dificuldades mais preocupantes em relação à escolarização desses estudantes destacavam-se: o alto índice de reprovação, professoras que não falavam pomerano, subestimação da capacidade de aprendizagem dos alunos pomeranos, exclusão dos alunos das práticas escolares por não serem compreendidos em sua língua e nem compreender a língua portuguesa, levando essas crianças a serem extremamente tímidas. Incluindo igualmente que “a língua e o comportamento linguístico de seus falantes estão estreitamente ligados ao ambiente cultural onde ela é produzida e por isso confere identidade a um grupo”.¹²⁴

A implantação do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), formalizado por meio de parceria interinstitucional entre cinco prefeituras no Estado do Espírito Santo é um Programa Educacional Público que desenvolve um trabalho político e pedagógico bilíngue, que foi impulsionado pelo desejo da população local, descendentes de pomeranos. Ao longo do desenvolvimento do PROEPO alcançaram conquistas enormes que superaram o domínio escolar: criação da Comissão Municipal de Políticas Linguísticas; aprovação da Lei Municipal de Cooficialização da Língua Pomerana e realização do Censo Linguístico.

¹²³ TRESMANN, I. *Da sala de estar à sala de baile: estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do Espírito Santo*. 2005. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹²⁴ TURRA, Maria de Lourdes. Escola, homogeneidade e diversidade cultural. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende (Org.). *Educação e Cultura: pensando em cidadania*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999. p. 105.

O trabalho de fortalecimento e valorização da língua e da cultura pomerana foi compreendido como uma necessidade educativa local, que além de resgatar aspectos históricos contribui para elevar a autoestima dos(as) estudantes, para o processo de reafirmação da identidade cultural e linguística do lugar, com importantes impactos na implementação.

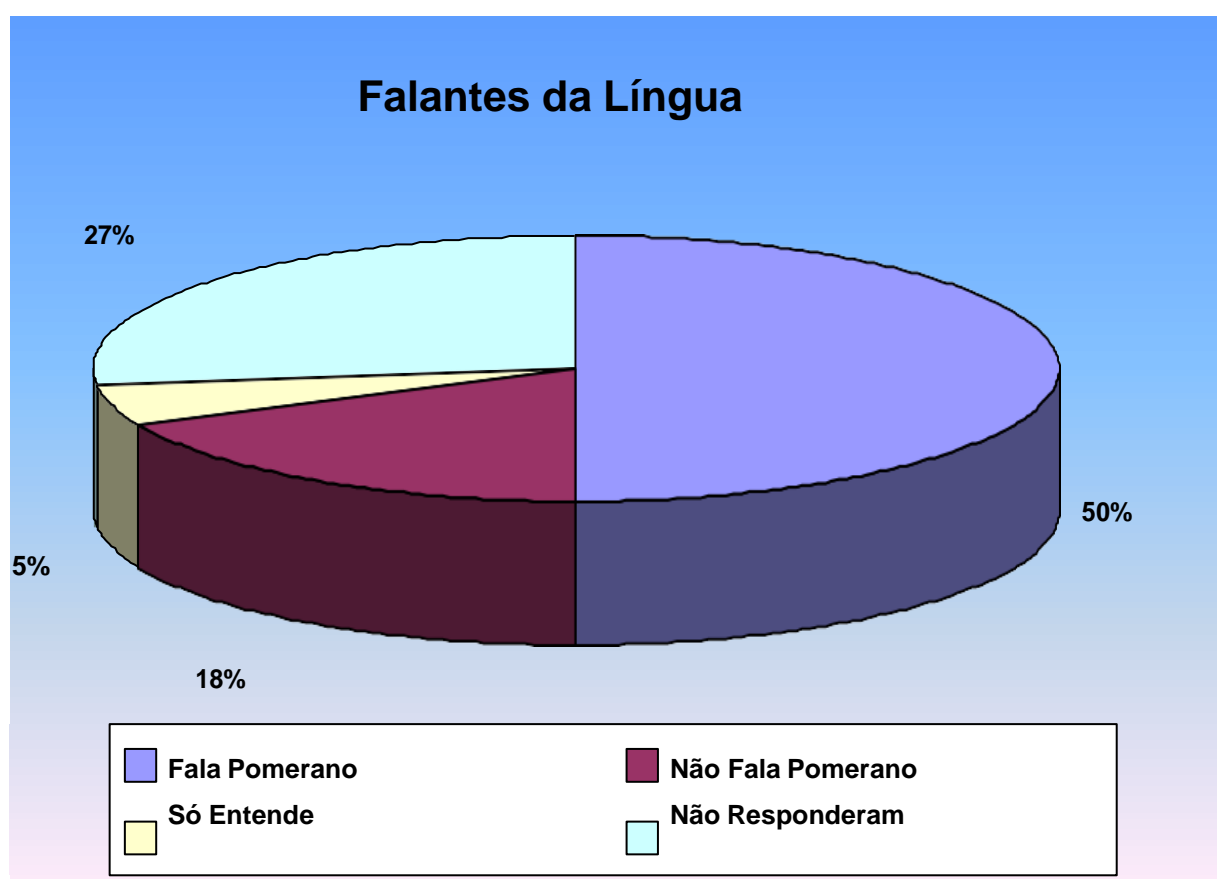
No ano de 2005, atendendo aos anseios da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria de Jetibá em dimensionar as realidades socioeconômicas culturais e educacionais com a finalidade de nortear as ações e práticas educativas no contexto democrático, foi elaborado o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Ensino Fundamental. Entre o diagnóstico geral das escolas, destacaram-se duas de grande relevância no que se refere à implementação e desenvolvimento do Programa de Educação Escolar Pomerana no município: O número de descendentes e a quantidade de falantes da língua conforme tabelas e gráficos abaixo:

Entrevista com a comunidade escolar (Ensino Fundamental) em 2005¹²⁵

Quadro 1 – Projeto Político Pedagógico (PPP) – 1444 famílias

Falantes da Língua					
Familiares	Fala Pomerano		Só entende	Não responderam	Total
	Sim	Não			
Pai	807	205	17	415	1444
Mãe	754	273	84	333	1444
Outros	2021	817	248	1161	4247
Total	3582	1295	349	1909	7135

Fonte: KUSTER; DALEPRANE; TRESSMANN, 2015.



Fonte: KUSTER; DALEPRANE; TRESSMANN, 2015.¹²⁶

Fundamentado nesta estatística, o município apresenta um perfil com grande número de falantes do pomerano.

¹²⁵ KUSTER, Sintia Bausen; DALEPRANE, Lúzia Fiorotti; TRESSMANN, Ismael. *Programa de Educação Escolar Pomerana – PROEPO*. 2005. p. 4. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_54/programa_de_educacao_escolar_pomerana.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

¹²⁶ KUSTER; DALEPRANE; TRESSMANN, 2015, p. 5.

Segundo o gráfico acima há preponderância da língua pomerana em muitas localidades como Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas, Santa Maria de Jetibá, Vila Pavão, etc. Estima-se que o pomerano seja falado no Espírito Santo por cerca de 120 mil pessoas.¹²⁷ É interessante notar que no Espírito Santo “a língua pomerana é mais falada do que o português nas cidades de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Pancas, Domingos Martins, Laranja da Terra e Vila Pavão”.¹²⁸ Estas cidades conseguiram que a língua da etnia pomerana obtivesse, por meio de decretos, a transformação da língua Pommersch como co-oficial.

¹²⁷ TRESSMANN, Ismael. *A co-oficialização da língua pomerana*. 2009. Disponível em: <<http://www.farese.edu.br/pages/artigos/pdf/ismael/A%20co-oficializa%C3%A7%C3%A3o%20da%20L%20Pomer.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

¹²⁸ BEILKE, Neubiana Silva Veloso. Do nativo ao pomerano: as línguas, os dialetos e falares vivos de um Brasil pouco conhecido. *Domínios de Linguagem*, v. 7, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/viewFile/21774/12574>>. Acesso em: nov. 2015.

2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E IDENTIDADE: O CASO DO POVO POMERANO NO ESPÍRITO SANTO

2.1 Representação social

Segundo Souza, as representações têm um papel ímpar na definição das identidades e estas, por sua vez, influenciam a aceitação e a utilização de representações no norteamento das orientações do grupo;¹²⁹ processo enfatizado por Lane, que entende que a individualidade humana, a possibilidade de se exercer a identidade própria, em um dado espaço social está diretamente vinculada aos interesses particulares e ao que isso pode representar à sobrevivência simbólica, do grupo no qual se está inseridos.¹³⁰ Da interação entre o que somos e o que esperamos que sejamos é o que se vai “forjando” nossa identidade social e a consciência-de-nós-mesmos.

Este capítulo busca contribuir com esse complexo conjunto de análises sobre as percepções e ações dos pomeranos em relação ao que seria o seu papel social, que dificuldades têm enfrentado. E, por fim, a quais verdades este povo têm se apegado, e como isso pode se refletir na sua história recente?

Esta pesquisa refere-se ao campo de estudo inaugurado por Serge Moscovici no ano 1961 por ocasião de seu trabalho “*La Psychanalyse: Son image et son public*”. Tendo como amostra sujeitos de alguns estratos sociais parisienses procurou analisar como o saber psicanalítico, pertencente ao universo reificado passou, progressivamente, ao domínio do senso-comum e, uma vez apreendido pelos segmentos e/ou grupos, como foi adaptado, tornado compreensível e prático.¹³¹

¹²⁹ SOUZA, L. O linchamento sob uma perspectiva psicossocial: Identidade social e representação de justiça. In: CAMINO, L. & MENANDRO, P.R. (Orgs.). *A sociedade na perspectiva da psicologia: questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP, Vol. 1, n. 13, 1996.

¹³⁰ LANE, S.T.M. *O que é psicologia social*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

¹³¹ ABRIC, J.A. A Abordagem estrutural das Representações Sociais. In: *Estudos Interdisciplinares de representação sócia*. MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de (Orgs.). Goiânia: AB, 1998. p. 28-38; MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Segundo Sá, mais do que simplesmente inaugurar uma nova modalidade de análise e de produção do conhecimento,¹³² Moscovici buscou redefinir os conceitos e os problemas da psicologia social até então fortemente marcados pelos pressupostos individualizantes e de cunho positivista da psicologia social americana.

Vale ressaltar que a década de formulação dessa nova teoria foi fortemente marcada por uma crise do paradigma científico,¹³³ em função das crescentes críticas ao positivismo, notadamente feitas pela escola de “Edimburgo”, defensora dos princípios epistemológicos de ordem relativista, e dos princípios ideológicos marxistas da Escola de “Frankfurt”, que defendia a tese de que as pesquisas sociais deveriam sempre priorizar os objetos com maior relevância social.

Tajfel apresenta uma definição de identidade social entendida “como aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença”.¹³⁴ Mas destaca que esta definição é restringida e proposta a discussão, adotando a complexidade que envolve a “imagem ou conceito que um indivíduo tem de si próprio”.

A década de 1970 foi marcada pelo nascimento de um novo paradigma científico: o qualitativo. Apensar do método qualitativo na análise dos fenômenos sociais não ser uma novidade nos estudos antropológicos, sociológicos e psicológicos, é a partir deste período que começa a ganhar ênfase e a se estender a outras áreas do conhecimento, que tradicionalmente eram empregadoras das abordagens qualitativas.¹³⁵

Sem surpresas, por se tratar de um período transitório, inúmeras pesquisas foram consideradas superficiais, dada a pouca rigorosidade teórico-metodológica. Mas a despeito disso se ressaltou a necessidade de elaboração de uma nova forma de se fazer ciência, capaz de atender às premissas básicas das ciências sociais e

¹³² SÁ, C. P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

¹³³ Eram constantes as críticas às bases do positivismo, isto é, à crença na objetividade científica pura, e na indução plena, referindo-se à possibilidade de generalização dos resultados dos estudos.

¹³⁴ TAJFEL, H. *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. p. 290.

¹³⁵ GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais. In: GEWANDSZNAJDER, F. & ALVES-MAZZOTTI, A.J. *O Método nas ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

humanas. O paradigma contemporâneo viabilizou o *status* de ciência às disciplinas sociais e humanas sem desconsiderar suas particularidades. A clareza de sua linguagem, a consideração do seu poder explicativo em complementaridade à sua natureza interpretativa, vinculados à flexibilidade de suas teorizações diante dos objetos em fase inicial de estudo, superaria o vale-tudo relativista e a dureza positivista, poupando-lhes o que é mais caro: a subjetividade.¹³⁶

Nos moldes do paradigma qualitativo, a psicologia social francesa, utilizando a *Teoria das Representações Sociais (TRS's)*, buscou a elaboração de seu corpo conceitual em termos sociológicos e não mais psicológicos como vinha sendo praticado. O enriquecimento fenomenal da disciplina, buscando-se constantemente a ampliação de seu elenco de objetos de estudo, a sua natureza multimetodológica por meio da incorporação dos métodos qualitativos aos já utilizados métodos experimentais e a sua maior flexibilidade teórica, ampliou-lhe as possibilidades de articulação e de produção do conhecimento. Farr, ao demarcar as diferentes extensões sobre a psicologia social irá corroborar sua ansiedade com a psicologia social contemporânea perante o complicado trabalho de unir seus atributos psicológicos e sociológicos.¹³⁷ González Rey apoia a colocação de Farr ao alegar que consegue localizar contribuições mais expressivas para essa discussão na sociologia do que na psicologia.¹³⁸

Justifica-se a escolha da ferramenta de coleta e tratamento de dados (entrevistas, revisão bibliográfica e tratamento estatístico, respectivamente), em função das intenções no estudo. Como poderá ser visto mais detalhadamente na “seção métodos”, os estudos que se aproximam dos interesses da “Escola Doiseana” (nossa linha de pesquisa), e têm como principal ferramenta a aplicação de pesquisa e o tratamento estatístico, afora as várias combinações com outras formas de coleta de dados tais como entrevista em profundidade e a “observação participante”.¹³⁹

A despeito da natureza inicial deste estudo – de ênfase qualitativa e quantitativa frisa-se que desde a definição do objeto da representação e, até a

¹³⁶ GEWANDSZNAJDER & ALVES-MAZZOTTI, 1998.

¹³⁷ FARR, R. *As raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹³⁸ GONZÁLES REY, Fernando. *Psicologia Subjetividade e Pós-Modernidade*. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2007.

¹³⁹ SÁ, 1998; MOSCOVICI, 1978.

análise final dos dados, combinaram-se estratégias de natureza qualitativa e quantitativa, fato em muito devido ao autor ser também um defensor de implantações de políticas públicas para acolhimento destes imigrantes pomeranos e ter lançado mão da observação participante e, do tradicional emprego na antropologia, para viabilizar a utilização da TRS's nesta pesquisa.¹⁴⁰

A abertura da “Grande Teoria” à interdisciplinaridade, assim denominada por Sá para designar o pilar epistemológico da “Escola Moscoviana”, rendeu-lhe grande sucesso acadêmico mesmo porque se tornou uma das representantes do alvorecer de uma nova forma de produção do conhecimento. Entretanto, críticas não foram poupadas ao seu criador que se defendeu alegando não poder na insipiência dessa criação, limitar o natural e necessário desenvolvimento da teoria, cabendo os devidos balizamentos às gerações futuras.¹⁴¹

De modo semelhante ao período transitório marcado pela formação do paradigma qualitativo, essa estratégia de maior flexibilidade inicial – a transdisciplinaridade – passou, com o desenrolar do tempo e das pesquisas, a ameaçar a própria identidade da teoria, convergindo em direção a esse novo campo áreas afins e desdobramentos da psicologia, adaptando-o “ao sabor de seus próprios interesses”, ao estudo de toda a sorte de objetos como se tudo fosse representação social.¹⁴²

Não se tratava da necessidade de retomada dos pressupostos fechados do positivismo, mas, de acordo com o paradigma contemporâneo de produção de conhecimento, delimitando com mais propriedade o campo de estudo dessa escola, de forma a pelo menos, sinalizar o que não lhe é de interesse ou de possibilidade analítica. Não se trata de invalidar as outras vertentes que, sob o mesmo título, buscam contribuir para a análise das cognições e das relações intra e intergrupais existentes no tecido social, mas tão somente, segundo os pressupostos da “Escola Moscoviana”, definir melhor as suas fronteiras, quais são os seus objetos de estudo, em quais circunstâncias poderão ser identificados e o arcabouço epistemológico. Noutras palavras: qual é o “seu foco”, onde se localiza, como se chega a ele e, por fim, desfrutar de seus “prazeres”.

¹⁴⁰ SÁ, 1993.

¹⁴¹ SÁ, 1993.

¹⁴² SÁ, 1998.

Segundo Sá, algumas críticas à teoria propuseram um retorno aos estudos iniciais, desenvolvidos por Moscovici, ou seja, à forma pela qual o senso-comum apreendida e depreendia o universo reificado. Entretanto, esse vê no primeiro emprego dado por Moscovici à teoria uma grande contribuição ao balizamento dessa: “[...] desde que explicita e se assuma suas implicações mais estritas”.¹⁴³ Não se trata de limitar os estudos atuais aos interesses e às possibilidades do primeiro estudo, mas sim por meio dele melhor demarcar quais são os objetos passíveis de estudo por essa teoria.

[...] as práticas sociais devem constituir referenciais objetivos indispensáveis das representações. [...] [Não podendo ser apenas supostas], mas, [...] [detectadas] em comportamentos e comunicações que de fato ocorram, sistematicamente, no funcionamento cotidiano dos grupos sociais.¹⁴⁴

Trata-se mais do estudo do imaginário social, pois se além à virtualidade do pensamento social e aos estudos da cognição social, tornando-se o comportamento como mera decorrência do pensamento: a pedra de toque deste estudo está no estudo de objetos de relevância sociocultural para o grupo, de forma a se criar uma liga entre o pensamento social e a sua prática cotidiana.¹⁴⁵

Concebidas por Wagner como produto e elaboradoras da comunicação e do discurso, as Representações Sociais para esse paradigma somente poderiam ocorrer “[...] em grupos e sociedades onde o discurso social inclui a comunicação tanto de pontos de vista compartilhados, quanto divergentes sobre muitos assuntos”.¹⁴⁶ De fato, as “Representações Coletivas” de Durkheim serviram de pressuposto inicial para os estudos de Moscovici. Entretanto, foram posteriormente substituídas pelas “Representações Sociais” em função do contexto de desenvolvimento das relações humanas na complexa e volátil modernidade, tomada como matéria-prima. Nesses espaços, onde a circulação das informações é atravessada por contradições, as representações sociais são de natureza ágil, diacrônica e histórica, ao contrário das representações coletivas de Durkheim, de natureza lenta, sincrônica, a-histórica. Tal referência conjectural e epistemológica

¹⁴³ SÁ, 1998, p. 111.

¹⁴⁴ SÁ, 1993, p. 111.

¹⁴⁵ SÁ, 1993.

¹⁴⁶ WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de (Orgs.). *Estudos interdisciplinares e representação social*. Goiânia: AB, 1998.

habilita a TRS's a ser uma importante ferramenta para o estudo dos fenômenos sociais.

Nada mais é 'naturalmente' aceito, tudo está em questão, ou como Marx diria, tudo que é sólido se desmancha no ar. Assim, Moscovici põe o conceito em movimento [de representações coletivas] e o muda para representações sociais, já que sua preocupação principal era justamente dar conta de como uma mentalidade coletiva se modifica na fluidez e maleabilidade das formas sociais modernas.¹⁴⁷

A Teoria das Representações Sociais ou a Psicossociologia do Conhecimento, segundo Jovchelovitch é:

Uma teoria sobre a produção dos saberes sociais. Ela se centra sobre a análise da construção e transformação do conhecimento social, e tenta elucidar como o saber e o pensar se interligam na trama do tecido social. Saber, aqui se refere a qualquer saber, mas a teoria está especialmente dirigida aos saberes que se produzem no cotidiano, e que pertencem ao mundo vivido.¹⁴⁸

As Representações Sociais não são um espelho da realidade, mas a realidade apreendida, reconstruída, aproximada e compartilhada pelo grupo, desempenhando as seguintes funções, permitem a compreensão e explicação da realidade; definem a identidade e a especificidade dos grupos; orientam as práticas sociais; justificam, a *posteriori*, as decisões tomadas nas variadas conjunturas sociais.¹⁴⁹

Entre o sujeito e o mundo há uma lacuna, um vazio, uma disjunção, que se deve ao fato de que, enquanto seres naturais nós somos desnaturalizados, não nos colamos perfeitamente ao mundo – em função de nossa prematuridade ao nascer – então nossa única possibilidade de acesso a este mundo é a atividade, desejo, construção, cultura. Essa atividade, essa construção, esse desejo, representam: representam o que somos, e portanto, está intrinsecamente ligada a nossa subjetividade e subjetivação representam nossa relação com o mundo, e portanto está intrinsecamente ligada aos contextos que historicamente dão forma ao nosso estar no mundo – nossa cultura e, finalmente, representam o mundo mesmo, estando portanto ligadas aos sentidos que damos ao existente, sentidos sem os quais o existente simplesmente não existiria.¹⁵⁰

Wagner identifica três distintos campos de estudo das representações:

¹⁴⁷ JOVCHELOVITCH, S. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1), p. 54-68; 1998. p. 56.

¹⁴⁸ JOVCHELOVITCH, 1998, p. 55.

¹⁴⁹ ABRIC, 1998.

¹⁵⁰ JOVCHELOVITCH, 1998, p. 58.

Primeiro, há a abordagem original das representações sociais como conhecimento popular das ideias científicas socializadas. [...] Segundo, há o vasto campo de objetos culturalmente construídos ao longo da história e de seus equivalentes modernos. [...] Terceiro, há o campo de condições e eventos sociais e políticos, onde prevalecem representações que têm um significado o mais curto prazo para a vida social.¹⁵¹

Apresenta-se neste estudo inserido duplamente no campo das transformações dos saberes sócio culturalmente produzido, uma vez que no decurso da história os pomeranos passaram por várias situações, junto com o contexto social, no qual atuava variando a sua atuação; bem como no campo dos eventos políticos e sociais.

Uma vez que a Representação Social é produzida e transformada nas práticas diárias dos Pomeranos no estado do Espírito Santo e a manutenção de sua identidade social destaca-se na função identitária das representações sociais para este estudo, pois a proximidade entre o objeto em questão e os sujeitos, isto é: “[...] a representação de um grupo social pelo próprio grupo – fazendo pois, com que o sujeito e objeto da representação coincidam”.¹⁵²

Mais do que a existência de meras opiniões sobre assuntos e atitudes isoladas pelos grupos as representações (esquematismos psicossociais e práticos), no entendimento de Moscovici, são verdadeiras teorias do senso-comum presentes nas informalidades do cotidiano, por exemplo, durante as refeições familiares, na igreja, enfim, onde quer que se pare e dialogue, isto é, que se “jogue conversa fora”.¹⁵³

Trata-se de questões que ou têm uma relevância bastante imediata para a vida das pessoas ou têm uma atualidade tal que lhes seja socialmente importante ‘estar por dentro’. Moscovici fala quanto a este último ponto de uma ‘pressão à inferência’, por parte do grupo engajado na conversação. A rigor, entretanto, os grupos ou segmentos socioculturais podem variar bastante quanto ao grau e consistência da informação que tenham sobre um dado assunto, quanto à estruturação visualizável, unidade e hierarquização desse conhecimento em um campo de representação, quanto à atitude ou orientação global – favorável/desfavorável, por exemplo – em relação ao objeto da representação. Estas são as dimensões identificadas por Moscovici [...] nos universos de opinião característicos dos diferentes grupos e segmentos”.¹⁵⁴

¹⁵¹ WAGNER, 1998, p. 4.

¹⁵² SÁ, 1998, p. 59.

¹⁵³ SÁ, 1993b; MOSCOVICI, 1978.

¹⁵⁴ SÁ. 1993, p. 43.

Entende-se o senso comum, sendo mais do que a apreensão dos conteúdos do universo científico pelo popular, mas, e também, a “[...] significativa influência das variáveis que operam na vida cotidiana sobre a prática científica, incluindo por certo as representações sociais do senso comum”.¹⁵⁵

Em relação à sua composição, as representações sociais são constituídas por atitude, campo representacional e informação. Em relação ao processo de formação são gestadas por dois mecanismos cognitivos imbricados: a ancoragem e a objetivação.

A função de duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato ‘naturalizá-lo’, foi chamada de ‘objetivar’. A função de duplicar uma figura por um sentido, fornecer um contexto inteligível ao objeto, interpreta-lo, foi chamada de ‘ancorar’.¹⁵⁶

Portanto, ancorar é o processo pelo qual os sujeitos classificam e denominam, aproximando e enraizando o objeto. A objetivação, em complementação ao processo anterior, dá alguma forma ao objeto, materializando a palavra. Entretanto, o próprio Moscovici reconhece que nem sempre há disponibilidade de imagens para a objetivação na proporção que há de conceitos para a ancoragem.

Para facilitação da identificação do objeto de estudo da TRS’s, teóricos brasileiros aqui representados por Sá desenvolveram os conceitos de “relevância cultural” ou “espessura social”. A preocupação com esse fato deveu-se ao seu constante apontamento “[...] por pessoas inteligentes e seriamente empenhadas em compreender e explorar a noção de representações sociais”,¹⁵⁷ o que “[...] sugeria que esta noção em si talvez fosse capaz de gerar entusiasmo... [podendo tudo ser entendido como representação social]”.¹⁵⁸

Uma vez que não há, segundo Sá, exatidão na identificação do fenômeno de representação social, podendo as pesquisas ser diretamente pautadas na sua existência ou desenvolvidas para sua descoberta, os conceitos de espessura e relevância foram equacionados no método antropológico de coleta e análise de

¹⁵⁵ SÁ, 1998, p. 59.

¹⁵⁶ SÁ, 1993b, p. 34.

¹⁵⁷ SÁ, 1993, p. 45-6.

¹⁵⁸ SÁ, 1993, p. 456.

dados utilizados por Jodelet: a observação participante¹⁵⁹ e o diário de campo tornaram-se grandes aliados na identificação do fenômeno, superando o corrente uso das falas como principal ferramenta, passando a incluir a conversação e a exposição dos sujeitos aos meios de comunicação de massa. Portanto, o conhecimento teórico do objeto, aliado à observação participante, pode proporcionar mais informações e interpretações aos pesquisadores, que estarão mais aptos a evitar pesquisas estéreis, pois pautadas em objetos inexistentes.

Não parece haver alternativa senão a de se lidar diretamente com o comportamento, com todos os riscos reais e imaginários (alimentados pelo 'fantasma' do behaviorismo) que isso implica. Parece que, expulso pela porta da frente, em função da chamada 'revolução cognitivista', o comportamento dos indivíduos pode acabar voltando a cena [sic], pela porta de trás, com salvaguarda contra os imperialismos psicologistas e sociologistas que não cessam de ameaçar a (ainda) promissora perspectiva psicossociológica das representações sociais.¹⁶⁰

Essa conclusão parece estar em pleno acordo com a proposta de Moscovici¹⁶¹ de que a Teoria das Representações Sociais deveria ser uma “teoria em construção”, assegurada pelo empirismo, pela clareza teórica e metodológica no desenvolvimento das pesquisas.

A premissa básica dos estudos da TRS's é a funcionalidade do pensamento social, isto é, sua materialidade nos comportamentos e práticas sociais de um povo, a despeito do grau de estruturação do grupo que a pratica. Moscovici em seu trabalho pioneiro não só lançou mão de grupos estruturados (ou reflexivos para),¹⁶² caracterizados pelo estudo das publicações católicas e comunistas, por exemplo, como de grupos não tão estruturado ou taxionômicos, considerando que malgrado esse fato tais grupos apresentaram certa associação entre os seus indivíduos. Crer-se não incorrer num erro ao afirmar que de fato toda a sorte de produções sociais pode, virtualmente, ser objeto de estudo da TRS's, desde que e tão somente essas produções se mostrem relevantes e, portanto, socialmente praticadas pelos sujeitos dos estudos. Pedagogicamente, entende-se “objeto de estudo” sob duas perspectivas complementares: o objeto como conjunto formado pelo fenômeno,

¹⁵⁹ Atribuiu-se a esta pesquisa características antropológicas, pois, a escolha do objeto “um povo” decorreu da observação das linguagens (falas, comportamentos e práticas) no âmbito do dia a dia dando-nos a segurança da adoção de um objeto pertinente e dentro dos critérios de relevância social da TRS's.

¹⁶⁰ SÁ, 1993a.

¹⁶¹ SÁ, 1998; MOSCOVICI, 1978.

¹⁶² WAGNER, 1998.

teoria e o método dos estudos acadêmicos; o objeto como realidade externa e significante para o sujeito do estudo.

Como sugere Sá é muito difícil ao pesquisador o desenvolvimento de uma linha teórica pautada na intertextualidade a despeito de ser uma via fértil, possível. Por este turno, optou-se por fundamentar as análises numa das “sublinhas epistemológicas” do campo das Representações Sociais, sumariamente e a adaptando às particularidades deste trabalho. São três teóricos que postulam manterem-se fiéis à teoria original, buscando operacionalizá-la e complementá-la: Denise Jodelet; Willem Doise e Jean-Claude Abric.

O modelo de análise a ser adotado se aproxima da linha de pesquisa de Doise, sendo bem ilustrado, segundo Sá (1998), pelos seguintes questionamentos: “Quem sabe e como sabe?” Tais questionamentos referem às pesquisas que se ocupam dos suportes das representações sociais na forma do discurso ou do comportamento dos sujeitos, documentos, práticas e outros para inferir a respeito de sua estrutura e de seu conteúdo “[...] sem relaciona-lo [s] às condições socioculturais que favoreceram a sua emergência [perspectiva de Jodelet [...] e/ou sem uma discussão de sua natureza epistêmica em confronto com o saber erudito. [perspectiva de ABRIC]”.¹⁶³

Segundo Sá, Doise entende as representações sociais enquanto “[...] princípios geradores de tomadas de posição ligados a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações”.¹⁶⁴ Seguindo esse critério, a tomada de posição e decisão dos indivíduos dentro de um grupo está diretamente relacionada à ancoragem, que se dá “[...] em relação a um sistema de pensamento preexistente, trata-se sempre de um sistema que se constitui e opera no âmbito de uma determinada posição no campo social”.¹⁶⁵

As respostas dos questionamentos de Doise estão muito próximas da observação que Jovchelovitch a respeito do estudo dos conteúdos compartilhados e daquilo que eles revelam numa representação, isto é,

¹⁶³ SÁ, 1998, p. 33.

¹⁶⁴ SÁ, 1998, p. 74-75.

¹⁶⁵ SÁ, 1998, p. 75.

[...] [os] conteúdos compartilhados não significam conteúdos privados de contrações internas, pois o fundamento da divergência reside no reconhecimento dos avatares que a comunicação dialógica pode estabelecer-se. [...] a idéia de códigos compartilhados não pode ser equacionada à idéia de concordância entre atores sociais.¹⁶⁶

De fato, há uma intrínseca relação entre as representações, a subjetividade e a produção, de forma que:

[...] nenhum deles existe sem a presença dos outros e o que os três expressam é a relação fundamental do ser humano com o tecido de seu mundo social, relação essa que é precisamente o objeto de estudo da psicologia social.¹⁶⁷

[...] como argumento de defesa do respeito à alteridade em relação democrática e, [...] [não somente] de proteção contra o estranho, legitimando comportamentos xenófobos e excludentes de diferentes ordens.¹⁶⁸

Utilizando a Teoria das Representações Sociais ou psicossociologia do conhecimento¹⁶⁹ como principal pressuposto teórico, entendemos que as ações dos indivíduos e dos grupos no tecido social também são decorrentes do sistema cognitivo humano que está intrinsecamente vinculado ao “[...] sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca”.¹⁷⁰ “Também são decorrentes”, enfatiza-se, pois, da mesma forma que o conceito de representação social é amplo e adotado por diferentes “escolas” ou autores/pesquisadores. A área de estudo psicológica também é plural, contribuindo, cada um dos seus setores à sua maneira, para a compreensão do ser humano e de suas atividades de e na transformação do meio sócio geográfico que lhe é circunjacente.

As representações sociais vistas como “geradores de tomada de posição” e não definidoras de posição¹⁷¹ possibilitou duas observações: a primeira em relação à complexidade dos comportamentos humanos, que segundo Morin são de ordem complexa, originados e produtores de elementos antropológico-mitológicos, psicossociológicos e biológicos; em segundo lugar, a teoria das representações

¹⁶⁶ JOVCHELOVITCH, 1998, p. 63-64.

¹⁶⁷ JOVCHELOVITCH, 1998, p. 60.

¹⁶⁸ SAWAIA, B.B. Identidade – Uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão* – análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Vozes, 1999a. p. 119.

¹⁶⁹ JOVCHELOVITCH, 1998.

¹⁷⁰ ABRIC, 1998, p. 27.

¹⁷¹ SÁ, 1998.

pressupondo que a subjetividade humana é constituída de componentes psicobiológicos e sociais, conseqüentemente, reconhece que são várias as áreas dentro e fora do campo genérico “psicologia”, que podem contribuir para os estudos dos comportamentos e práticas humanas.¹⁷²

Parafraseando Lane,¹⁷³ entender que toda a psicologia é social não é negar ou supervalorizar uma dada corrente de estudo em detrimento das áreas afins (sociologia, antropologia, história, por exemplo), mas tão somente destacar dentro do “universo epistemológico” das pesquisas científicas um recorte – dentre os inúmeros que são possíveis, no corrente caso o “social vivo”.¹⁷⁴ Esse recorte presume, portanto, limites teóricos e analíticos de nossas observações. Por isso, passíveis de revisão, complementação e mesmo oposição.

O elemento psicossocial representa a parte da teoria que se apropria dos conteúdos (objetos) sociais, que em certas conjunturas sociais se faz vivaz e, portanto, relevante para os sujeitos e os seus respectivos grupos. Refere-se aos conteúdos na contemporaneidade social do estudo,¹⁷⁵ notadamente em relação ao *background* citadino, fluido e efêmero, por exemplo, numa situação de linchamento,¹⁷⁶ em termos de pertencimento,¹⁷⁷ ou nos estudos das possíveis causas de sofrimento ético-político.¹⁷⁸

¹⁷² MORIN, 1998.

¹⁷³ LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

¹⁷⁴ Em consonância com o quadro teórico por nós estruturado, a corrente expressão, de acordo com os interesses de estudos da “Escola Moscoviana”, refere-se à tentativa de circunscrição do objeto de estudo da TRS’s, ou seja, o pensar, o falar e o agir, concomitantemente, para a concretude comportamental, e não presumido como nos estudos do imaginário social, ou do cognitivismo. O meio e a efemeridade de seus conteúdos representacionais são o mister da teoria.

¹⁷⁵ Destacamos este extrato da frase, como ênfase à pertinência da aproximação dos estudos históricos dos da psicologia social, para a ampliação e a diversificação dos objetos de análise de ambas as áreas de conhecimento. Partindo-se da premissa básica “comportamento vivo” ou “social vivo”; entendemos que a despeito do período histórico a ser analisado, o uso ampliado das fontes históricas não somente poderá revelar valiosas informações em termos históricos (arcabouço cultural dos grupos e sociedades), mas também psicossociais (alguns “porquês” dos comportamentos, em dadas épocas) do mesmo objeto. Poesia, música, história oral, aliados aos documentos históricos, tradicionais fontes da disciplina história, podem se tornar valiosos para diversificação e o enriquecimento dos estudos representacionais, e, por conseguinte, ratificando a inerente natureza interdisciplinar das produções científicas e humanas (VIEIRA et al, 1991) e, sinalizando uma verdadeira “simbiose epistemológica”.

¹⁷⁶ SOUZA, 1996.

¹⁷⁷ WAGNER, 1998; ABRIC, 1998.

¹⁷⁸ SAWAIA, 1999b.

O elemento histórico representa o conteúdo de conservação sociocultural e ideológica em termos de produções dos grupos e sociedades, que por mais diacrônico que possa se revelar, não nega a tentativa de preservação de alguns conteúdos. Em relação à TRS's, essa interpretação do social, remete aos conteúdos atribuídos ao núcleo central das representações, que é de natureza resistente, haja vista, ser constituindo de elementos históricos, sociológicos e ideológicos.¹⁷⁹

História e psicologia social como complementares áreas de estudo das sociedades humanas, na interseção propiciada pela TRS's incrementam as análises da transformação sócio histórica da trajetória da sociedade brasileira, tanto considerando os padrões de comportamento que vêm se reproduzindo quanto *pari passu*, se modernizando,¹⁸⁰ e que pode influenciar no processo de ancoragem e objetivação das representações sociais e do imaginário social num todo.¹⁸¹

Tomar como pressuposto que as ações sociais são pertencentes a uma complexa rede de imbricações (socialmente compartilhadas e transformadas), faz-se pensar a respeito das ações dos pomeranos, que da mesma forma são influenciadas pela mesma constelação de variáveis, principalmente, em termos psicossociais e históricos, do quanto no Brasil se aprende a discursar em nome da democracia, sem o compromisso consequente de praticá-la.¹⁸²

Se um sujeito, segundo Bretãs e Bretãs & Poncioni, devido às suas particularidades histórico-culturais é “naturalmente” suscetível às práticas de ordem jurídicas (desrespeito aos direitos humanos).¹⁸³ Porém, deve-se esclarecer que o medo e a insegurança, por si só não geram exclusão e violência social. Há a necessidade, para isso, de que “[...] as emoções sejam analisadas dentro do

¹⁷⁹ ABRIC, 1998.

¹⁸⁰ SELIGMAN, 1995.

¹⁸¹ SÁ, 1998.

¹⁸² ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social; Rev. Social. USP, São Paulo*, 11(2): p. 129-153, out. 1999 (editado em fev. de 2000); BRICENÕ-LEÓN, R.; CARNEIRO, L.P.; CRUZ, J.M. O apoio dos cidadãos à ação extrajudicial da polícia no Brasil, em El Salvador e na Venezuela. In: PANDOLFI, D. C. et al. (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 119-127; CHAUI, M. H. A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio, Brasiliense*, n. 11, 1980; LANE, 2001; MACÉ, E. As formas de violência Urbana: Uma comparação entre França e Brasil. In: *Tempo Social; Rev. Social. USP, São Paulo*, 11(1), p. 177-188, maio, 1999; MARTINS, J.S. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994; MESQUITA NETO, 1999.

¹⁸³ BRETÃS, 1999; BRETÃS & PONCIONI, 1999.

contexto de significações onde se inserem as experiências de vida dos diferentes grupos sociais em que se situam”.¹⁸⁴

O pressuposto de ser o comportamento psicossocial fundamentado numa lógica emocional facilitou entender o porquê de no processo sócio-histórico da sociedade brasileira tender-se a produzir, difundir e a justificar a manutenção de uma “cultura de desrespeito aos direitos humanos” nas soluções dos problemas no tecido social. Entende-se que tal fato está, visceralmente, ligado às formas como as emoções, no social brasileiro, têm sido, sócio culturalmente, orientadas. Desvalorizam-se as argumentações racionais,¹⁸⁵ por exemplo, em defesa dos direitos humanos (“proteção a quem?”), sem se ocupar dos riscos a curto ou médio prazo, oferecidos aos sujeitos.¹⁸⁶

Se as emoções sempre se desenvolvem em relação a um “outro significativo”¹⁸⁷ é a natureza dessa implicação que indicará os seus predicativos: positiva, respeitando o “outro”; negativa, excluindo o “outro”, de forma que:

Tentar compreender as dificuldades de se instituir em nossa sociedade, bases para uma convivência solidária entre as pessoas, é enfrentar o desafio de questionar como nossas categorias de análise estão dando conta do medo, da insegurança, da impotência, vivenciados pelos indivíduos, a partir das diferentes experiências com o isolamento e apatia a que estão sendo submetidas na vida diária.¹⁸⁸

Portanto, as emoções e a suas transformações, corporificam-se na dinâmica histórica:

[...] cujo conteúdo e qualidade estão sempre em constituição. Cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social. No século passado, predominou a vergonha do olhar do outro, que exigia a expiação pública. Hoje, a culpa tende a substituir a vergonha, mudando o caráter da expiação, de pública à individual e privada.¹⁸⁹

¹⁸⁴ NOVO, H. A. De tripas e corações: A dimensão ético-afetiva na construção de uma cultura da violência. In: TRINDADE, Zeide A.; CAMINO, Clarice (Orgs.). *Cognição social e juízo moral*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia / ANPEP, 1996. p. 18.

¹⁸⁵ WEBER, 1968; MARTINS, 1994; NOVO, 1996.

¹⁸⁶ BRICENÓ-LEÓN; CARNEIRO; CRUZ, 1999.

¹⁸⁷ NOVO, 1996; MENANDRO, 1979; MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

¹⁸⁸ NOVO, 1998, p. 22.

¹⁸⁹ SAWAIA, 1999b, p. 102.

Para o biólogo Maturana, esse complexo psicossocial e biológico dos comportamentos sociais que qualifica os comportamentos sociais refere-se à lógica básica de funcionamento do aparelho cognitivo humano, que de acordo com o tipo de emoção ou “domínio de ação”, direcionará e predisporá psico-biologicamente o ser a uma sorte de práticas e comportamentos. Por exemplo, no domínio de ação denominado amor,¹⁹⁰ é a razão, ou ordenação lógica de ideias com fins de defender dados posicionamentos, produzindo linguagens¹⁹¹ em nome do respeito e da valorização do “outro”.

Vê-se, novamente, a relevância dos estudos psicossociais e históricos para a análise das relações sociais atuais em relação aos imigrantes Pomeranos,¹⁹² inferindo-se sobre a sua trajetória histórica e psicossocial e questionado como certas condutas consensuais deram origem a padrões de comportamento sociais interpessoais e intergrupais,¹⁹³ que geraram problemas de linguagem, no âmbito estadual.

Apoiados em Weber, acreditou-se que as mudanças nos “rumos da nação brasileira” estão ligadas, principalmente, à gradativa assunção pela população, de seu potencial político, passando a contribuir, efetivamente, para a transformação do social, em nome da isonomia, da democracia e do Estado de Direito. Nesse processo, se vê a necessidade da co-integração de três elementos fundamentais: a paixão, a responsabilidade e o senso de proporção.

A paixão concerne ao “[...] ‘propósito a realizar’, isto é, devolução a uma ‘causa’, ao deus ou ao demônio que inspira”,¹⁹⁴ causa esta que se entende como sendo a justiça social. A responsabilidade, pois, “[...] quando se põe a serviço de uma causa, sem que o correspondente sentimento de responsabilidade se torne a estrela polar determinante da atividade, ela não transforma um homem em chefe

¹⁹⁰ Não se fala aqui em amor cristão ou do homônimo sentimento, mas de uma dada qualidade de pré-disposição orgânica, que viabiliza as ações de respeito à alteridade e às diferenças entre os iguais, como fatores legítimos e salutares às relações no social.

¹⁹¹ Aqui entendidas para além da comunicação por meio das convenções lingüísticas, mas sim, no tocante ao conjunto de “[...] ações coordenadas consensuais de conduta das coordenações consensuais de conduta na intimidade da convivência, na sensualidade e no compartilhar [...]” (MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 22), que permitiu a manutenção dos grupos humanos e observação de seus saberes socioculturais e históricos.

¹⁹² CHÂTELET, 2002.

¹⁹³ MATURANA, 1999.

¹⁹⁴ WEBER, 1968, p. 106.

político [agente histórico]”,¹⁹⁵ entende-se como a tomada da alteridade positiva no comando das relações. E, senso de proporção, “[...] quer dizer que [...] se deve possuir a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por consequência *manter* à distância os homens e as coisas”.¹⁹⁶ O que se entende como sendo uma visão mais racionalista e legalista na tomada de posição,¹⁹⁷ a bem do bem comum em detrimento do exacerbado individualismo e do clientelismo político.

A combinação desses elementos poderá funcionar como indelével ferramenta na formação de uma sociedade de verdadeiros cidadãos-políticos-brasileiros, hábeis em “[...] Armar-se de tal força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças”.¹⁹⁸

A identificação da Representação Social dos pomeranos não deve ter justificativa para o imobilismo e muito menos para a banalização dos comportamentos socioculturais, aos quais temos sido fiéis. Ao contrário, deve ser, doravante, o marco de novas práticas e comportamentos sociais engajados na implementação de projetos de intervenção pública moralizantes, para a superação das mazelas sociais e do reconhecimento do sofrimento ético-político de cada indivíduo, grupo ou classe social. Aqui, se enfatiza, principalmente, a situação do próprio sujeito Pomerano no Brasil, que muito necessita ser reconhecido enquanto ser legítimo, em sua existência social, dada a sua importância, responsabilidade e os perigos inerentes à falta de políticas públicas direcionadas á estes.

Dois pontos precisam ser considerados: primeiramente, a consciência dos problemas sociais, que enfrentam e, que os remeter, diretamente, a uma sequência de atitudes/intervenções sociais, pois, a guisa das estratégias defensivas dos sujeitos desta pesquisa, há uma grande suscetibilidade à naturalização dos comportamentos sociais, em função da banalização do mal social.¹⁹⁹ Em segundo lugar, citando Bussab e Ribeiro, nós, “filhos da civilização”, nascemos “[...] num

¹⁹⁵ WEBER, 1968, p. 106.

¹⁹⁶ WEBER, 1968, p. 106.

¹⁹⁷ ADORNO, 1999; WEBER, 1968.

¹⁹⁸ WEBER, 1968, p. 124.

¹⁹⁹ DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 9(1), p. 5-41, 1997.

ambiente cultural diferente da pequena tribo autossuficiente de caça e coleta para a qual [...] [estamos] psicobiologicamente aparelhado [s].²⁰⁰

As práticas sociais humanas são anteriores ao nascimento do Estado, todavia, em função de sua ação contaminante e envolvente dificilmente se poderia sobreviver, ou viver mais equitativamente, nesta sociedade, sem a sua mediação.²⁰¹

Mais do que um sistema de “governo” ou de regras endêmicas, o movimento civilizatório, em combinação com o sistema capitalista, formam um binômio de largo poder de envolvimento e de norteamento das mentes e emoções. Criamos uma nova modalidade de cultura, a capitalista, e ainda que criadores dela, muitas vezes, nos portaram como meros religiosos fundamentalistas, cegos, seguidores de nossas próprias produções.

Ratifica-se a importância do Estado de Direito, com a sua capacidade de cooptação e gerenciamento legítimo, como vital via de atuação e transformação social positiva. Sendo característica dos países periféricos, a fragmentação e a ineficácia estatal.²⁰²

Primeiramente, destaca-se a cabal importância das pesquisas acadêmicas e da valiosa contribuição que a academia pode fornecer ao Estado (burocracia) no sentido de sugerir, orientar e retificar as suas ações públicas para os seus vários campos de intervenção, em especial para o foco desta pesquisa, os pomeranos.

A inserção da premissa psicossocial no entendimento das ações, como vimos, é *conditio sine qua non* para a proteção da população, da imagem positiva do Estado e principalmente do cidadão,²⁰³ que poderá ser mais respeitado e auxiliado.²⁰⁴ Os investimentos do Estado nas universidades em função da tradição de pesquisa científica, aliados ao acesso das mesmas aos setores que elaboram projetos de intervenção social estatal podem representar uma eficaz ferramenta para o sucesso das campanhas de políticas públicas para esta população.

²⁰⁰ RUSSAB, V.S.R. & RIBEIRO, L.F. Biologicamente cultural: In: *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 186.

²⁰¹ LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Antropos, 1986; WEBER, 1968; ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando*: Introdução à Filosofia. 2. ed. Ed. Atual. São Paulo: Moderna, 1993.

²⁰² MACÉ, 1999.

²⁰³ MENANDRO & SOUZA, 1996.

²⁰⁴ ADORNO, 1999; MESQUITA NETO, 1999.

Em segundo lugar, considerando-se os apontamentos representacionais dos Pomeranos em nossas análises, abrange a estruturação do setor de políticas públicas não somente viabilizariam a maior integração entre os Pomeranos, mas, também o incentivo ao desenvolvimento físico-intelectual destes, contribuindo também, simbolicamente, para a existência de uma instituição organizada, forte e de relevância social.

Em terceiro lugar, também, seguindo os apontamentos representacionais, tratar um ponto bastante delicado, a dependência dos Pomeranos pelas políticas públicas sociais de saúde, educação, direitos e outros.

Por fim, considerando-se as análises representacionais, mas também os ostensivos problemas sociais vigentes na sociedade capixaba se destacou a grande importância da solução ou, no mínimo, do alívio em relação às mazelas sociais, notadamente em relação às áreas da saúde e da educação, bem como em relação a grande parte dos Pomeranos de só falarem a sua língua pátria.

Se o uso das políticas públicas sociais é um imperativo social brasileiro,²⁰⁵ destacamos que esse fato está também relacionado ao paradigma do modelo de vida,²⁰⁶ pautado na banalização e apatia do mal social. Se, no social o mal é banalizado e naturalizado, esses posicionamentos são invertidos quando emergem os sentimentos de exclusão e preconceito social nas vivências.²⁰⁷

2.2 Identidades históricas dos pomeranos

Os pomeranos passaram por intenso fluxo migratório dentro do território capixaba. Neste trabalho dedicaremos atenção especial aos aspectos gerais que caracterizam esse deslocamento. Temos por objetivo a identificação e análise dos motivos pelos quais tantos pomeranos se arriscaram na busca de novas terras no decorrer de sua trajetória. Motivos nos âmbitos político, econômico e social.

²⁰⁵ CHAUI, 1980; MENANDRO, P. R. M.; SOUZA, L. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p.133-141, 1996; SOUZA, 1994.

²⁰⁶ WIEVIORKA, 1997; DEJOURS, 1999.

²⁰⁷ MARTINS, 1994.

“Ao considerar que as identidades não são fixas, mas que podem ser produzidas em momentos particulares no tempo”.²⁰⁸ Analisaram-se os aspectos culturais que normalmente são utilizados para caracterizar a identidade do povo pomerano. Os pomeranos ainda carregam fortes traços culturais bem característicos, expressos em tradições e costumes, mesmo em meio às migrações e mudanças. Comportamentos e hábitos típicos ainda são encontrados no cotidiano desse povo, mesmo que reelaborados.

A afirmação das identidades étnicas normalmente exige alguma forma de autenticação. Muito frequentemente, essa autenticação é feita através da reivindicação da história do grupo cultural em questão. No entanto, há a necessidade de se questionar a existência de uma história única e verdadeira que possa ser recuperada. Tratamos de versões históricas singulares que têm sua própria veracidade, mas, por outro lado, são dependentes umas das outras.²⁰⁹

As identidades não são unificadas, ao contrário, são cada vez mais fragmentadas, estão em constante processo de mudança e transformação. Diferentes contextos sociais fazem com que os indivíduos se envolvam em diferentes significados sociais. Apesar de se ver como sendo a mesma pessoa em todos os diferentes encontros e interações sociais, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que se exercem. Dessa forma, as identidades são as posições que o indivíduo é obrigado a assumir, mesmo ciente de que elas são representações socialmente construídas.

A identidade se estabelece pela diferença e estão em uma estreita relação social de dependência. Assim, sua definição está sujeita a vetores de força, a relações de poder. “As identidades e diferenças não são simplesmente definidas, são impostas e disputadas”.²¹⁰

Para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação. É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. Assim, questionar a identidade e a diferença, nesse

²⁰⁸ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 28.

²⁰⁹ WOODWARD, 2007, p. 26.

²¹⁰ WOODWARD, 2007, p. 81.

contexto, significa questionar os sistemas de representação que lhe sustentam.²¹¹

A identidade pode então ser compreendida como um:

Processo social, que toma lugar não só no interior do indivíduo (fatores intrapsíquicos) ou no espaço das relações individuais (fatores interindividuais), mas se desenvolve no nível social e institucional (fatores intergrupais).²¹²

O conceito de representação admite juntar estreitamente as disposições e as relações sociais com a habilidade como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais.²¹³

As representações do mundo social ou cultural são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. As lutas de representações são importantes para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os seus valores e o seu domínio.²¹⁴

Tajfel através da Teoria da Identidade Social enfatiza a necessidade dos indivíduos de obterem uma autoimagem satisfatória. Redimensiona a Teoria da Comparação Social de Festinger através da análise das relações intergrupais e considera que a ênfase interindividual,

Não contempla um aspecto importante que contribui para a auto definição do indivíduo: o facto de que ele é membro de numerosos grupos sociais e que essa pertença contribui, positiva ou negativamente, para a imagem que tem de si própria.²¹⁵

Sendo assim, o autor define três componentes constitutivos da identidade social:

Um componente cognitivo, no sentido que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo no sentido de que a noção de grupo e/ou pertença a ele pode ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional no sentido que os aspectos cognitivo e avaliativo do grupo de pertença a ele podem ser acompanhados de emoções (tais como

²¹¹ WOODWARD, 2007, p. 91.

²¹² TORRES, A. R. R. & CAMINO, L. Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In: CAMINO, L.; TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O. Lima; PEREIRA, M. E. (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* Brasília: Technopolitik. 2011. p. 235.

²¹³ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 80.

²¹⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

²¹⁵ TAJFEL, 1983, p. 289.

amor ou ódio, gostar ou não gostar) dirigidas a um grupo próprio ou para outros com os quais tem certas relações.²¹⁶

Quanto à identidade social, Fehlbeg et al. descreve:

A identidade social não é fixa e pode ser vivida como positiva ou negativa em vários níveis, na dependência do que a auto avaliação permanente que todo indivíduo faz tanto das oscilações afetivas que decorrem de suas vinculações com diferentes grupos nos quais circula, como da percepção de seu próprio bem estar relacional ao lidar com as mencionadas vinculações.²¹⁷

Há uma desordem entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante. Quando se fala de mundo está se falando, especialmente, em negócio, que monopoliza tudo, de modo inclusivo a consciência das pessoas.²¹⁸

A globalização, como nova ordem mundial, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relacionada à comunidade e à cultura local. Mas, também, pode gerar uma resistência que venha fortalecer e reafirmar algumas identidades locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidades.²¹⁹

O território é a fundação do trabalho, o lugar de moradia, das trocas materiais e espirituais. É o espaço onde abocam todas as ações, poderes, forças e fraquezas, onde a narrativa do homem se consegue a partir das revelações de sua existência.²²⁰

Dessa forma, o território não se define apenas por um princípio material de apropriação, mas, também, por um princípio cultural de identificação, de pertencimento. Sua carga simbólica é tamanha que o território é um construtor de identidade.²²¹

²¹⁶ TAJFEL, 1983, p. 261.

²¹⁷ FEHLBERG, J.; MELO, D. M. de; MENANDRO, P. R. M.; RODRIGUES, M. M. P. “Casamento Pomerano” e Trabalho Feminino: um estudo com casais de duas gerações Pesquisas e Práticas Psicossociais 7(1), São João del-Rei, janeiro/junho, 2012. p. 8.

²¹⁸ SANTOS, 1998.

²¹⁹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011. p. 69.

²²⁰ SANTOS, Milton (Org.). *Território, Territórios*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

²²¹ HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. p. 51.

Assim, o conceito de território vai além da dimensão natural compreende também as relações de poder. No território é que se manifestam as forças políticas, econômicas e socioculturais.

Dados do Censo do IBGE de 1940 revelam que quando o Brasil tinha:

Cinquenta milhões de habitantes, 644.458 mil pessoas, em sua maioria cidadãos brasileiros, falavam alemão cotidianamente em casa e 458.458 falavam italiano. Segundo ainda a autora, essas línguas, perdeu sua forma escrita e se afastaram das cidades, passando a ser usadas apenas oralmente e cada vez mais na zona rural, em âmbito comunicacional cada vez mais restrito.²²²

Essa política nacionalista que não admite a pluralidade cultural se configura com a imposição de práticas sociais de uma cultura identificada como superior associada à classe dominante e que as pessoas dos outros grupos dos segmentos populares devem assumi-la. É dentro desse campo mais amplo de forças sociais e das relações culturais que se encontram as práticas sociais e culturais dos diferentes grupos étnicos. No cerne das questões culturais “está à relação entre cultura e poder: quanto mais importante - “mais central” - se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam”.²²³

Os colonizadores tentam colocar os colonizados dentro de uma moldura, sem respeitar as diferentes individualidades, pois a diversidade funciona como pretexto para impor valores e costumes culturais. No entanto, as identidades culturais vão sendo construídas a partir de uma espécie de recusa dos modelos dominantes de construção pessoal e cultural aos quais estão continuamente sendo expostas.²²⁴

A coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns existente entre as famílias pomeranas, embora se articulando com o mundo de fora, fez com que seus padrões culturais fossem mantidos e preservados até os dias atuais.²²⁵

²²² MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. In: *Em Aberto*. Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009. p. 33.

²²³ HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, 22 (2), p.15-46, 1997. p. 40.

²²⁴ HALL, 2003.

²²⁵ ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Pereira destaca outros fatores facilitadores dessa preservação:

Concentração, no mesmo espaço ecológico de indivíduos e famílias da mesma procedência étnica; O tipo de imigração (família) que trouxe para a nova terra unidades domésticas e não indivíduos isolados; O equilíbrio entre grupos de sexo e idade, criando estoques virtuais e cônjuges para a formação de novas famílias dentro dos limites grupais, sem que o grupo tenha necessidade de ultrapassar as suas fronteiras étnicas, para estabelecer alianças matrimoniais com outros grupos.²²⁶

Os pomeranos que aqui chegaram assinalaram uma dedicação exemplar ao trabalho, mesmo porque este foi colocado como imperativo de sobrevivência. Para Tajfel, o trabalho integra, como elemento central, a identidade social desse grupo e é parte essencial do estereótipo com o qual é identificado pelos componentes de outros grupos, o trabalho como característica nata.²²⁷

2.3 Consideração da Identidade pomerana no Espírito Santo

Tomamos aqui o conceito de que a representação social se constitui numa construção dos sujeitos enquanto sujeitos sociais. Tais sujeitos não são apenas produtos de determinações sociais nem produtores independentes, uma vez que as representações estão e são sempre elaboradas no nível da contextualidade, sendo o resultado das condições em que surgem e circulam os produtos e as possibilidades dadas de antemão por meio de jogos da linguagem com entes que se apresentam gratuitamente perfazendo a interlocutoriedade do processo representacional.

Caso o sentido atribuído à palavra *representação social* cumpra papel conceitual, tal coisa nos permite situar os pressupostos epistemológicos do estudo das representações sociais como algo próximo ao teatro e, como tal, de uma teoria da ação coletiva, pois os papéis sociais – nesse nível – ganham os caracteres da representação algo que interpretativo, uma função que os atores precisam desenvolver porque os papéis foram dados de antemão por meio dos valores socioculturais. Neste sentido, não se trata mais de simples conhecimento do conteúdo da natureza que um determinado conhecimento expresso em representações tem, mas o que se coloca em pauta são suas *implicações práticas*. Assim, é possível considerar o seguinte: os grupos e indivíduos seriam intérpretes (atores sociais) implicados na construção de identidades funcionais que permitiriam

²²⁶ ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 12.

²²⁷ TAJFEL, 1983.

a eles entrar em negociações acerca das relações sociais, ora em mutualidade ora em conflitividade.

A falta de políticas públicas para uma melhor acomodação do povo pomerano implica na condicionalidade do discurso pautado pela representação social que, por vezes, surge fulcrada por uma psicossocialidade introspectiva de baixo valor subjetivo quanto à formação da autoestima de um coletivo étnico. O povo pomerano contribuiu com a delimitação social e geográfica do Espírito Santo, sua necessidade bilíngue de manutenção da identidade societária, sua cultura agrária e seus costumes deram ao estado parte da maneira pela qual ele é conhecido e estabelecido como um ente da federação brasileira. O ressentimento quanto à falta de valorização, operacionalizada pela falta de assistência por parte do Estado, caracteriza – parcialmente – certa reflexividade jurídica da inoperatividade do suporte físico (direito positivo) à condição social das comunidades pomeranas no estado do Espírito Santo.

Uma vez que o sistema jurídico é concebido por meio de juízos de estrutura hipotética que se imiscuem a juízos outros de estrutura categorial (proposições que descrevem estados, pessoas e coisas), e estes com funções ancilares na ordem jurídica internacionalizada, as relações intersubjetivas entre comunidades de descendentes de imigrantes pomeranos e estado brasileiro estariam condicionadas, no mais das vezes, à discricionariedade do poder público em detrimento da observação do direito positivo, ainda que sempre eivado de subjetividade.²²⁸

Por isso, sendo a norma jurídica, pois, de significação e não de suporte físico (texto do direito positivo), e não sendo confundida com este, a significação seria sim construída a partir do suporte físico, mas não estaria represada nele, desta forma, caberia aos intérpretes perceber e buscar denotar uma significação diversa, uma norma jurídica construída de forma condizente com os pressupostos da justiça social, e menos pautada pela conservação do *status quo*.²²⁹

Cumpre notar que o exercício proposto supra, para ser considerado válido juridicamente, deveria convergir em significações estruturais lógico-deônticas com sentido completo, e não meras justaposições. Essa ancoragem do sentido denotado

²²⁸ CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

²²⁹ MACHADO NETO, A. L. *História das idéias jurídicas no Brasil*. São Paulo: Edusp-Editorial Grijalbo. [s.d].

à norma jurídica primária seria responsável por instituir relações jurídicas deônticas, juridicizando os fatos sociais em questão com consequência do acontecimento efetivo de tais fatos. Por sua vez, as normas secundárias permitiriam vincular a previsão de uma sanção processual, pelo descumprimento do preceituado no conseqüente da norma jurídica primária, à sua efetividade mediante a presença do estado-juiz, fazendo valer a “vontade” do sistema normativo.²³⁰

A reflexividade jurídica e social da situação das comunidades pomeranas no Espírito Santo estabelece a garantia do caráter intersubjetivo do direito, o que determina aos sujeitos que irão compor o vínculo sociocontratual uma relação tributária com implicações protetivas nos polos ativo e passivo. O sujeito passivo seria aquele ente que se encontra na relação jurídica por ter o dever de cumprir o preceituado na regra-matriz de recolher aos cofres públicos certa quantia em dinheiro, a título de tributo. Enquanto o ativo é aquele ente que recebeu a delegação de criar e que se coloca na posição de credor da relação jurídica tributária.

A relação estabelecida entre o estado e os imigrantes pomeranos foi pautada numa reflexividade jurídica que não se cumpriu naquilo que implicaria juízos outros de estrutura categórica, a saber, a assistência social e política capaz de ancilar as comunidades pomeranas a níveis de bem-estar social que as retirassem da condição de ressentimento sociocultural pela qual vem sendo construída sua representação social.

Conclui-se que, embora tenham recebido do governo brasileiro promessas e algumas efetivas ações referentes ao processo migratório, os imigrantes e seus descendentes não foram e não vêm sendo assistidos da melhor maneira possível como apontam as regras sociais e jurídicas as quais delineiam os papéis sociais, tendo tal desfecho implicações deveras complexas para a elaboração da representação social dos pomeranos, a qual aparece – por vezes – eivada de ressentimento quanto à não valorização de seu papel na delimitação social e cultural do Espírito Santo.

²³⁰ SÓLON, Ari Marcelo; FABRIS, Sérgio Antonio. *Dever Jurídico e Teoria Realista do Direito*. Porto Alegre: Editor, 2000. p. 7-10.

CONCLUSÃO

Após a análise e reflexões feitas no presente trabalho, chega-se à constatação de que uma das consequências deletérias do processo de imigração com a conseqüente e inadequada recepção das sucessivas levas de imigrantes germânicos no Brasil, inclusive nos movimentos migratórios mais recentes (século XX), é a falta de assistência aos grupos que se instalam em regiões difíceis para a enculturação, os quais diante das necessidades econômicas, sociais, e da fragilidade generalizada em que se encontram tais imigrantes, inclusive nas regiões assistidas de alguma maneira. Deve-se buscar a proteção da dignidade humana das pessoas a partir de políticas públicas que reconheçam as demandas dos imigrantes e que determinem o respeito a seus direitos humanos e fundamentais. A imigração se fundou na promessa da posse de terra, porém, junto a ela decorrem outras necessidades tanto de caráter estrutural quanto simbólico. Isto é, a valorização das atuações (interpretações) sociais com conseqüente ancoragem na discursividade representacional.

É importante perceber que as identidades culturais são, a priori, necessárias para manutenção de um grupo social. Contudo, jamais constituem estas identidades algo que estático. A cultura está sempre em evolução. Os recortes, delimitações, classificações, caracterizações que o especialista atinge nunca permitem a identidade como algo completo. Toda cultura é experimentada em meio à fala do grupo e dos indivíduos. A cultura não é única. Enfim, as particularidades de uma cultura num certo período podem não significar mais do que num outro momento.

Ponderou-se sobre a edificação da identidade germânica e seus mecanismos de ativação. Igualmente versou-se a respeito da ressignificação da identidade pomerana. Da mesma forma, acerca da identidade germânica. E destacou-se a revalorização de um patrimônio cultural e de memórias explícitas, alcançado pelos pomeranos como um importante legado de seus ancestrais e um exemplo a ser conservado para o Estado do Espírito Santo.

Destacou-se o PROEPO como um respeitável instrumento pedagógico no progresso do procedimento ensino-aprendizagem para os pomeranos, afrontando barreiras linguísticas que existem entre o pomerano e o português. A escola e a família devem estar unidas, e o PROEPO une família e escola na avaliação,

percebendo que não há fim para os conhecimentos que os alunos trazem de casa, admitindo uma constância desses conhecimentos.

O cuidado como uma dimensão ética do ser humano faz denotar um caráter de serviço, de preocupação, de responsabilização e envolvimento afetivo com o *outro* e com a *vida*. Sem o cuidado, a pessoa deixa de ser humana, pois ele é seu modo de ser essencial e base possibilitadora da existência. O ser humano se define não apenas como animal racional (entendimento da cultura científica), como ser de consumo (modo de produção voltado para o mercado), ser participante do ideal democrático, ser sagrado como na luta pelos direitos humanos, como ápice da evolução em seu projeto de dominação da natureza, ser espiritual com capacidade de diálogo com o mistério do mundo, mas também *como-ser-no-mundo-com-outros*, ou seja, um ser de cuidado.

A partir da avaliação da trajetória e contribuição do povo pomerano, percebe-se que não há um reconhecimento por parte do Estado Brasileiro dos seus entes federados como no caso dos imigrantes pomeranos como “povo de origem tradicional”. Percebem-se as necessidades de projetos de Políticas Públicas para minimizar a ausência do poder público nas relações sociais com os pomeranos e atenção especial às políticas públicas de atenção aos direitos fundamentais, entre eles aparecem lacunas de políticas de acesso à justiça, com a integração dos órgãos judiciais.

A Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário, deveriam garantir intérpretes aos jurisdicionados que não falam a língua portuguesa, despindo-se do imprevisto, “favor” ou “cortesia”, e materializando um direito e uma necessidade básica do ser humano, inerente à identidade, como forma de preservar e manter viva a identidade pomerana e dos povos germânicos no Estado do Espírito Santo.

O ser humano como um ser de relações *está-no-mundo* e *com-o-mundo*, enfrentando os desafios que a natureza lhe coloca, precisando, inicialmente, encontrar meios para responder às suas necessidades básicas de sobrevivência. Pelo trabalho se instala um processo de transformação que produz, num primeiro nível, uma cultura de subsistência que lhe permite sobreviver, criando modos de se relacionar com os outros e com os processos cósmicos, com divindades e consigo mesmo. Com isso, reconhece-se como sujeito, interfere e transforma os elementos

que estão à sua disposição na natureza e no mundo que o rodeia, produzindo cultura. “O ser humano se expressa de diferentes modos e linguagens, humanizando aquilo que toca, temporalizando os espaços geográficos e fazendo história. Onde há vida, há inacabamento. Sempre é possível mudarmos, conquistarmos o inédito”.²³¹

A situação positivada dos pomeranos ao longo de sua trajetória permite algumas inferências.

- ✓ O povo pomerano construiu junto com outros grupos os aspectos socioculturais e limítrofes do estado, caracterizou parte do que faz o Espírito Santo ser referência em determinadas áreas da economia, por exemplo, a cafeicultura;
- ✓ A luta das comunidades pomeranas pelo direito de falar sua língua contribui para a dinâmica da pluralidade cultural do país, uma vez que a riqueza de uma cultura passa pela língua;
- ✓ As comunidades pomeranas se articulam historicamente para a solução de seus problemas em virtude da ausência do estado e da necessidade de efetivação por meios dos vínculos sociocontratuais de uma relação tributária, com implicações protetivas implicadas a partir da relação jurídica entre o sujeito passivo e o sujeito ativo, isto é, a reflexividade jurídica preposta no *acordo referencial* (propaganda do estado brasileiro aos povos germânicos, no século XIX, de incentivo à imigração) ancorou sua efetividade parcial na concatenação de uma formação subjetiva auto atribuída que redundava, por vezes, na construção de uma identidade marcada pelo ressentimento ante a ausência do estado como garantidor de bem-estar social.

Sendo assim, constata-se que a representação social das comunidades pomeranas referencia-se por meio da construção de uma identidade atribuída e autodesignada, dinamicamente, ancorada em vinculações de pertença precarizada – presença diminuta do estado – com efeitos sociocontratuais marcados grandemente pela colaboratividade dos segmentos comunitários ante às suas necessidades concretas, conotando reflexos jurídicos e sociais da imigração pomerana ao conjunto normativo-protetivo do atual estado do Espírito Santo.

²³¹ FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 50.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. A. A Abordagem estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de (Orgs.). *Estudos Interdisciplinares de representação sócia*. Goiânia: AB, 1998.
- ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*; Rev. Social. USP, São Paulo, 11(2): p. 129-153, out. 1999 (editado em fev. de 2000).
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ARRUDA, José Robson de A. e PILETTI, Nelson. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 2002.
- BAHIA, Joana D"Arc Valle. "O tiro da bruxa": identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2000.
- BALTHASAR, Hans Urs Von. *Teológica: El Espíritu de la Verdad*. vol.: III. Trad. de José Pedro Tosaus. Madrid: Encuentro, 1998.
- BERGSON, Henri. Memória e vida; textos escolhidos por Gilles Deleuze; Tradução: Carla Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BÍBLIA On-line. Version: 2.0 – Bíblia na Linguagem de Hoje – SSB – 1998. Timnathserah Inc. Winterbourne. Ontario, Canada. N0b 2V0.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOFF, Leonardo. *Ética da Vida*. 2. ed. Brasília: Letraviva, 2000.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 de dez. 2015.
- BRICENÕ-LEÓN, R.; CARNEIRO, L. P.; CRUZ, J. M. O apoio dos cidadãos à ação extrajudicial da polícia no Brasil, em El Salvador e na Venezuela. In: PANDOLFI, D. C. et al. (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BUBER, Martin. *Histórias do Rabi Nakhman*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CAMPANINI, A. y Luppi, F. *Servicio social y modelo sistémico*. Una nueva perspectiva para la práctica cotidiana. Barcelona, Paidós Ibérica. 1995.

CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Orgs.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): uma aproximação. In: *Educação & Sociedade*. n. 79, Campinas, 2002.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CHAUÍ, M. H. A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio*, Brasiliense, n. 11, 1980.

_____. *Introdução à Filosofia*. Porto Alegre: Ed. Bertand Brasil, 1999.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva 1998.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 9(1), p. 5-41, 1997.

DIAS, Tereza. Violência dentro de casa. In: *Revista Família Cristã*, ano 59, n. 693, set, 1993.

EIZIRIK, Marisa Faermann; COMERLATO, Denise. *A escola invisível: jogos de poder/saber/verdade*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARR, R. *As raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Diaconia em contexto: transformação, reconciliação, empoderamento*. Uma contribuição da FLM para a Compreensão e a Prática da Diaconia. Genebra: Federação Luterana Mundial, 2009.

FEHLBERG, J.; MELO, D. M. de; MENANDRO, P. R. M.; RODRIGUES, M. M. P. "Casamento Pomerano" e Trabalho Feminino: um estudo com casais de duas gerações Pesquisas e Práticas Psicossociais 7(1), São João del-Rei, janeiro/junho, 2012.

_____. *Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do Espírito Santo*. 2011. 300 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes no Espírito Santo*. Vitória, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAEDE NETO, Rodolfo. Diaconia e cuidado nos primeiros séculos do cristianismo. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 55, n. 2, p. 316-332, jul./dez., 2015. p. 331. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/2620/2417>. Acesso em: 28 dez. 2015.

GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais. In: GEWANDSZNAJDER, F. & ALVES-MAZZOTTI, A.J. *O Método nas ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

GIUSSANI, L. *O eu, o poder e as obras*. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

GONZÁLES REY, Fernando. *Psicologia Subjetividade e Pós-Modernidade*. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, 22 (2), p.15-46, 1997.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HOCH, L. C.; NOÉ, S. V. *Comunidade Terapêutica – cuidando do ser através de relações de ajuda*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2003.

HOCH, Lothar Carlos. O lugar da teologia prática como disciplina teológica. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph (Org.). *Teologia Prática no contexto da América Latina*. São Leopoldo: Sinodal, ASTE, 1998.

JOVCHELOVITCH, S. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1), p. 54-68; 1998.

KILL, M. A. *Terra Capixaba: Geografia & História*. Vitória: Edição do autor, 1998.

KUSTER, Sintia Bausen; DALEPRANE, Lúzia Fiorotti; TRESSMANN, Ismael. *Programa de Educação Escolar Pomerana – PROEPO*. 2005. p. 4. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_54/programa_de_educacao_escolar_pomerana.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *O que é psicologia social*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Antropos, 1986; WEBER, 1968; ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 2. ed. Ed. Atual. São Paulo: Moderna, 1993.

MACÉ, E. As formas de violência Urbana: uma comparação entre França e Brasil. In: *Tempo Social*; Rev. Social. USP, São Paulo, 11(1), p. 177-188, maio, 1999.

MACHADO, M, M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. In: *Em Aberto*. Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009.

MACHADO NETO, A. L. *História das idéias jurídicas no Brasil*. São Paulo: Edusp-Editorial Grijalbo. [s.d]

MARTINS, J.S. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

MENANDRO, P. R. M.; SOUZA, L. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p.133-141, 1996.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOTTA, N.S. *Ética e vida profissional*. Âmbito Cultural Edições Ltda., 1984.

NOVO, H. A. De tripas e corações: A dimensão ético-afetiva na construção de uma cultura da violência. In: TRINDADE, Zeide A.; CAMINO, Clarice (Orgs.). *Cognição*

social e juízo moral. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia / ANPEP, 1996.

PASCAL, Blaise. Pensamentos. In: *Os Pensadores*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

RAMLOW, L. *Conflitos no processo ensino-aprendizagem escolar de crianças de origem pomerana: diagnósticos e perspectivas*. 2004. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

RÖLKE, H. R. *Descobrendo raízes: aspectos geográficos, históricos culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

RUSSAB, V.S.R. & RIBEIRO, L.F. Biologicamente cultural: In: *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SÁ, C. P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SANTA Maria de Jetibá. Lei nº. 031, art. 2º, de 04 de junho de 2009.

SANTOS, Milton (Org.). *Território, Territórios*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. *Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

SAWAIA, B.B. Identidade – Uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. São Paulo: Vozes, 1999a.

SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo – Uma Abordagem Didática e Atualizada 1535-2002*. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SEDU/ES. Portaria nº. 002-R, art. 5º, 20 de janeiro de 2011.

SEIBEL, I. *Imigrante no século do isolamento: 1870-1970*. São Leopoldo, 2010.

SÓLON, Ari Marcelo; FABRIS, Sérgio Antonio. *Dever Jurídico e Teoria Realista do Direito*. Porto Alegre: Editor, 2000. p. 7-10.

SOUZA, L. O linchamento sob uma perspectiva psicossocial: Identidade social e representação de justiça. In. CAMINO, L. & MENANDRO, P. R. (Orgs.). *A sociedade na perspectiva da psicologia: questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP, Vol. 1, n. 13, 1996.

TAJFEL, H. *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TORRES, A. R. R. & CAMINO, L. Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In: CAMINO, L.; TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O. Lima; PEREIRA, M. E. (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* Brasília: Technopolitik. 2011.

TRESMANN, I. *Da sala de estar à sala de baile: estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do Espírito Santo*. 2005. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

TUBINO, N. *A germanidade no Brasil*. Porto Alegre: Sociedade Germânia, 2007.

TURRA, Maria de Lourdes. Escola, homogeneidade e diversidade cultural. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende (Org.). *Educação e Cultura: pensando em cidadania*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

VV.AA. *Iniciação a Teologia: Moral e vida cristã (II)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de (Orgs.). *Estudos interdisciplinares e representação social*. Goiânia: AB, 1998.

WEBER, M. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ANEXO 1

LEI Nº 031/2009 DA COOFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA POMERANA



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº 031/2009

DISPÕE SOBRE A CO-OFFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA POMERANA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. *A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil e no Município de Santa Maria de Jetibá, fica co-oficializada a língua pomerana.*

Art. 2º. *A co-oficialização da língua pomerana obriga o município a:*

I – *manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, na língua oficial e na língua co-oficializada;*

II – *produzir a documentação pública, as campanhas publicitárias, institucionais, os avisos, as placas indicativas de ruas, praças e prédios públicos e as comunicações de interesse público, na língua oficial e na língua co-oficializada;*

III – *incentivar o aprendizado e o uso da língua pomerana, nas escolas e nos meios de comunicação.*

Art. 3º. *São válidos e eficazes, todos os atos da administração pública, editados na língua pomerana.*

Art. 4º. *O uso da língua pomerana não será motivo de discriminação, no exercício dos direitos de cidadania, assegurados pela Constituição Federal.*

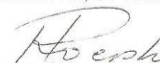
Art. 5º. *As pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Santa Maria de Jetibá deverão adotar atendimento e mensagens ao público, no idioma oficial e naquele co-oficializado por esta Lei.*

Art. 6º. *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 7º. *Revogam-se as disposições em contrário.*

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Santa Maria de Jetibá-ES, 04 de Junho de 2009.


HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

CÓPIA

ANEXO 2

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL-PEC Nº. 11/2009



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COMISSÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

PARECER N.º 02/2011

Parecer do Relator: Projeto de Lei de n.º 11/2009

Autor: Deputado Estadual Claudio Vereza

Ementa: "Inclui inciso VI, ao artigo 182 da Constituição Estadual, que trata do Patrimônio Cultural do Estado"

RELATÓRIO

A presente Proposta de Emenda Constitucional n.º 11/2009, de autoria do Exm.º Sr.º Deputado Cláudio Vereza, tem a seguinte Ementa: "*Inclui inciso VI, ao artigo 182 da Constituição Estadual, que trata do Patrimônio Cultural do Estado.*"

A mesma foi protocolizada no dia 09 de novembro de 2009, e lida na Sessão Ordinária desta Augusta Casa Legislativa do dia 11 do mesmo mês e ano, sendo publicada no Diário do Poder Legislativo datado de 24 também de novembro de 2009, às fls. 5.681/5.683.

Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação, recebeu o Parecer de n.º 325/2010, pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, bem como sua admissibilidade quanto ao Mérito de seu objeto normativo, com a adoção das Emendas Aditivas e de Redação a seguir expostas:

A Proposta de Emenda constitucional n.º 11/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Inclui incisos VI e VII ao artigo 182 da Constituição Estadual.

Art. 1º O artigo 182 da constituição Estadual passa a vigorar acrescido dos incisos VI e VII com a seguinte redação:

'Art. 182 (...)

(...)

VI-a Língua Pomerana;

VII- a Língua Alemã.

*(**)(NR)*

Art. 2º Esta emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. "

É o Relatório.

PARECER DO RELATOR

Conforme acima mencionado, a Proposta de Emenda Constitucional n.º 11/2009, de autoria do Senhor Deputado Cláudio Vereza e outros parlamentares, visa incluir a Língua Pomerana como patrimônio cultural do Estado do Espírito Santo. O escopo da medida pretende reconhecer a importância desta língua na história do Estado do Espírito Santo. Nesse contexto histórico, ainda, cabe ressaltar o que a Justificativa trouxe de informação, por intermédio da Dissertação defendida no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul e editado pela Edunisc, ed. da Unisc em 2002, de autoria de Lissi Bender Azambuja:

"No início do século XIX, a Prússia, lugar de origem de muitos alemães que colonizaram Santa Cruz, (37,88%), promovia o ensino básico, implantando a Escola Normal para a qualificação de professores e fomento de novas metodologias de ensino.

Na região do Reno, principalmente do Hunsrück, de onde também procedem muitos alemães aqui assentado, (33%), entendia-se já naquela época que o professor paroquial era figura importante para a ação pastoral. Este não era apenas aquele elemento que ministrava aulas, mas também um líder social e religioso a serviço da igreja.

Mesmo assim criou-se uma situação muito difícil para eles no final da década de trinta. Num contexto de pressões nacionalistas e de medo de um avanço do nazismo sobre as regiões de

ANEXO 3

LEI ESTADUAL QUE INSTITUI O DIA DO IMIGRANTE POMERANO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 9.258

Institui o Dia do Imigrante Pomerano.

O GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Imigrante Pomerano no Calendário Oficial do Estado, a ser comemorado, anualmente, no dia 28 do mês de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Anchieta em Vitória, 26 de junho de 2009.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

**(Publicado no DOE – 29.06.2009)
Este texto não substitui publicado DOE.**

ANEXO 4

CARTA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ ELABORADA NO II POMERBR

Os participantes do II PomerBR reunidos em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, Brasil, em 16 de junho de 2012, apresentam à sociedade brasileira um conjunto de princípios e de reivindicações resultantes dos debates promovidos nos eventos I PomerBR ocorrido em São Lourenço do Sul (RS) de 29 a 31/11/2011 e II PomerBR ocorrido de 14 a 16 de Junho de 2012 em Santa Maria de Jetibá. Eventos esses que tiveram como objetivo reunir representantes das comunidades pomeranas do Brasil para discutir ações que visam a promoção, a defesa, a pesquisa e o registro para o fomento e difusão da cultura e a língua pomerana no Brasil. Considerando as proposições realizadas pelos presentes na plenária de construção da Carta de Santa Maria de Jetibá (ES) em 16/06/2012 – II PomerBR e das ações de discussões decorrentes do I PomerBR os participantes manifestam explícito interesse de salvaguarda, registro, promoção e desenvolvimento sociocultural da cultura pomerana no Brasil. Tendo como base os argumentos abaixo relacionados:

Considerações:

- Considerando a Constituição Federal de 1988 em seus artigos:

Artigo 210 que determina que sejam fixados conteúdos mínimos para a educação básica, de maneira a assegurar a formação comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais; Artigo 215 que garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional; Artigo 216 que define como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

- Considerando o Decreto Presidencial 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

- Considerando a importância do passado, presente e futuro do povo pomerano na formação social econômica, política e cultural do Brasil;
- Considerando que o povo pomerano tem a terra, o território, a linguagem, os rituais, os saberes e a cultura como seus maiores patrimônios; que os mesmos sempre tiveram uma postura de conservação ambiental e tem a terra como espaço de sobrevivência, a tratam e cuidam com dedicado espírito de conservação; que os pomeranos em sua grande maioria são colonos que praticam a agricultura familiar ou ações de produção e comércio agregadas a essa atividade;
- Considerando que os conflitos de território e conflitos ambientais nos espaços ocupados pelos pomeranos são causados por interesses alheios aos seus;
- Considerando que os pomeranos, como povo tradicional, busca a convivência e a interculturalidade a partir das referências da cultura local e que desta forma se identifica e também se diferencia a cada contexto sócio-geográfico;
- Considerando a necessidade de aprofundamentos de estudos sobre diferentes aspectos da cultura pomerana, compreendemos que todo o movimento de pesquisa/investigação/interpretação realizada nos espaços geo-sócio-políticos onde habitam os pomeranos, necessitam aportar contrapartida de devolução reflexiva das ações realizadas com vistas a promover a emancipação local e que essas ações sejam articuladas a partir de processos de formação e organização política para garantir a promoção da cultura local e viabilização de políticas públicas dentro da perspectiva da diversidade;
- Considerando a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (BARCELONA,1996), que no seu Artigo 1.º considera como comunidade linguística toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. Considera ainda em seu Artigo 8.º que todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus

próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais, indica-se a Cooficialização da língua Pomerana, língua oficial em municípios, visto que o povo pomerano tem o direito de ter sua língua e cultura valorizadas também nos espaços educativos, sociais e escolares;

- Considerando a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco (2002 e 2005) ratificadas pelo Estado brasileiro em 2007 onde se tem por premissa que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade; que é necessário proteger e promover a diversidade das expressões culturais; promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional declaram que o Povo Pomerano tem direito a manter viva sua língua e cultura, conforme reza a Constituição Federal do Brasil (1988) e as decorrentes legislações do Estado Brasileiro e da Unesco.

- Considerando as constantes ameaças à produção e reprodução dos saberes e fazeres do povo pomerano que constituem a diversidade cultural no Brasil;

Propomos ao Estado Brasileiro, às instituições e ao Povo Pomerano:

- Formar uma Rede Nacional de Comunidades Pomeranas;
- Dar continuidade aos encontros acadêmico-pedagógicos para reunir sujeitos interessados nas questões referentes à língua, cultura, memória e história dos pomeranos;
- Criar uma instituição representativa que lute por direitos de reconhecimento e a viabilidade da promoção e fortalecimento da língua e da cultura pomerana do Brasil;
- Publicizar as ações de pesquisas sobre as comunidades pomeranas em âmbito nacional;
- Potencializar interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade;

- Fomentar políticas públicas sobre o tema em âmbito regional e nacional estabelecendo redes de organização social;
- Promover formação continuada de professores e acadêmicos; agricultores, agentes culturais e lideranças locais,
- Integrar ações de formação e pesquisa a partir das instituições de suporte da educação;
- Estabelecer parcerias interinstitucionais entre diferentes instâncias;
- Realizar Seminários, Congressos e Fóruns de apresentação de experiências e pesquisas científicas desenvolvidas em contextos de comunidades pomeranas;
- Assegurar a representação dos povos pomeranos no Conselho de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e nos Conselhos Estaduais de Educação e/ou Cultura;
- Criar editais específicos para o povo pomerano. Declaramos ainda que:
 - Desejamos o diálogo com os outros povos (quilombolas, povos do campo, indígenas; e demais);
 - Somos desejosos que nosso 'Olhar para dentro' seja capaz de compreender os lugares onde estamos e os dos demais presentes no espaço;
 - Desejamos a promoção da educação dos povos tradicionais do campo;
 - Precisamos investir na participação/criação de instâncias representativas através de Comissões Nacionais, Comissões Estaduais, Comissões Parlamentares para ampliar e promover o debate sobre o tema e propor políticas públicas de fomento e manutenção da língua e cultura;
 - Consideramos que o levantamento de dados dos Povos Pomeranos no Brasil necessita atingir a todos os pomeranos do Brasil; e que seja criado um

espaço de Publicação das ações mediadas a partir de um Fórum das Comunidades Pomeranas;

- Considerar o modo campesino de viver do pomerano numa perspectiva de incluir a Educação no Campo;

- Visar e realizar projetos para financiamento de publicação de materiais (livros, CD's, jogos), histórias e atividades para professores e alunos e comunidade em geral;

- Há necessidade de fomentar a publicação de pesquisas atualizadas como fonte de pesquisa para professores e alunos (se possível com exemplares para escolas para facilitar trabalhos pedagógicos);

- Fomentar a formação, efetiva e crescente, no que se refere à quantidade de professores bilíngues Pomerano/Português nas escolas em municípios com incidência de pomeranos em todo Brasil;

- Criar um intercâmbio, um canal aberto, entre todas as escolas das diversas cidades e estados que tem interesse em realizar trabalhos relacionados a cultura Pomerana (como um todo), para que assim possamos nos fortalecer e nos apropriar de um material concreto com base nas práticas realizadas; sendo necessário promover intercâmbios entre lugares e instituições interestaduais.

- Criar um estatuto falando dos direitos dos Pomeranos enquanto cidadãos brasileiros e de povo tradicional;

- Instituir a Educação Bilíngue, com estrutura de atendimento e formação docente adequada ao ensino da Língua Pomerana;

- Receber recursos financeiros para garantir o acompanhamento pedagógico exclusivo nos trabalhos desenvolvidos na sala de aula com a língua Pomerana;

- Receber recursos financeiros para aquisição e/ou edificação de espaços comunitários de memória, de formação e de registro da memória, de material

didático impresso e pedagógicos para melhor realização dos trabalhos; de material consumível;

- Garantir a permanência dos pomeranos em suas propriedades rurais tendo como direito usufruir os recursos naturais gerando a sua sustentabilidade e as gerações futuras a partir do fomento de políticas públicas;

- Considerando que o povo pomerano é trabalhador e busca sempre garantir economia de sobrevivência, buscou muito, as novas colônias. Mas agora ele está diante do desafio da sustentabilidade. Seria oportuno articular estratégias e ações de formação para o povo/ lideranças do campo para este novo contexto;

- Fomentar programas para promover e registrar a memória, as narrativas, o modo de vida e a arte pomerana;

- Potencializar as lideranças para sua articulação e organização;

- Integrar os mais diversos setores sociais para discutir políticas para os povos tradicionais.

Santa Maria de Jetibá, 16 de junho de 2012.

Os participantes do II PomerBR, reunidos em Santa Maria de Jetibá, ES.

ANEXO 5

CARTA ABERTA DO POVO POMERANO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Nós, pomeranos, reconhecidos legalmente como povo de cultura tradicional, reunidos no Encontro do Povo Tradicional Pomerano: Cultura, Língua e Educação, realizado no dia 10 de setembro de 2014, no Cine Metrôpoles, Universidade Federal do Espírito Santo-UFES/Vitória, que teve como objetivo reunir os diferentes segmentos das diferentes regiões de concentração do povo tradicional pomerano, para ouvir, fortalecer suas práticas sociais, língua, cultura, educação, arte, arquitetura, meio ambiente, saúde, lazer e elaborar essa Carta, documento final para os encaminhamentos que se fizerem necessários.

Com esta Carta, pretendemos apresentar nossas lutas e conquistas para que os poderes constituídos reflitam e considerem que nós, junto com os povos indígenas, comunidades quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, atingidos por barragens, fundo de pasto, pescadores artesanais, marisqueiras, sertanejos, faxinais, ciganos, pantaneiros, gerazeiros, caiçaras, comunidades e povos de terreiro, somos os responsáveis pela preservação da grande riqueza cultural, econômica e da sociobiodiversidade do nosso estado e país, multiétnico e pluricultural.

Esta Carta apresenta sugestões advindas dos Encontros Regionais dos povos tradicionais pomeranos que ocorreram nos municípios de Pancas (); Santa Maria de Jetibá (09/07); Domingos Martins (20/08); Vila Pavão (18/08); Itarana/Itaguaçu (05/09) e Laranja da Terra/Afonso Claudio (05/09) e deste Encontro Estadual, para subsidiar a construção de uma política dos Povos Tradicionais do estado brasileiro, que melhor contemple as necessidades do Povo pomerano, considerando as suas especificidades étnicas, sócio culturais, econômicas, políticas e os aparatos legislativos presentes no ordenamento jurídico-normativo brasileiro, que dizem respeito à nossa população pomerana a partir do arcabouço legal vigente:

► Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), pela publicação do Decreto nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007). É importante mencionar que o direito positivo brasileiro contemplou, enfim, as populações tradicionais, incluindo aí os pomeranos, e

introduzindo uma conceituação e a definição destes grupos populacionais e seu território (art.3º, incisos I e II).

► A partir de 2007, foram instituídas Leis municipais de *Cooficialização da Língua Pomerana* no Brasil. No ES, leis de cooficialização foram sancionadas nos seguintes municípios: Pancas (2007), Laranja da Terra (2008), Santa Maria de Jetibá e Vila Pavão (2009) e Domingos Martins (2011). No Rio Grande do Sul, o Pomerano foi ratificado como língua oficial ao lado do Português no município de Canguçu (2010).

► Em 2009 foi aprovada a Lei nº 9.258/2009, que institui a data de 28 de junho no calendário oficial do Estado do Espírito Santo como *Dia Estadual do Imigrante Pomerano*. Esta lei foi sancionada no dia 28 de junho de 2009.

► Em 2009, por meio da Ementa Constitucional (PEC) nº 11/2009, foram incluídas. As línguas pomerana e alemã como patrimônio do estado.

► A Lei 12.960, de 27 de março de 2014, muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aumentando o número de exigências a serem cumpridas antes do fechamento das escolas do campo. A sanção da lei está na edição de hoje do Diário Oficial da União (DOU).

Enfim, considerando que este arcabouço legal conquistado pelos povos tradicionais pomeranos, ainda não se concretizou em políticas públicas. Considerando ainda, a importância histórica passada, presente e futura do povo pomerano na formação social, econômica, política e cultural do Espírito Santo,

Propomos:

1. Garantir mecanismos eficientes de consulta aos Povos Tradicionais, mediante procedimentos apropriados e, particularmente através de suas organizações tradicionais, sempre que se tratar de questões que os afetam direta e indiretamente;
2. Garantir o direito às crianças pomeranas se serem alfabetizadas na língua materna, iniciando na educação infantil (creche e pré-escolas) conforme reza a declaração Universal dos Direitos Linguísticos, bem como receber recursos financeiros para garantir o acompanhamento pedagógico exclusivo nos trabalhos desenvolvidos na sala com a língua pomerana;
3. Transformar as práticas escolares colonizadoras em práticas promotoras da cultura, da língua, das tradições e dos direitos pomeranos em diálogo com outras

culturas, conhecimentos e valores;

4. Instituir na Secretaria Estadual de Educação- SEDU e nas Secretarias Municipais uma equipe multidisciplinar para desenvolver o Programa de Educação Pomerana-PROEPO, que consta da elaboração das diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando a valorização plena das culturas do povo pomerano e a afirmação e manutenção de sua identidade étnica;

5. Articular junto à Secretaria de estado da educação a inserção da língua pomerana nas escolas estaduais em territórios de presença pomerana, assim como fomentar e possibilitar a formação de professores bilíngues pomerano/português nas escolas em municípios com incidência de pomeranos;

6. Ampliar o uso da língua pomerana em espaços oficiais nos municípios onde a mesma é co-oficializada, garantidos através de editais e concurso públicos;

7. Propor Reformulação do currículo das escolas municipais e estaduais de localização pomerana para atender as especificidades deste grupo;

8. Ampliar o atendimento e melhorar a qualidade do ensino, segundo os princípios da escola específica do povo pomerano, diferenciada, bilíngue e própria.

9. Criação de cargo público em cada Secretaria de intérprete da língua pomerana;

10. Fixar status jurídico, pedagógico e administrativo das escolas dos municípios, a exemplo da orientação legal do Conselho Nacional de Educação (CNE), no Parecer 14 e da Resolução 03 de 1999;

11. Incluir a escola específica do povo pomerano no Plano de Ações Articuladas (PAR) para que os municípios de imigração pomerana possam receber apoio financeiro suplementar e específico para atendimento a essas escolas por meio de seus planos de trabalho voltados para formação continuada de professores pomeranos e para produção de material didático específico para essas escolas;

12. Estabelecer um arcabouço jurídico e normativo que reconheça e garanta as autonomias pedagógicas e de gestão dos processos educativos do povo pomerano, superando a desacreditada visão e prática política colonial de educação integracionista;

13. Efetivar funcionários bilíngues (pomerano e português) por meio do sistema de cotas;

14. Garantir que os agentes comunitários de saúde que atuam em comunidade tradicionais pomeranas sejam bilíngues (pomerano/português);

15. Oferecer qualificação aos agentes comunitários de saúde para abordagem inicial na intervenção sobre o alcoolismo;
16. Reconhecer a importância do protagonismo pomerano em todo o processo educativo das comunidades pomeranas com o surgimento de professores (as) e pedagogos (as) pomeranos regentes de classe e gestão de suas escolas;
17. Buscar financiamento dos órgãos públicos nas três esferas de governo para potencializar as práticas sociais dos pomeranos;
18. Ampliar os estudos etnográficos dos pomeranos no ES, apoiando para que os resultados contribuam no fortalecimento da cultura pomerana;
19. Oferecer curso de língua pomerana por meio da contratação de profissionais qualificados;
20. Realizar consulta pública para definir a Pedagogia adotada nas escolas do campo;
21. Incluir a língua pomerana no Inventário Nacional da Diversidade Linguística conforme normas previstas no Decreto n.7.387, de 9 de dezembro de 2010;
22. Valorizar e incentivar as práticas da medicina popular;
23. Ampliar e melhorar as instalações do Albergue Martim Lutero para abrigar o povo pomerano e fazer os encaminhamentos necessários;
24. Levantar, intensificar e divulgar as pesquisas e estudos sobre as condições de saúde do povo tradicional pomerano
25. Oferecer estrutura de apoio (física e psicológica) em saúde pública;
26. Promover ações de prevenção contra o câncer de pele;
27. Introduzir a prática do agroturismo em todas as modalidades de ensino oferecidas no campo
28. Implementar políticas de incentivo ao turismo rural em regime de colaboração entre governo federal, estadual e municipal nas propriedades pomeranas;
29. Criar o Centro de Tradições Pomeranas (CTP), local para atividades diversificadas do povo pomerano;
30. Fortalecer as instituições/entidades de apoio aos pomeranos, como exemplo, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
31. Garantir recursos e apoiar a promoção de eventos culturais da tradição pomerana;
32. Reavaliar e alterar leis de vigilância Sanitária/ambiental, pois certas

fiscalizações fazem com que o povo tradicional pomerano perca hábitos e costumes como a criação de animais domésticos para o consumo próprio - suínos, bovinos, aves (patos, gansos, galinhas, etc);

33. Incentivar e garantir recursos para a criação e manutenção da casa do artesão com oficinas do artesanato da cultura pomerana, dentre outros.

34. Oferecer condições de permanência dos pomeranos no campo com sua cultura, língua e tradição;

35. Criar um Centro de Memória do Povo Pomerano para organizar um banco de dados com documentos históricos, pesquisas, imagens, artefatos dos pomeranos que encontram-se nas universidades e/ou em outras instituições públicas e privadas;

36. Revitalizar os museus de imigração pomerana;

37. Promover a integração entre os municípios pomeranos através de seus eventos culturais.

38. Fomentar programas para promover e acompanhar a publicação/registro de narrativas, memórias, o modo de vida e a arte pomerana;

39. Garantir condições para o etnodesenvolvimento, especialmente nas atividades que gerem renda e melhorem a qualidade de vida do Povo Pomerano, respeitando as especificidades culturais, políticas e ambientais;

40. Articular estratégias e ações de formação para o povo/lideranças do campo;

41. Solicitar dos órgãos de preservação de patrimônio, apoio para catalogar, fotografar e preservar as casas com arquitetura pomerana por meio de uma lei de Tombamento e incentivo fiscal e ou ajuda na reforma em parceria com os proprietários.

42. Promover acesso a novas tecnologias agrícolas como forma de estimular os jovens para o trabalho no campo;

43. Oferecer assistência jurídica para criação e legalização de Associações;

44. Definir políticas públicas e incentivar pesquisas para preservação dos mananciais;

45. Intensificar, divulgar os produtos orgânicos e simplificar o processo de certificação;

46. Fortalecer e delinear políticas públicas que respeitem e valorizem no plano real os direitos já assegurados em lei;

47. Incluir o grupo étnico pomerana no senso do IBGE;

48. Lutar para que o governo brasileiro reconheça o povo pomerano como

sujeitos de direitos da Convenção 169 da OIT, pois atualmente apenas os quilombolas e os povos indígenas possuem esse reconhecimento;

49. Garantir o devido respeito ao direito de consulta normatizado pela Convenção 169, art.6º, todas as vezes, que forem previstas medidas legislativas e administrativas que dizem respeito aos povos e comunidades tradicionais, assim como, diante de quaisquer empreendimentos executados em nossos territórios, sejam estes contínuos ou descontínuos. Ainda sobre a Convenção 169, garantir a participação dos benefícios econômicos gerados pelos grandes projetos de desenvolvimento que incidam diretamente sob nossos territórios. Concebemos por território toda área que de alguma forma é utilizada e ocupada para a reprodução social e cultural das comunidades tradicionais (Inciso II, do art. 3º do Decreto nº 6.040/2007). São também áreas fundamentais para a prática de nossa ancestralidade constituindo-se, dessa maneira, nossa identidade.

50. Exigir do Estado brasileiro a efetivação dos nossos direitos humanos e políticas públicas, tais como: promoção de uma política de comunicação eficiente e adequada às comunidades e povos tradicionais; educação diferenciada que atenda às realidades culturais, sociais e às particularidades de cada grupo social (Lei 10.639 e Lei 11.645); direito à saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente, energia verdadeiramente limpa e sustentável; nacionalização das bacias hidrográficas; soberania alimentar; aperfeiçoamento dos instrumentos de efetivação das políticas públicas, reforçando a Carta de Belém;

51. Assegurar a representação dos povos pomeranos no Conselho de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e nos Conselhos Estaduais de Educação e/ou Cultura/ e da Agricultura Familiar;

52. Desburocratizar os editais de financiamento de projetos para que os povos tradicionais possam participar sem intermediários;

53. Apoiar as ações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;

54. Criar uma comissão parlamentar na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores dos povos tradicionais;

55. Assegurar legislação que garanta percentual cultural pomerano na programação de rádios locais.

56. Regulamentar a Lei de co-oficialização da língua pomerana;

57. Criar um núcleo de estudos dos povos germânicos na Universidade Pública.

58. Garantir alimentação escolar dentro das tradições da culinária do povo tradicional pomerano nos municípios de imigração pomerana;

59. Garantir aos povos tradicionais permanência na terra com acesso aos recursos materiais de forma sustentável;

60. Criar políticas públicas direcionadas a juventude pomerana no que se refere a trabalho, cultura, esporte e lazer;

61. Criar legislação específica para determinar vagas em concursos públicos estaduais e municipais para que os professores falantes de pomerano possam escolher cadeira nas escolas localizadas em municípios de imigração pomerana;

62. Aumentar oferta de Ensino Médio no campo com proposta de educação diferenciada que atenda as especificidades do povo pomerano;

Com a força de ancestralidade e resistência, nós pomeranos reafirmamos o compromisso permanente de lutar pela manutenção e permanência das práticas sociais e da proteção dos nossos territórios, pois sem eles o povo brasileiro não tem identidade.

ANEXO 6

DECRETO Nº 3248-R, DE 11 DE MARÇO DE 2013

Publicado no Diário Oficial do Espírito Santo em 19 de abril de 2013. p. 6.

DECRETO Nº 3248-R, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

Cria Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 91, III, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta do processo nº 58499563/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual compete.

- I. coordenar a elaboração e acompanhar a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- II. propor princípios e diretrizes para políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Estadual, observadas as competências dos órgãos e entidades envolvidos;
- III. propor as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução destas ações e a participação da sociedade civil, com especial atenção ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial;
- IV. propor medidas para a implementação, acompanhamento e avaliação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;
- V. identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários a implementação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;
- VI. criar e coordenar câmaras técnicas ou grupos de trabalho compostos por convidados e membros integrantes, com a finalidade de promover a discussão e a

articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Estadual de que tratam o inciso I, observadas as competências de outros colegiados instituídos no âmbito do Governo Estadual;

VII. identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, voltadas tanto para o poder público quanto para a sociedade civil visando o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;

VIII. promover, em articulação com órgãos, entidades e colegiados envolvidos, debates públicos sobre os temas relacionados à formulação e execução de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Art. 2º A Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverá no exercício das competências previstas no art. 1º:

I. considerar as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais nas quais se encontram inseridos os povos e comunidades tradicionais, a que se destina a Política Estadual de que trata o inciso I do art. 1º;

II. privilegiar a participação da sociedade civil.

Art. 3º A Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais será composta por seis representantes de órgãos e entidades da administração pública estadual e seis representantes dos povos e comunidades tradicionais, os quais terão direito a voz e voto, a seguir indicados:

I. Secretaria de Estado da Cultura - SECULT - titular e suplente;

II. Subsecretaria de Direitos Humanos - titular e suplente;

III. Subsecretaria de Movimentos Sociais - titular e suplente;

IV. Secretaria de Estado da Educação - SEDU - titular e suplente;

V. Secretaria de Estado da Saúde - SESA - titular e suplente;

VI. Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA - titular e suplente;

VII. representante dos Povos e Comunidades Tradicionais de Ciganos - titular e suplente;

VIII. representante dos Povos e Comunidades Tradicionais de Indígenas - titular e suplente;

IX. representante dos Povos e Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais titular e suplente;

X. representante dos Povos e Comunidades Tradicionais de Pomeranos - titular e suplente;

XI. representante dos Povos e Comunidades Tradicionais de Quilombolas - titular e suplente;

XII. representante dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros - titular e suplente;

§ 1º Os representantes e respectivos suplentes constantes do caput serão indicados pelos titulares dos órgãos, entidades e organizações não governamentais, e designados pela Secretaria de Estado da Cultura - SECULT, para um período de dois anos, permitida a recondução por igual período.

§ 2º O representante e respectivo suplente que não pertencer à mesma organização não governamental poderá comparecer às reuniões com direito a voz, mas apenas um voto será computado nas votações.

§ 3º O Presidente da Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não governamentais e pessoas de notório saber, para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 4º A Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais será presidida pelo representante da SECULT, cabendo a Subsecretaria de Movimentos Sociais, as funções de secretaria-executiva.

Art. 5º A Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais se reunirá, em caráter ordinário, a cada três meses e, extraordinariamente, a qualquer momento, mediante convocação de seu Presidente, ou da maioria absoluta de seus membros, neste caso, por documento escrito, acompanhado de pauta justificada.

Art. 6º Eventuais despesas com diárias e passagens dos representantes e seus suplentes enumerados nos incisos VII a XII do art. 3º deste Decreto poderão ser pagas a conta dos órgãos e entidades constantes dos incisos I a VI, mediante disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º A participação na Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável

Dos Povos e Comunidades Tradicionais é considerada de relevante interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 8º O regimento interno da Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais será aprovado por maioria absoluta de seus membros, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de publicação deste Decreto, e deverá ser publicado mediante portaria do Secretário de Estado da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 11 dias de março de 2013, 192º da Independência, 125º da República e 479º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

ANEXO 7

MAPA TUÍSTICO



ANEXO 8



Horto Municipal
Possui uma área de 32 hectares e tem como objetivo produzir mudas nativas, ornamentais e exóticas, bem como ser o centro de educação ambiental e exploração do ecoturismo.



Econômica
Maior produtor de hortigranjeiros do Estado. A avicultura destaca-se por ser o 2º polo de produção do país.

Santa Maria de Jetibá

ES - Brasil

"Onde o coração bate pomerano"



Monumento do Imigrante
Aguardado em homenagem aos 50 anos da Imigração pomerana no Espírito Santo, localizado na Praça do Imigrante Pomerano, o monumento tornou-se parada obrigatória, turistas e moradores da cidade adoram tirar uma bela foto ao lado da Família Pomerana.



Muriquí
Encontrado somente na Mata Atlântica, o muriquí é o maior primata das Américas. São duas espécies ameaçadas de extinção (a do Norte e a do Sul), a do norte se destaca como a mais ameaçada essa só é encontrada em algumas localidades de MG e ES, sendo Santa Maria de Jetibá uma das principais.

MAPA DOS Atrativos Turísticos





Enxaimel
Estilo característico pela influência dos imigrantes que se instalaram no Município. Há incentivo para tipificar o município dentro dessa característica visando dar um charme especial.



Cachoeiras
A topografia montanhosa e a hidrografia favorecem espetáculos da natureza por meio de cachoeiras em todo o município.



Museu da Imigração Pomerana
Instalado em uma casa com características pomeranas, construída no início da década de 30, o acervo reflete a história do povo pomerano.



Circuito Turístico Terras Pomeranas
Encantos da cultural pomerana, paisagens rurais, além de descobrir a vida saudável e o prazer da simplicidade do campo. O circuito oferece visitação a propriedade de agricultura de agricultura familiar, orgânica, produção de flores e frutas, onde poderá se deliciar com os produtos típicos da agroindústria como pães, biscoitos, geléias e o tradicional milchabroud (pão de milho pomerano).



Rua do Lazer
Ponto de encontro para desfrutar do seu charme, aconchego e peculiaridade. Além de dispor de momentos de lazer e descontração.



Secretaria Municipal de Turismo
INFORMAÇÕES:
Secretaria Municipal de Turismo
(27) 3263-2142

Gov. Municipal de Santa Maria de Jetibá
www.jetiba.es.gov.br
http://santamariadejetiba.es.gov.br/

ANEXO 9



ANEXO 10

● Língua Pomerana

“A língua pomerana é o maior fator de integração entre os descendentes de pomeranos e a maior marca cultural do Município”. Permanece viva junto à comunidade pomerana em seus diálogos. A língua pomerana foi co-oficializada no Município em 04 de junho de 2009, pelo Projeto de Lei 031/2009.



● Concertina

Trazida pelos imigrantes, é o instrumento que mais toca o coração e a alma do pomerano. Atravessou séculos e está presente em todas as festas e atividades coletivas, e encontros comunitários como festas de ajuntamento, casamentos, forrós e festas nas comunidades. Os tocadores geralmente são auto-didatas.

● Trombonistas

Os trombonistas fazem parte da história de Santa Maria de Jetibá desde os seus primórdios. O primeiro coro de trombones em Santa Maria foi fundado em 1914.



● Danças Folclóricas

Resgatar a arte nativa dos antepassados: com este objetivo surgiu na década de 60, o primeiro Grupo de Dança Folclórica de Santa Maria de Jetibá. A partir dos anos 80, houve o surgimento de inúmeros grupos representados pela juventude escolar.

● Monumento do Imigrante Pomerano

Inaugurado em homenagem aos 150 anos da imigração pomerana no ES (2009), representa a tradicional família pomerana, fica localizado na Praça do Imigrante Pomerano.



HISTÓRIA/CULTURA

ANEXO 11

EVENTOS

● Festa Pomerana - Maio

Evento que visa resgatar, cultivar as tradições Pomeranas e comemorar a Emancipação Política do Município, além de proporcionar bem estar social e cultural. A história da Imigração Pomerana é contada através de desfiles históricos Pomerano.



● Festa do Colono - Julho



Evento realizado em homenagem ao colono “maior riqueza do Município”, que é formado por 70% de propriedades rurais. Consta na programação: exposições agrícolas, apresentações folclóricas, salão do agronegócio e atrações voltadas às formas de produção do homem do campo.

● Programação Natalina - Dezembro

Decoração dos espaços públicos e festividades natalinas (coral, presença do papai noel) durante todo o mês de dezembro.



ANEXO 12

● Gastronomia

Muitos pomeranos ainda preservam a tradição alimentar que consiste no preparo de seus próprios alimentos preservando receitas de geração para geração. São exemplos da alimentação pomerana:

- Mijilchabroud (pão de milho pomerano, preparado com batata doce, cará, aipim e fubá de milho branco ou amarelo).
- Spitsbuubkuuchen (bolo Ladrão)
- Kasekuchen (bolo de queijo)
- Streuskuchen (bolo com farofa)
- Strudel (bolo com frutas)
- Biscoitos caseiros de nata, polvilho ou amanteigado.



● Circuito Turístico “Terras Pomeranas”

Encantos da cultural pomerana, paisagens rurais, além de descobrir a vida saudável e o prazer da simplicidade do campo. O Circuito oferece visitação a propriedade de agricultura familiar, orgânica, produção de flores e frutas, onde poderá se deliciar com os produtos típicos da agroindústria como pães, biscoitos, geleias e o tradicional mijilchabroud (pão de milho pomerano).

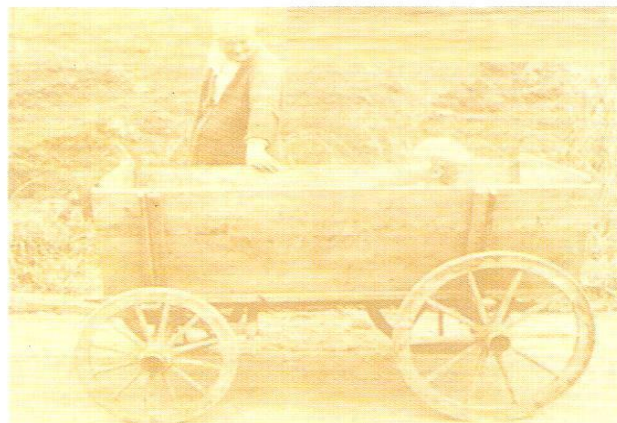
Escolha o seu roteiro!



CIRCUITO/EVENTOS

ANEXO 13

HISTÓRICO



Santa Maria de Jetibá é considerada o marco da cultura pomerana no Estado do Espírito Santo. A chegada dos primeiros imigrantes oriundos da Pomerânia ocorreu a partir do ano de 1857, na Colônia de Santa Leopoldina, no altiplano de Jequitibá, hoje município de Santa Maria de Jetibá, emancipado no dia 06 de maio de 1988.

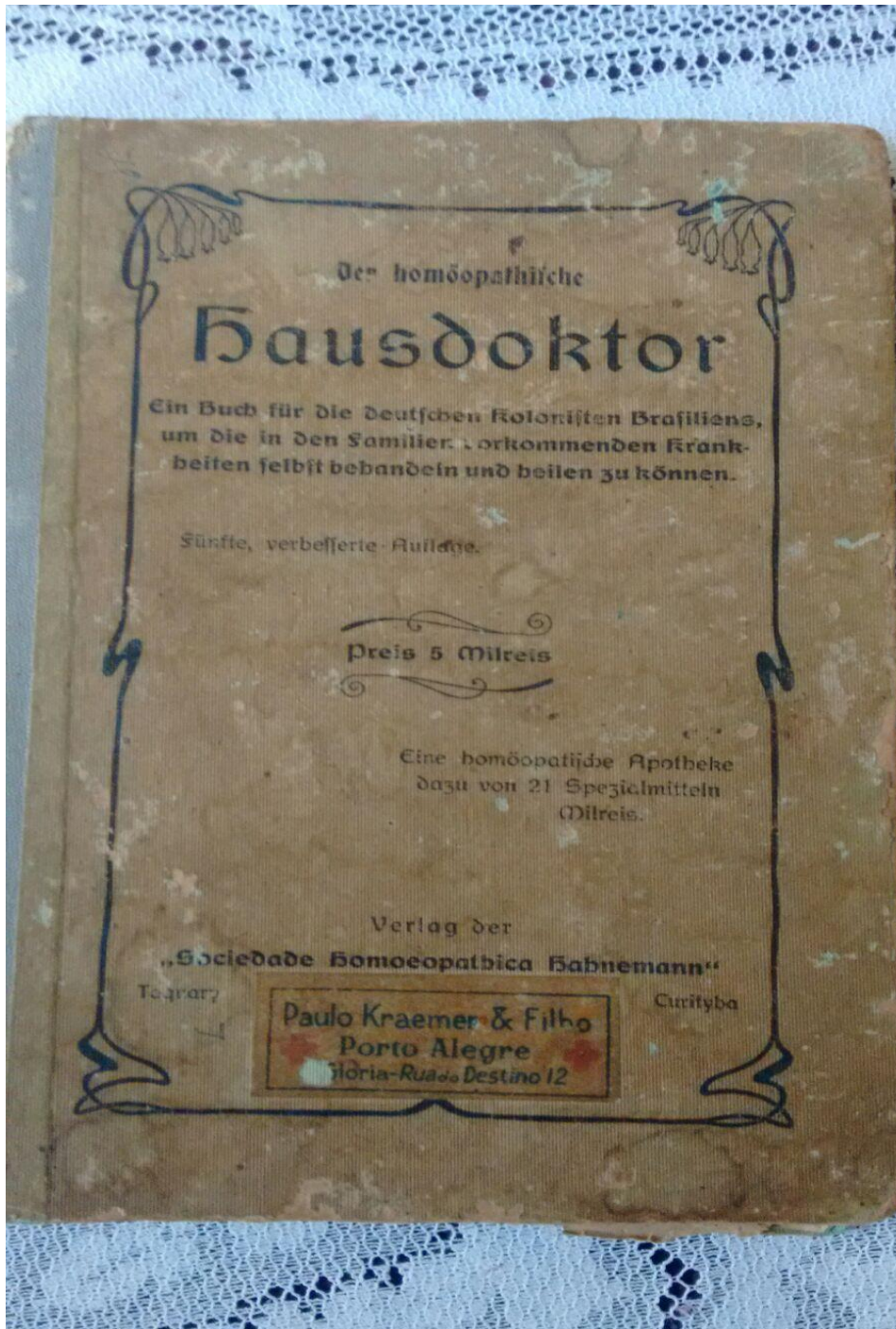
A preservação dos costumes e da identidade do povo pomerano está intimamente ligada à transmissão e vitalidade da sua língua a futuras gerações, motivando um intenso movimento por parte de grupos no sentido de evidenciar a cultura de seus antepassados através da dança, música, manifestações populares e da gastronomia.

Visitar Santa Maria de Jetibá é estar num espaço geográfico com um dos melhores climas do mundo que aliado às belezas naturais e arquitetura proporcionam a sensação de estar em uma cidade europeia.

● Pomerânia

A antiga Pomerânia localizava-se na Europa, entre o Mar Báltico, Alemanha e Polônia. A Pomerânia como um todo, desapareceu do mapa depois de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, na disputa de território. A Pomerânia Oriental foi integrada a Polônia.

ANEXO 14



ANEXO 15



ANEXO 16



ATESTADO

Atestamos, para os devidos fins, que **Moshe Dayan Rosa**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1035077, está devidamente matriculado no curso de Mestrado em Teologia do Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST. O discente desenvolve a pesquisa intitulada "*Reflexos Jurídicos e Sociais da Imigração Pomerana no Estado do Espírito Santo*", para fins de defesa da Dissertação, necessitando de acesso à órgãos públicos para coletas de dados.

O curso é reconhecido pelo MEC, Portaria nº 1077/2012.

São Leopoldo, 08 de outubro de 2015.




FACULDADES EST
Juliano José Noronha
Secretário Acadêmico



FACULDADES EST

Rua Amadeo Rossi, 467, Morro do Espelho
São Leopoldo - RS - BRASIL - CEP 93030-220
FONE: +55 (51) 2111.1400 | FAX: (51) 2111.1411
www.est.edu.br | est@est.edu.br